

ALAN MODESTO DIAS

**AUGUSTO EMÍLIO ZALUAR E OS HOMENS SEM SENHOR: VIDA
COTIDIANA NA PEREGRINAÇÃO PELA PROVÍNCIA DE SÃO
PAULO, 1860 – 1861.**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

2006

**PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA**

**AUGUSTO EMÍLIO ZALUAR E OS HOMENS SEM SENHOR: VIDA
COTIDIANA NA PEREGRINAÇÃO PELA PROVÍNCIA DE SÃO
PAULO, 1860 – 1861.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob orientação da Prof^a Dr^a Olga Brites.

São Paulo

2006

Comissão Examinadora

Para Domingos e Madalena

AGRADECIMENTOS

Em especial, agradeço ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por conceder a oportunidade de realizar esta pesquisa.

A Professora Dr^a Olga Brites que com dedicação, competência e muita paciência soube me conduzir pelas ínvias veredas do conhecimento. Com ela foi possível compartilhar reflexões e superar incontáveis dificuldades, por isso a minha admiração e o meu eterno agradecimento não apenas por isso, mas por tudo.

Ao Professor Dr^o José Carlos Barreiro e a Professora Dr^a Maria Antonieta Antonacci que, na Banca de Qualificação, contribuíram com excelentes sugestões, transmitindo-me ainda o estímulo necessário para o bom termo do trabalho.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduados em História da PUC-SP que, direta ou indiretamente, contribuíram em meus estudos. Em especial a Professora Dr^a Maria Odila Leite da Silva Dias e a Professora Dr^a Denise Bernuzzi de Sant'Anna.

Ao CAPES, pelo financiamento da pesquisa, sem seu auxílio esse trabalho não teria sido realizado.

Aos amigos da turma de mestrado, com quem sempre dividi as dúvidas no caminhar da pesquisa e de quem só colhi incentivos. Em especial a Ana Karine Martins Garcia, Elizabete Maria Espindola, Fernanda Rodrigues Galve, Mayara Mendes Silva, Rodrigo Oliveira de Lima, Rodolfo Jacob Hessel, André Aguiar Nogueira, Sandra Ricci e Simeia Maria de Souza Torres.

Aos companheiros Antonio Rodrigues de Almeida Filho, Lucas Pereira Leão, Mauro Tavian Junior, Moncerrat Estevez Costa e Roberta Simões Bemfica pelo constante incentivo, fruto de uma amizade simplesmente insuperável.

Ao amigo Ipojucan Dias Campos pelas reflexões e sugestões que tornaram os caminhos da pesquisa menos acidentados.

A Priscila Nogueira Valentim pela importante e pontual contribuição no findar da dissertação.

Ao Professor Drº Antonio Candido pelo incentivo e pela preciosa indicação de documentos e obras de referência.

Aos Professores Drº Rafael de Bivar Marquese e Drº Calos de Almeida Prado Bacellar pela leitura atenta dos primeiros esboços da pesquisa.

A Professora Drª Maria Cristina Martinez Soto Santos pela leitura e pelas sugestões no trato com a documentação.

A Eder Carlos Gomes da Rocha e Denis Dias pelo companheirismo nos momentos de maior angústia.

A Angela Aline Dias pelas críticas e preciosas sugestões na escrita.

Aos meus pais Domingos Dias e Madalena Gomes Dias, únicas referências permanentes no meu mundo.

A minha esposa Keila Fischer de Mello Dias, que soube ser paciente e incentivadora nos momentos de maior dificuldade, assumindo muitas responsabilidades enquanto me dedicava a redação da dissertação de mestrado. Por seu estímulo, atenção, amor e carinho a minha eterna gratidão.

A todos os parentes e amigos que não foram lembrados aqui, mas que não são menos importantes, nem suas contribuições são de menor valor, devem saber o quanto os respeito e admiro. Sou grato a todos que compartilharam comigo essa peregrinação.

SUMÁRIO

Resumo.....	08
Abstract.....	09
Epígrafe.....	10
Introdução.....	11
Viajantes Estrangeiros.....	26
Caminhos do Interior.....	67
Cidades.....	108
Considerações Finais.....	148
Fontes.....	150
Fontes Manuscritas.....	150
Fontes Impressas.....	151
Obras de Referência.....	151
Bibliografia.....	151
Livros.....	151
Artigos.....	155

RESUMO

A dissertação analisa a vida cotidiana dos homens pobres e livres – condutores, vendeiros, leprosos, mulheres e caipiras – descritos pelo português Augusto Emílio Zaluar, em sua obra *Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861*. Seu escopo documental é fundamentado em relatos de viagem do século XIX, ofícios manuscritos e cartas do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro de 1878. A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro analisa o universo de especificidades que determinaram o processo de revisitação da América Portuguesa, a intencionalidade dos viajantes de origem estrangeira no século XIX, assim como a sua perspectiva avaliativa diante dos valores e costumes dos homens pobres e livres. No segundo, aborda as particularidades dos caminhos terrestres entre as cidades do interior e a vida cotidiana de condutores e vendeiros. No terceiro, analisa o cenário urbano e a cotidianidade de leprosos, mulheres e caipiras.

Palavras-chave: viajantes estrangeiros, literatura de viagem, homens pobres e livres, século XIX.

ABSTRACT

The dissertation analyzes the daily routine of poor and free men – conductors, small grocers, leprous, women and hillbillies – described by the Portuguese writer Augusto Emílio Zaluar, in his written literary work *Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861*. (*Peregrination through the Province of São Paulo*). His documentary scope is based on trip accounts from the 19th century, work manuscripts and letters from the Agricultural Congress of Rio de Janeiro in 1878. The dissertation is divided into 3 chapters as following. The first chapter goes over the universe of particularities that establish the process of repeated visits of the Portuguese America, the intentions of foreign travelers from the 19th century, as well as their assessment prospect before the values and customs of poor and free men. The second chapter goes over the peculiarities of the roads between small cities from countryside and conductors' and small grocer's daily routine. The third chapter goes over the urban scenery and the daily routine of leprous, women and hillbillies.

Key-words: Foreign travelers, trip literature, poor and free men from the 19th century

“Como estamos distantes do século XIX”.

João Antonio Leite Moraes

INTRODUÇÃO

A vida cotidiana dos homens pobres e livres descritos pelo português Augusto Emílio Zaluar, em sua obra *Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861*, foi a particularidade privilegiada na análise do escopo documental.¹ Apesar de não se encontrarem ligados à economia canavieira e cafeeira exportadora e escravista, os homens pobres e livres eram aqueles que se relacionavam socialmente com os viajantes de origem estrangeira no século XIX.

O cenário da análise é a Província de São Paulo em meados dos oitocentos, local com cidades e pequenas vilas que naquele momento ocupavam um lugar de primeira grandeza na vastidão territorial da América Portuguesa. Os sujeitos sociais desse cenário são os homens pobres e livres que buscavam uma maneira de viver e sobreviver dentro de um sistema social altamente discriminatório e excludente.

Desse modo, visou-se conhecer melhor essa dinâmica cotidiana, procurando desvendar os mecanismos de reprodução social de condutores, vendeiros, caipiras, leprosos e mulheres, mediante ao testemunho descritivo de Augusto Emílio Zaluar e de outros viajantes estrangeiros, presentes na literatura de viagem do século XIX.

Os apontamentos de viagem oitocentistas são documentos que ressoam num plano histórico muito mais abrangente, na medida em que apresentam as esferas constitutivas de todo o universo de representações presentes na própria literatura de viagem. Em outras palavras, percorrer, observar e registrar para conhecer e compreender os meios de sobrevivência cotidiana que se contrapunham à experiência européia. Na verdade, trata-se de uma particularidade indiciária que remonta a época das grandes navegações, principalmente no que restringe à narrativa, que ao contrário dos relatos medievais afastou-se das descrições maravilhosas que aliavam fantasia à realidade.

¹ ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

De acordo com as considerações estabelecidas por Laura de Mello e Souza, em uma época em que “ouvir falar valia mais do que ver”, o olhar apresentou relevância sobre os outros sentidos, refinamento esse proporcionado pela busca dos indícios que foram descritos pelos “exploradores medievais que, do século XIII até fins do XIV, percorreram a Ásia e a região do Índico”. Desse modo, no processo de incorporação da nova totalidade terrestre, do Novo Mundo, o olhar dos cronistas coloniais captou, aprisionou e reorquestrou, as particularidades raras, estranhas e singulares em apontamentos descritivos que denotam as primeiras representações culturais e naturais da América.²

Contudo, a literatura de viagem redigida no século XIX representa um momento ímpar. Não eram os apontamentos quinhentistas, que descreviam as particularidades de uma nova realidade para o Velho Mundo, mas sim as descrições de uma sociedade que havia sido forjada sob a égide dos interesses coloniais, um mundo pautado na aculturação dos homens da Terra e dos homens Além-mar, principalmente europeus e africanos. No empreendimento colonizador, os costumes que determinavam a própria caracterização da sociedade européia foram continuamente recriados. Leandro Karnal destacou a relevância desse processo na chamada “conquista espiritual da América”. De acordo com suas considerações, os missionários coloniais, imbuídos do ensejo catequizador, recriaram os elementos e os valores fundamentais do cristianismo. No entanto, esse não era um Catolicismo sem fundamentos sólidos, mas uma religião amplamente estruturada que se reorganizou ao então recém inaugurado cenário colonial português e espanhol.³ Trata-se de um processo que retrata as conjunturas de um quadro específico, mas as suas circunstâncias abrangem um plano histórico muito mais amplo, onde a marcante presença da aculturação européia, africana e indígena determinou a própria identidade da vida cotidiana na Colônia.

² MELLO E SOUZA, Laura de. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 7ª reimpressão, 2000, pp. 21 – 32.

³ KARNAL, Leandro. **Teatro da fé: representação religiosa no Brasil e no México do século XVI**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

Ainda que tomada de características próprias, o envolvimento e as atitudes das classes menos abastadas em relação aos viajantes de origem estrangeira revelam as permanências do hibridismo cultural vivenciado na Colônia, sobretudo no que se refere ao cotidiano dos homens pobres e livres. Apesar de maiores detalhes, a indicação mais clara dessa permanência encontra-se associada à decodificação da natureza. Decodificação essa empregada sistematicamente pelos índios, ainda nos princípios do século XVI e XVII, bem como pelos condutores oitocentistas, como será abordado no segundo capítulo da presente dissertação. Em ambos os casos, embora existam determinadas diferenças, esses sujeitos sociais conduziam os europeus pelas cercanias interioranas, orientando e decodificando minuciosamente pelos caminhos uma natureza diversificada e nova ao estrangeiro. Não rara, nos apontamentos de viagem do século XIX, encontram-se informações fundamentais sobre o cotidiano dos homens pobres e livres, particularidades da própria dinâmica de sustentabilidade, do viver e do sobreviver, no campo e na cidade. Por outro lado, os fragmentos da vida cotidiana do Outro, apesar de escamoteados, tornam-se perceptíveis nos escritos dessa natureza. Portanto, o objeto da pesquisa concentra-se também na análise das representações sobre o campo e a cidade presentes na literatura de viagem oitocentista.

Por todos esses fatores, seja por um traço, seja pela delimitação de muitos detalhes, levou-se em consideração que a vida cotidiana, segundo Agnes Heller, apresenta-se na particularidade e na coletividade do homem. Nesses termos, o cotidiano de um sujeito social comporta as características próprias de sua individualidade e do grupo social a que pertence.⁴ Ao travar contato com os homens pobres e livres, os viajantes de origem estrangeira detinham-se na descrição das particularidades individuais daqueles que observavam, tais como a fisionomia, a estatura e o próprio comportamento, associados evidentemente aos valores e costumes. Em outras oportunidades, narravam acontecimentos relacionados ao

⁴ HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 6ª edição, 2000, pp. 17 – 42.

cotidiano desses homens, como as atitudes tomadas para construir rapidamente um pequeno e improvisado abrigo em um dia chuvoso. Desse modo, quando interpretadas, as descrições cotidianas individuais ressoam simultaneamente no plano coletivo, e as coletivas no plano individual. Para tanto, a leitura das fontes pautou-se, em um primeiro momento, na *Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861*, obra que constitui um precioso repertório de impressões sobre a diversidade cultural da Província em meados do século XIX.

Natural de Lisboa, Augusto Emílio Zaluar nasceu em 1825. E como tantos outros reinóis, aportou na América Portuguesa, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, a Capital do Império, em busca de uma maior estabilidade social e financeira. Tornou-se, assim, jornalista, poeta, professor, tradutor, escritor e, por fim, viajante estrangeiro. De sua imensurável produção intelectual, destaca-se, tal como se mencionou anteriormente, a obra *Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 1861*. Obra essa que, assim como tantas outras, insere-se na categoria de escritos pertencentes à chamada literatura de viagem do século XIX. Apesar de maiores detalhes sobre a vida de Augusto Emílio Zaluar, uma vez que eles serão abordados no primeiro capítulo desta dissertação, deve-se antes salientar que a presença da literatura de viagem na historiografia tem sido constante, um fenômeno notável. Afinal de contas não se trata de uma documentação desconhecida, mas de uma literatura há muito utilizada pelos pesquisadores sociais, seja como o centro nervoso de suas pesquisas, seja como fonte complementar de suas interpretações. No entanto, a escolha de seu relato de viagem como fonte fundamental da pesquisa não foi realizada *a priori*.

Em um primeiro momento, a pesquisa concentrava-se na análise da administração do trabalho nas propriedades produtoras de café entre 1871 e 1888. Naquela ocasião, seu objetivo central consistia em fornecer um quadro das principais medidas adotadas para o controle e a organização do trabalho no eito, examinando-as no contexto de lutas entre os cafeicultores e os trabalhadores rurais. Contudo, mediante a leitura de uma imensurável variedade de artigos

de referência, um, de autoria de João Luis Ribeiro Fragoso, desviou sensivelmente os rumos da pesquisa. De acordo com esse, para analisar e compreender o cenário das lavouras oitocentistas seria imprescindível ao pesquisador fazer uso da literatura de viagem, uma vez que os viajantes de origem estrangeira descreveram continuamente as particularidades produtivas do principal espaço de sustentabilidade econômica do Império.⁵ Diante desse quadro de possibilidades, foi então realizado um levantamento dos relatos oitocentistas publicados no Brasil. No entanto, poucos ofereciam os subsídios necessários para as pretensões iniciais da pesquisa. O maior agravante relacionava-se ao período, em sua maioria os relatos eram anteriores ou posteriores ao recorte temporal estabelecido. Desses, contudo, o que mais se enquadrava era justamente a *Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861*. Embora suas descrições possibilitassem uma verdadeira trama de searas analíticas, restringir-se a elas parecia um risco desnecessário. Todavia, tal com destacou José Carlos Barreiro, “muitos dos viajantes, pela riqueza de seus relatos e pela importância das influências filosóficas presentes na visão de mundo de cada um deles, mereceriam estudos específicos mais aprofundados”.⁶ Eram, portanto, as palavras que faltavam para iniciar o trabalho de análise dessa preciosa fonte de pesquisa. Daí a escolha da obra de Augusto Emílio Zaluar, enquanto fundamento balizar da presente dissertação.

Em sua peregrinação, Augusto Emílio Zaluar percorreu o sul fluminense e a região noroeste de São Paulo, onde conheceu as cidades de Bananal, Areias, Barreiro, Queluz, Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, Caçapava, São José dos Campos e Jacareí, bem como a Capital da Província, a cidade de São Paulo, além da então chamada Princesa do Oeste, Campinas, entre tantas outras localidades. Em consentimento com a sua experiência de viagem, selecionou-se o escopo documental da pesquisa: relatos de viagem do

⁵ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista – exportador em Paraíba do Sul*. In: **Revista Brasileira de História**. Volume 06. Número 12. São Paulo: março / agosto de 1986, pp. 125 – 150.

⁶ BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002, p. 224.

século XIX, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, na seção de Obras Raras, ofícios manuscritos no Arquivo do Estado de São Paulo e cartas do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro de 1878, escritos que – direta ou indiretamente – descrevem as peculiaridades da vida cotidiana dos homens pobres e livres, bem como os espaços de sua sociabilidade no campo e na cidade. Muito embora a presença de escravos de origem africana fosse também significativa, o relacionamento pessoal dos viajantes estrangeiros, como será abordado mais adiante, era basicamente fundamentado no contato com os homens pobres e livres; mestiços, brancos pobres e índios. Diante dessas premissas, procurou-se acompanhar os aspectos comuns, aqueles que pontualmente estavam presentes em toda a documentação analisada. Pretendeu-se também compreender as profundas diferenças culturais entre os viajantes de origem estrangeira e os homens pobres e livres.

Para tanto, as considerações de Carlo Ginzburg sobre a metodologia indiciária foram decisivas. Analisando os preceitos metodológicos do crítico de arte Giovanni Morelli, que assinalava a importância dos detalhes de uma obra para distinguir seguramente as verdadeiras das imitações, Carlo Ginzburg salientou a relevância do chamado “paradigma indiciário” na leitura das fontes. Assim, da mesma forma que para Giovanni Morelli não era primordial centrar a atenção nas características mais vistosas de uma obra de arte, como os olhos e o sorriso, mas sim nas particularidades, como os nódulos da orelha e as unhas das mãos, Carlo Ginzburg salientou que a metodologia indiciária deve ser interpretativa, na qual os detalhes “aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade; são tais detalhes que podem dar a chave de redes de significados sociais” muito mais profundos.⁷

⁷ Para detalhes sobre as considerações de Ginzburg acerca da metodologia indiciária de Morelli para a prática do historiador veja: GINBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. IN: GINBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª reimpressão, 1991, pp. 143 – 179.

Diante dessas considerações procurou-se nas entrelinhas, os fragmentos cotidianos que potencialmente permitiam olhares e leituras diversas. Assim, dos escritos de Augusto Emílio Zaluar retirou-se os elementos acerca da sustentabilidade cotidiana dos homens pobres e livres, aspectos como a relação dos condutores com a natureza e com o espaço de sua sociabilidade. Verdadeiros decodificadores da natureza e das incertezas dos caminhos, os condutores eram os responsáveis pela orientação dos viajantes em suas empreitadas ao coração da América Portuguesa. No entanto, a relevância de seu meio de sobrevivência era muito mais ampla, mesmo porque os viajantes oitocentistas reconheciam, ao menos indiretamente, a sua limitação diante de um cenário desconhecido. Nesse caso, o relacionamento social estabelecido entre os condutores e os viajantes poderia perdurar por semanas ou meses, dependendo basicamente do tempo despendido na viagem. Em seguida, retirou-se, mediante a experiência de viagem de Augusto Emílio Zaluar e do restante do escopo documental, as particularidades que deflagravam semelhante experiência, porém em momentos distintos. Tais elementos encontram-se distribuídos em outros apontamentos de viagem, uma vez que, assim como Augusto Emílio Zaluar, inúmeros viajantes de origem estrangeira percorreram as mesmas cercanias interioranas e citadinas, e travaram contato com os homens pobres e livres que perambulavam à cata de sua sustentabilidade cotidiana, sejam eles condutores, leprosos, caipiras, mulheres ou mesmo vendeiros. A leitura atenta desses relatos de viagem, bem como do restante da documentação, possibilitou acompanhar a dinâmica cotidiana dos homens pobres e livres no campo e na cidade. No entanto, em nenhum momento da análise perdeu-se de vista que as narrativas de viagem foram produzidas historicamente no plano das condições sociais de existência, forjadas na percepção de quem vê e enuncia o Outro, figurado e representado por imagens. Mesmo porque há uma produção imaginária desse Outro, que afirma e discrimina a diferença no tempo e no espaço.

Por trazer uma quantidade apreciável de particularidades sobre os aspectos da vida social, a literatura de viagem do século XIX, conforme se mencionou, foi amplamente utilizada pelos historiadores, pode-se mesmo afirmar que tais descrições acabaram por se converter em uma preciosa fonte de pesquisa. No clássico *Raízes do Brasil*, a exemplo, Sérgio Buarque de Holanda destacou, valendo-se de uma documentação variada, as diferenças que determinavam a composição da paisagem urbana – colonial nas Américas. Na análise desse quadro histórico, encontram-se referências aos relatos dos naturalistas Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius.⁸ De fato, trata-se de uma análise clássica, contudo, a leitura dessa obra foi fundamental para vislumbrar a possibilidade e a importância dos apontamentos de viagem na análise do cenário da vida cotidiana no campo e na cidade, mas não de forma dissoluta, mesmo porque ambas relacionam-se continuamente.

Ao longo da pesquisa, as peculiaridades cotidianas sugeriram o estudo das tradições culturais dos homens pobres e livres e os embates conseqüentes do relacionamento social com os viajantes de origem estrangeira no século XIX. Essa oposição entre os estrangeiros e os naturais da Terra evidenciou a possibilidade de compreender os aspectos da vida social do Outro. Em regra geral, os historiadores atentos a essa discussão concentram suas atenções em objetos de estudo que remontam ao século XVI. Embora isso seja compreensível, uma vez que no início do empreendimento colonial o estranhamento cultural entre as populações nativas e os europeus era enorme, deve-se, no entanto, reconhecer que esse mesmo estranhamento, dentro das devidas proporções e distinções, reapareceu novamente no século XIX. De acordo com Gilberto Freyre, os três séculos que precederam a transferência dos Braganças e de todo o aparelho administrativo do Império Ultramarino Português para a cidade do Rio de Janeiro foram marcados por uma espécie de relativa “segregação do Brasil da Europa não-ibérica”. Em virtude dessa mesma particularidade, “a colônia portuguesa da

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 7ª edição, 1973, pp. 61 – 85.

América adquiria qualidades e condições de vida tão exóticas – do ponto de vista europeu – que o século XIX, renovando o contato do Brasil com a Europa – que agora já era outra: industrial, comercial, mecânica, a burguesia triunfante – teve para o nosso país o caráter de uma reeuropeização”. Em outras palavras, se no século XVI houve uma conquista da América Portuguesa, no século XIX houve “uma reconquista”.⁹ Portanto, embora cronologicamente distantes, os estudos sobre a vida social do Outro forneceram importantes subsídios interpretativos. Dentre esses, destacam-se as considerações de Leandro Karnal.

Na perspectiva de compreender a representação religiosa nos primórdios da empresa colonial, Leandro Karnal procurou analisar não apenas os elementos do cristianismo usados na conversão da América, mas também o seu impacto sobre as populações nativas, uma vez que as representações do chamado teatro religioso foram múltiplas, ou seja, para Leandro Karnal era também necessário interpretar os meandros dessa relação catequética, fundamentada principalmente no contato dos missionários franciscanos e jesuítas com os naturais da Terra, nesse caso específico, com as populações indígenas, afinal de contas as mudanças relacionadas a esse processo modificaram sensivelmente a vida social cotidiana dos índios, bem como dos missionários coloniais.¹⁰ De acordo com essas considerações, tornou-se essencial compreender a dualidade cultural existente na relação social dos viajantes de origem estrangeira com os homens pobres e livres, posto que ela também, por outro lado, relaciona-se diretamente com aquilo que denotava a diferença.

Diante desse panorama, os objetivos da análise que aqui se apresentam são múltiplos. Em um primeiro momento, visa-se melhor conhecer a intencionalidade dos viajantes de origem estrangeira, onde a leitura de relatos anteriores, bem como os ideários de modernidade daquela época, principalmente aqueles atrelados ao trabalho racional, eram fundamentais para ponderar o teor descritivo da perspectiva avaliativa presente na literatura de viagem do século

⁹ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 02 Volumes. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2ª edição, Volume 02, 1951, pp. 568 – 569.

¹⁰ KARNAL, Leandro. Op; cit, p. 19 – 39.

XIX. Contudo, antes de prosseguir, deve-se destacar a questão relacionada ao conceito de intencionalidade.

A intencionalidade encontra-se intimamente associada aos documentos descritivos. Ao analisar a narrativa acerca do massacre de gatos, desferido pelos aprendizes de gráficos da rua Saint-Séverin, em Paris, Robert Darnton destacou inicialmente que o acontecimento não era simplesmente um “delírio de alegria, desordem e gargalhadas”, mas uma demonstração da enorme insatisfação dos trabalhadores em relação ao modo de vida burguês, afinal de contas “os aprendizes odiavam os gatos, e os gatos eram amados pelos burgueses, logo os aprendizes odiavam os burgueses”. No entanto, segundo Robert Darnton, esse acontecimento abrange um plano histórico muito mais amplo. De acordo com suas considerações, “a tortura de animais, especialmente de gatos, era um divertimento popular em toda a Europa, no início dos Tempos Modernos”. Na Borgonha, durante o carnaval, a tortura de gatos representava a desonra de um marido enganado, traído. Em contrapartida, os gatos eram também preciosos instrumentos cerimoniais. No “ciclo de São João Batista, que ocorria em 24 de junho, multidões faziam fogueiras pulavam sobre elas, dançavam em torno e atiravam dentro objetos com poder mágico”. Um desses objetos mágicos, se não o favorito, eram justamente os gatos. Por outro lado, “os parisienses gostavam de incinerar sacos cheios de gatos, enquanto os caçadores de gatos de Saint Chamond preferiam correr atrás de um gato em chamas, pelas ruas”. A respeito da narrativa do grande massacre de gatos da rua Saint-Séverin, Robert Darnton salientou que a única versão conhecida foi “escrita por Nicolas Contat muito tempo depois do episódio”. Em outras palavras, cerca de duas décadas depois, “Contat selecionou os detalhes, ordenou os acontecimentos e estruturou a história de maneira a destacar o que era significativo para ele. Mas tirou suas noções de significado de sua cultura, tão natural como inspirava o ar da atmosfera em torno. E registrou o que ajudou a encenar, com seus companheiros” aquele

acontecimento.¹¹ Trata-se, portanto, de uma intencionalidade empregada para descrever uma cena comum, porém com uma conotação completamente adversa daquela culturalmente expressa em outros massacres. No caso da literatura de viagem do século XIX, essa mesma intencionalidade era constantemente empregada, ou seja, o que nela era narrado escapava do plano originalmente cultural e tornava-se uma representação influenciada por outros elementos, principalmente aqueles relacionados ao conteúdo descritivo dos apontamentos de viagem precedentes.

Embora não seja uma temática recorrente, a influência descritiva tornou-se reveladora. Pelos indícios presentes no escopo documental analisado, os viajantes estrangeiros eram verdadeiros conhecedores da literatura de viagem oitocentista, uma vez que mencionavam abertamente o uso desses escritos em suas narrativas, conforme será abordado no primeiro capítulo da dissertação. No caso específico de Augusto Emílio Zaluar, a maior influência remete-se principalmente as obras do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire. Embora não possua a mesma perspectiva descritiva que a *Peregrinação pela Província de São Paulo*, a leitura dos apontamentos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire, especialmente a *Viagem a Província de São Paulo*, mostrou-se de imensurável importância. De fato, deve-se reconhecer que a natureza e a intencionalidade dessas obras era, em determinados momentos, divergente, ainda mais quando se considera a formação de cada um dos viajantes de origem estrangeira. Contudo, todos esses homens possuíam uma concepção de mundo extremamente antagônica, seja em relação ao espaço, ao tempo, à sociabilidade, à gastronomia, enfim, com todos os signos que fundamentavam a vida cotidiana dos homens pobres e livres. Em outras palavras, o uso de diversos fragmentos descritivos não se remete a uma simples redundância, mas a um elemento aglutinador das representações de uma realidade social historicamente constituída.

¹¹ DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 2ª edição, 1988, pp. 103 – 139.

A despeito de outras particularidades, os apontamentos de viagem no século XIX eram redigidos em ressonâncias comparativas. A América Portuguesa oitocentista era representada pela ausência de tudo que, de acordo com os viajantes de origem estrangeira, estava relacionado à civilidade. Essa perspectiva avaliativa era fundamental para que os apontamentos de viagem fossem direcionados. Direcionamento esse que se remete ao antagonismo cultural. No caso de Augusto Emílio Zaluar, além da *Peregrinação pela Província de São Paulo*, seu direcionamento descritivo encontrava-se também em seu romance científico, *O doutor Benignus*.¹² Nesse ponto, deve-se acentuar que os elementos de sua perspectiva avaliativa, tais como os ideários de modernidade, encontram-se presentes nesse romance. Embora determinados fragmentos dessa obra tenham sido analisados, um procedimento interpretativo foi tomado. Apesar de ser um romance, essa obra dialoga com os elementos descritivos presentes na própria literatura de viagem do século XIX, conforme será abordado no primeiro capítulo da dissertação. Diante desse atenuante, foi realizada uma leitura comparativa, onde elementos secundários, como a amizade de Augusto Emílio Zaluar com o Doutor Francisco Marcondes Homem de Melo, assumiram um significado primordial, sobretudo quando se interpretou o direcionamento descritivo da *Peregrinação pela Província de São Paulo* em ressonância com determinadas passagens do romance *O doutor Benignus*. Em suma, os elementos interpretativos da realidade oitocentista, principalmente aqueles relacionados aos ideários de modernidade, encontravam-se relacionados; particularidade que contribuiu significativamente para fundamentar a análise da ficção em consentimento com a representação.

A partir da análise dessas particularidades tornou-se possível acompanhar o processo histórico de revisitação da América Portuguesa pelos viajantes de origem estrangeira, assim como as permanências e as transformações contidas em suas narrativas. Afinal de contas, os

¹² ZALUAR, Augusto Emílio. **O doutor Benignus**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

múltiplos apontamentos de viagem permitem desvendar os meios de sustentabilidade cotidiana de um sem números de homens pobres e livres.

Fundamentada na perspectiva de que a revisitação dos viajantes estrangeiros no século XIX fazia parte de um processo histórico iniciado ainda nas primeiras décadas dos oitocentos, dividiu-se a análise das fontes em três circunstâncias. Por consequência, a presente dissertação divide-se em três capítulos:

No primeiro, *Viajantes Estrangeiros*, procurou-se discutir o universo de conjunturas que determinaram as circunstâncias da revisitação da América Portuguesa pelos viajantes estrangeiros no século XIX. Por sua vez, esse quadro processual apontou para os primórdios dos oitocentos, mais precisamente para o ano de 1808, data que se remete ao processo de instalação da Sede Administrativa do Império Ultramarino Português na cidade do Rio de Janeiro. Por ser fundamentalmente crucial, uma vez que até então a Europa não-ibérica estava afastada da América Portuguesa, esse acontecimento possibilitou aos viajantes de origem estrangeira a oportunidade de conhecer *in loco* aquilo que até então era conhecido praticamente pelas representações descritivas e iconográficas.

No sentido de compreender essa dinâmica foram analisadas as particularidades descritivas da *Peregrinação pela Província de São Paulo*, de Augusto Emílio Zaluar, em consentimento com os apontamentos anteriores e posteriores a essa mesma experiência de viagem. Desse modo, não só em razão dos elementos fornecidos, mas também pela perspectiva descritiva presente nesse relato de viagem, procurou-se compreender a intencionalidade dos viajantes estrangeiros e parte dos valores e costumes dos homens pobres e livres.

A intenção de discutir os valores e os costumes dos homens pobres e livres remete-se a possibilidade de analisar a vida cotidiana desses indivíduos no campo e na cidade. Ao mesmo tempo, essa análise apontou para a possibilidade de compreender as maneiras pelas quais

viveram suas experiências. Isso porque esses homens eram aqueles que socialmente mais se relacionaram com os viajantes de origem estrangeira.

O segundo e o terceiro capítulo foram reservados a buscar formas de compreensão acerca da relação dos homens pobres e livres com os viajantes estrangeiros. As narrativas de viagem e o restante do escopo documental apontaram para a análise do campo e da cidade como um dos possíveis caminhos para compreender a própria intencionalidade descritiva dos viajantes oitocentistas e a interação dos homens pobres livres em busca de sua sobrevivência cotidiana.

Assim, no segundo capítulo, *Caminhos do Interior*, a partir da leitura dos relatos de viagem, bem como dos ofícios manuscritos, surgiu a necessidade de analisar os apontamentos sobre as condições estruturais das estradas interioranas. Embora apresentassem verdadeiros entraves, as estradas oitocentistas desempenhavam um papel fundamental: elas uniam as cidades interioranas e litorâneas e eram as vias terrestres usadas no deslocamento de viveres. Nesse espaço, os viajantes de origem estrangeira teceram inúmeras críticas, afinal de contas para eles tudo era incógnito. A pesquisa dedicou-se, então, a analisar os aspectos da população que vivia nesse espaço, geralmente constituída pelos condutores e vendeiros.

No terceiro capítulo, *Cidades*, pretendeu-se dar continuidade às tentativas de acompanhar as dimensões das experiências socioculturais dos viajantes estrangeiros em contato com os homens pobres e livres, os homens sem senhor. Nesse sentido, a análise concentra-se no cenário urbano e na representatividade cotidiana de leprosos, mulheres e caipiras no tecido citadino. Novamente os relatos de viagem foram determinantes, mas, nesse caso, para compreender a intencionalidade do processo de urbanização na América Portuguesa, bem como o significado das cidades na vida cotidiana dos homens pobres e livres. Ademais, diante dos fragmentos presentes na literatura de viagem, foi analisado e pontuado aquilo que para os viajantes estrangeiros era a cidade ideal, a cidade “moderna”.

Assim, a presente pesquisa abordou a experiência de viagem e o cotidiano dos homens pobres e livres no campo e na cidade, permitindo ponderar que o relacionamento cotidiano dos viajantes estrangeiros com os homens sem senhor era pautado na necessidade de conhecer o Outro.

Falta ainda mencionar duas últimas considerações, visto que são também importantes. Em primeiro lugar, manteve-se a grafia do português presente nas fontes, mesmo porque essas foram produzidas em momentos distintos. Os relatos de viagem oitocentistas são edições publicadas em meados da década de 1940 e 1950, com inúmeras versões fac-símiles. Os ofícios manuscritos do século XIX e as cartas do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro 1878, foram consultados em sua versão original, portanto se manteve a grafia daquela época. Daí a distinção que será encontrada na transcrição desses fragmentos documentais. Em segundo lugar, a presente introdução não se deteve em apresentar pontualmente os estudos que foram fundamentais para o bom termo da pesquisa, mesmo porque com eles a dissertação estará dialogando, mas a título de conhecimento surgirão: Miriam Moreira Lifchitz Leite, Lilia Moritz Schwarcz, Antonio Candido, Maria Odila Leite da Silva Dias, Walter Fraga Filho, Rafael de Bivar Marquese, Carlos de Almeida Prado Bacellar, Carlo Ginzburg, Edward Palmer Thompson, Alain Corbain, dentre outros.

I

VIAJANTES ESTRANGEIROS

Natural da cidade de Lisboa, o português Augusto Emílio Zaluar nasceu no ano de 1825. Filho do Major José Dias de Oliveira Zaluar, que serviu na campanha do Rio da Prata como Comissário Pagador da Divisão dos Voluntários Reais de El Rei, Augusto Emílio Zaluar iniciou o curso de instrução superior na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Apesar da disposição para prosseguir na carreira médica, seu talento era especialmente literário, fato que culminou no abandono dos estudos acadêmicos.

Distante da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, Augusto Emílio Zaluar dedicou-se efetivamente às letras. Tornou-se, assim, um colaborador assíduo de jornais, bem como de outras publicações portuguesas daquele período.¹³ A despeito das particularidades reinantes na imprensa portuguesa da década de 1840, seu prestígio, assim como em outros centros urbanos da Europa oitocentista, era provavelmente pequeno. Honoré de Balzac em seu romance *Ilusões Perdidas* contou as vicissitudes de Luciano de Rubempré, que trocou a cotidianidade provinciana da pequena Angoulême pela vida em Paris. Mais do que a própria instabilidade dos artigos jornalísticos de Rubempré, Balzac teceu uma sátira corrosiva sobre a imprensa e as casas editoriais da França na primeira metade do século XIX. Embora de forma fragmentária, uma vez que se restringia apenas ao palco parisiense, a contraditória realidade

¹³ Há uma pequena divergência na biografia do português Augusto Emílio Zaluar. Augusto de Taunay na apresentação da reedição de 1952 da *Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861*, mencionou que, segundo Sacramento Blake, Zaluar nasceu no ano de 1825, imigrou para a cidade do Rio de Janeiro em 1849 e faleceu no ano de 1882. Por outro lado, no *Portugal: dicionário histórico*, Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues mencionam que Zaluar nasceu em 1826, imigrou em 1850 e faleceu em 1882. Em outras palavras, existe uma pequena contradição. Para tanto, na presente dissertação, seguiu-se a descrição da biografia de ambas, mas apenas os anos presentes na biografia redigida por Taunay. Para detalhes: TAUNAY, Augusto de. *Dois palavras*. In: ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, pp. 05 – 09. Sobre a outra versão biográfica veja: PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. **Portugal: dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico**. Lisboa: João Romano Torres Editor, 1915, Volume VII, pp. 717 – 718. Além das fontes biográficas mencionadas, há também o *Dicionário prático dos Irmãos Lello*. Para maiores detalhes: LELLO, José; LELLO, Edgar. **Dicionário prático ilustrado**. Porto: Lello & Irmão editores, 1966, Tomo III, p. 2020.

jornalística daqueles tempos foi fartamente representada no romance balzaquiano.¹⁴ Não se sabe, evidentemente, qual era a real motivação, mas, sugestivamente, pode-se deduzir que o desprestígio do jornalismo europeu, continuamente destacado por Honoré de Balzac, e as conseqüências monetárias acarretadas por esse processo, foram determinantes para que em 1849 Augusto Emílio Zaluar transferisse sua moradia para a cidade do Rio de Janeiro, a capital do Império.

Instalado no Rio de Janeiro, porém, em vez do jornalismo, Augusto Emílio Zaluar tornou-se primeiramente Examinador na Cadeira de Humanidades da Escola Normal do Império. Da atividade no magistério público reuniu elementos importantes para escrever obras de natureza didática, voltadas principalmente para alunos e professores de escolas primárias, dentre as quais as *Lições das cousas animadas e inanimadas*.¹⁵ Nos anos vindouros, entretanto, os processos políticos e econômicos iniciados com a coroação do Imperador D. Pedro II foram fundamentais para que uma imensurável seara de oportunidades surgisse na imprensa do Rio de Janeiro. Na realidade, desde o princípio da década de 1840, apesar da troca sucessiva de partidos políticos no poder, assim como de rebeliões separatistas que atingiam a estabilidade territorial do Império, seu sistema administrativo seguia uma tendência que assegurava diretamente a própria consolidação da monarquia brasileira. Desse modo, no alvorecer da segunda metade dos oitocentos, mais precisamente em 1850, o Império possuía em seus domínios uma realidade que estava associada à estabilidade financeira e ao momento de paz vigente em todo seu território, fatores que, de acordo com Lilia Moritz Schwarcz, beneficiaram o crescimento da popularidade do Imperador brasileiro dentre seus súditos.¹⁶

¹⁴ BALZAC, Honoré de. **Ilusões perdidas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

¹⁵ ZALUAR, Augusto Emílio. **Lições das cousas animadas e inanimadas: modelos de assumptos de exercícios orais e por escrito para meninos de 5 a 8 anos imitação para uso das escolas primarias**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Companhia, 3ª edição, 1893.

¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª reimpressão, 1999, p. 104.

Diante da eminente estabilidade política e financeira, a imprensa do Rio de Janeiro contratou diversos colaboradores para tecerem comentários sobre essas transformações. Com efeito, assim como outros homens, Augusto Emílio Zaluar tornou-se colaborador assíduo dos mais importantes jornais do período, dentre os quais o Correio Mercantil e o Diário do Rio de Janeiro. Apesar de suas atividades profissionais, relacionadas primeiramente ao magistério público e posteriormente ao jornalismo, a vida cotidiana na Corte não fundamentou em definitivo as raízes de Augusto Emílio Zaluar, que transferiu sua moradia do Rio de Janeiro para a cidade de Petrópolis. Nessa localidade, contudo, seguiu da mesma forma sua predileção pelas letras, tornando-se o principal redator do Parahiba, o jornal de maior relevância na região.

Escritor de dinamismo apreciável, Augusto Emílio Zaluar publicou em 1875 o romance chamado *O doutor Benignus*. Essa obra retrata uma impressionante expedição científica ao interior do Império, na qual abundam descrições sobre as características naturais da paisagem brasileira no século XIX. Em termos sintéticos, nessa fascinante aventura, de acordo com José Murilo de Carvalho, Augusto Emílio Zaluar divulgou continuamente os valores da ciência, mas muito mais ao estilo dos naturalistas europeus que percorreram a América Portuguesa na primeira metade dos oitocentos. (ZALUAR, 1994, pp. 07 – 11). Ao que parece a intencionalidade empregada nesse romance surtiu efeito rapidamente, uma vez que Augusto Emílio Zaluar foi condecorado como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em novembro de 1876. Tal acontecimento revela-se enquanto a coroação de uma carreira dedicada às letras, bem como o reconhecimento do valor inestimável de suas obras. Porém, se esse romance merece considerável destaque, o escrito de maior relevância produzido por Augusto Emílio Zaluar foi, indiscutivelmente, *a Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861*.

Tal como tantos outros livros de natureza semelhante, essa obra insere-se na categoria de escritos pertencentes à chamada literatura de viagem do século XIX. Nesse sentido, antes de prosseguir, torna-se relevante assinalar o universo de particularidades que determinaram, direta ou mesmo indiretamente, as circunstâncias da viagem do português Augusto Emílio Zaluar pelas cercanias interioranas e citadinas da Província de São Paulo, assim como a intencionalidade de seus apontamentos, sobretudo porque essas particularidades encontram-se associadas aos desdobramentos de um processo anterior: a transmigração da dinastia Bragantina para a cidade do Rio de Janeiro.

Chamada por Maria Odila Leite da Silva Dias de interiorização da metrópole, a transferência da Coroa Bragantina e de todo o aparelho administrativo do Império Ultramarino Português para a cidade do Rio de Janeiro possibilitou, dentre outros fatores, a entrada e a permanência de estrangeiros na Colônia Portuguesa em Terras da América, fato antes terminantemente proibido. No entanto, do mesmo modo que a permanência de estrangeiros, a disseminação de informações sobre a Colônia era antes desse processo também cuidadosamente controlada, como se comprova mediante a incessante cautela das autoridades portuguesas em relação aos escritos coloniais.¹⁷

A *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, do padre João Antonio Andreoni, o Antonil, era um tratado descritivo que dialogava diretamente com as práticas senhoriais escravistas.¹⁸ Em uma contemplação atrelada apenas a sua intencionalidade, o padre inaciano apresentava uma normalização jesuítica sobre o governo dos escravos, onde os preceitos da moralidade católica prevaleceriam em definitivo. Sabe-se, contudo, que as autoridades contemporâneas consideravam os padres da Companhia de Jesus como os melhores proprietários da América Portuguesa. Assim, para evitar conseqüências

¹⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme. (ORG). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

¹⁸ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

provavelmente desastrosas, principalmente no que se restringia a disseminação desenfreada de um tratado descritivo sobre a cultura da cana e o fabrico do açúcar, os exemplares da *Cultura e Opulência do Brasil* foram, de acordo com Rafael de Bivar Marquese, confiscados e destruídos por Ordem Régia em 1711.¹⁹

Entretanto, com os desdobramentos de 1808 resplandeceu sobre a América Portuguesa uma aurora completamente distinta. Em termos inteiramente sintéticos, percebe-se que o nascimento dessa aurora possibilitou, dentre outros fatores, a abertura da Colônia Portuguesa em Terras da América para a Europa. Mas em todo caso, um dos principais resultados desse movimento foi aquilo que determinou a redescoberta e a revisitação da América Portuguesa pelos viajantes de origem estrangeira.

Favorecidos pela abertura de uma Terra praticamente desconhecida, os viajantes estrangeiros conheceram *in loco* aquilo que as narrativas coloniais descreveram como um universo culturalmente e socialmente contrário ao Velho Mundo. De fato, os missionários coloniais, principalmente os padres da Companhia de Jesus, perpetuaram uma considerável seara de apontamentos sobre a vida cotidiana nas Terras da América Portuguesa. Todavia, nem todos esses escritos circularam livremente pela Europa. Apesar desses, a *Viagem à Terra do Brasil*, do calvinista francês Jean de Léry, publicado originalmente em 1577, foi reeditado continuamente até meados do século XVIII, alimentando, por consequência, ainda mais o imaginário daqueles que estavam impossibilitados de empreender uma viagem a Colônia Portuguesa em Terras da América.²⁰ Ademais, a intencionalidade presente nos acontecimentos presididos pelo processo de redescoberta e revisitação oitocentista, determinou, em certo sentido, as características e o teor descritivo da própria literatura de

¹⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660 – 1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p 172.

²⁰ LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

viagem no século XIX, particularidade essa coordenada por um processo de reorquestração dos apontamentos de viagem.

Um exemplo notável desse processo provém da Associação para Promoção da Descoberta das Áreas Interiores da África. De acordo com Mary Louise Pratt, na intencionalidade de seus membros, verdadeiros expansionistas econômicos, interessados no comércio e avessos à escravidão, o interior do continente africano era representado como um celeiro adornado pela riqueza de cidades e estados estabelecidos, redes comerciais e mercados para os produtos britânicos, características que se diferenciavam significativamente dos desertos escaldantes, das bestas selvagens e dos habitantes pobres e indolentes anteriormente descritos. Certamente, essa desigualdade relacionava-se à re-imaginação do continente africano pelos comerciantes ingleses, processo político-econômico que coincidiu com a ascensão do movimento antiescravagista britânico a partir de 1770. O efeito maior dessa tendência, coordenado primeiramente, nesse caso específico, pelos apontamentos de viagem, foi a reconcepção dos africanos como um mercado e não mais como mercadoria.²¹ No entanto, esse não foi um movimento restrito. Segundo Alain Corbain, o mar, nos apontamentos descritivos e mesmo nos iconográficos, passou por diversas transformações. Em determinados momentos era representado com repúdio em outros com admiração, embora em todos os casos o objeto principal seja o mar, não eram os mesmos homens que o vislumbravam. Em outras palavras, o mar era representado de acordo com os anseios e as intencionalidades dos homens no seu tempo.²² Resumindo-se, na intencionalidade dos viajantes de origem estrangeira, os movimentos políticos, econômicos e religiosos são os responsáveis pelas particularidades descritivas que caracterizaram a própria literatura de viagem oitocentista.

²¹ PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. São Paulo: EDUSC, 1999, pp. 127 – 154.

²² CORBAIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Interpretando-se apenas as características presentes na literatura de viagem do século XIX, percebe-se que no caso da América Portuguesa o foco central dos viajantes estrangeiros era a natureza tropical. Natureza essa que, ao contrário do século precedente, era acolhida não apenas como uma manifestação de beleza, mas também como objeto de conhecimento da ciência.²³ Atrelados a esse mesmo processo, ainda na primeira metade dos oitocentos, os mercados editoriais da Europa foram tomados por uma vasta e bem divulgada literatura de viagem. A despeito de uma análise mais profunda, a presença significativa desses apontamentos facilitou o acesso de naturalistas europeus aos parâmetros naturais da América Portuguesa. Embora a natureza fosse o centro nervoso desses primeiros apontamentos de viagem, a cultura e a sociedade não foram desprezadas, mesmo porque, de acordo Miriam Lifchitz Moreira Leite, fazia parte da intencionalidade dos viajantes naturalistas observar não apenas a natureza, mas também “o estado das povoações e indagar a sua história, religião, costumes, arte, economia comércio, alimentos, medicina, indumentária, habitações, armas, guerras, funerais” e tantas outras particularidades que aumentavam significativamente o leque de leitores desses registros no Velho Mundo.²⁴ Uma referência a essa particularidade encontra-se na obra *Atlas ethnographique du globe ou classification des peuples andens et modernes d’après leur langue*, do geógrafo veneziano Adriano Balbi. De acordo com Tereza Isenburg, seu tema central era a etnografia, uma das temáticas recorrentes aos viajantes estrangeiros no século XIX. Para tanto, dentre outros escritos, Adriano Balbi, que não conheceu pessoalmente a América Portuguesa, consultou os apontamentos de viagem dos naturalistas Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius.²⁵

²³ SILVA, Wilton Carlos Lima da. **As terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton**. São Paulo: Editora da UNESP, 2003, p. 217.

²⁴ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de viagem: 1803 – 1900**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 201.

²⁵ ISEBURG, Tereza. (ORG). **Naturalistas italianos no Brasil**. São Paulo: Ícone / Secretária do Estado e Cultura, 1990, pp. 25 – 27.

Apesar de não ostentar a chancela de naturalista, Augusto Emílio Zaluar era um estudioso da literatura de viagem, indício esse presente na própria *Peregrinação pela Província de São Paulo*. Torna-se difícil estabelecer, com muita clareza, até que ponto esse conhecimento determinou a intencionalidade de seus apontamentos. Com certeza, porém, a leitura de relatos anteriores foi fundamental para que o teor descritivo de seus registros fosse ponderado. É o que demonstra, por exemplo, a sua passagem pela cidade de Jacareí. Nessa oportunidade, Augusto Emílio Zaluar salientou que a ausência de documentos oficiais era simplesmente alarmante, condição essa que impedia a escrita de “conscienciosos e verdadeiros” apontamentos sobre as peculiaridades que determinavam a estrutura urbana, social e natural desse e de outros municípios da Província de São Paulo.(ZALUAR, 1975, p. 110). Ao registrar essas considerações, Augusto Emílio Zaluar pautava-se na perspectiva de que os documentos oficiais eram inestimáveis para vislumbrar a quantidade de alunos que freqüentavam as instituições de ensino público e particular, o número de comparoquianos que moravam em determinadas localidades, assim como a média produtiva que estruturava a economia municipal. De certo modo, da mesma forma que os viajantes naturalistas da primeira metade do século XIX, Augusto Emílio Zaluar coordenava a intencionalidade de seus apontamentos de viagem sobre aquilo que se relacionava, direta ou mesmo indiretamente, com suas atividades profissionais de educador e colaborador jornalístico.

Nesse mesmo sentido, torna-se relevante frisar que na cidade de Silveiras, segundo os apontamentos do viajante de origem portuguesa, a atividade educacional era realizada basicamente em “duas escolas públicas de instrução primária: uma de sexo masculino, freqüentada por vinte e seis alunos, e outra, do sexo feminino, por poucas educandas”. Completamente impressionado pelos números, destacou que nessa mesma localidade havia também “uma escola de instrução secundária, onde estudam dez alunos, alguns dos quais com muito aproveitamento, e é paga pelos cofres provinciais, que lhe fornecem 800\$000 Rs; e a

municipalidade, que entra com 400\$000”. Para um homem comprometido com a educação, tal medida era um “raro e louvável exemplo de filantropia dado por uma população a favor de sua mocidade”. (ZALUAR, 1975, p. 70).

Em Taubaté, salientou, por outro lado, que residiam aproximadamente vinte e seis a trinta mil almas. No entanto, reconheceu que esses números eram possivelmente conflitantes, uma vez que não havia em suas mãos “dado algum positivo a êste respeito”. (ZALUAR, 1975, p. 100). Dando seqüência a ponderações do mesmo cunho, ressaltou que em Porto Feliz moraram anteriormente cerca de dez a onze mil almas, mas que em sua estadia a população local não passava de sete mil, sendo cinco mil livres e duas mil escravas. (ZALUAR, 1975, p. 176). Quanto à riqueza municipal, salientou que a pequena Vila de Queluz produzia anualmente cerca de vinte mil arrobas de café. (ZALUAR, 1975, p. 63).

Todos esses dados eram de inegável importância para Augusto Emílio Zaluar, posto que figuravam com considerável destaque em seus apontamentos. Enfocando-se por outro ângulo, esses mesmos dados demonstram que Augusto Emílio Zaluar buscava nos documentos oficiais, de acordo com suas próprias palavras, os preceitos da religiosidade, da ilustração e aquilo que na órbita da modernidade atrelada ao trabalho proporcionava às famílias residentes o bem estar presente e futuro. (ZALUAR, 1975, p. 55). Em suma, mais do que uma simples prática descritiva, todavia, essa postura mostrou-se consciente da necessidade de evidenciar a veracidade de seus apontamentos de viagem, contestando abertamente, por consequência, os registros da própria literatura de viagem da primeira metade do século XIX. Mas para tanto, Augusto Emílio Zaluar desenvolveu um elaborado argumento.

De acordo com suas considerações, os livros de viagem importados da Europa eram “recheados das mais ridículas e mentirosas fábulas” sobre as populações do “interior do país”, uma vez que poucos viajantes estrangeiros valeram-se do “trabalho de pintar com suas

verdadeiras cores a magnificência e a beleza destas regiões”. Ademais, esses apontamentos eram escritos de “improviso a respeito de um mundo cujos prodígios mais parecem sonhos àqueles que os admiram do que pasmosas realidades”. Ao que tudo indica, Augusto Emílio Zaluar se autodestacava enquanto um viajante que buscava apenas a verdade. Portanto, não era sem razão que esse defendia o uso de documentos oficiais para evitar um relato de viagem marcado por “episódios romanescos”. (ZALUAR, 1975, p. 110).

Em certo sentido, a preocupação com a verdade inseriu-se num movimento muito mais amplo, através do qual se constituíram as relações pessoais capazes de sustentar esse comprometimento. Contudo, ao escrever as considerações acima mencionadas, Augusto Emílio Zaluar desconsiderava anacronicamente as circunstâncias que determinaram as viagens precedentes. Soma-se a esses fatores que ao contrário de muitos outros viajantes, Augusto Emílio Zaluar dominava o idioma local e conhecia pessoas de prestígio político e econômico entre os comparoquianos de diversas localidades, dentre os quais o Doutor Marcelino Gonzaga, Juiz de Direito da Comarca de Taubaté. (ZALUAR, 1975, p. 98).

Diante das possibilidades conferidas por amizades dessa natureza, Augusto Emílio Zaluar consultou documentos que outros viajantes estrangeiros possivelmente não conseguiram. Assim, como exemplo, na pequena cidade de Queluz, esse se valeu de um registro oficial para descrever que nas cercanias dessa localidade habitavam anteriormente os índios da “tribo dos Puris, quando em 1800, foram catequizados alguns índios e fundou-lhes uma aldeamento, como consta em uma carta de sesmaria e posse dada na cidade de S. Paulo, aos 12 de fevereiro de 1801”. A oportunidade de transcrever esses detalhes relacionou-se à leitura do

“Livro do Tombo que existia na mão do Sr. Vigário atual, e a que devo a complacência de mo haver deixado consultar, extrai a seguinte notícia da fundação da aldeia, que me parece já impressa nas Memórias do Instituto, mas que não deixará de ter para muitos leitores o mesmo interesse que tem para mim”. (ZALUAR, 1975, p. 63).

O interesse de Augusto Emílio Zaluar sobre essa documentação não permaneceu somente na esfera pessoal, mesmo porque o documento foi transcrito e publicado integralmente no apêndice de seu relato de viagem. (ZALUAR, 1975, pp. 224 – 233). No fim das contas, a viabilidade desse esquema não se encontra fundamentado apenas no contato com vigário da freguesia, que permitiu a consulta e a cópia integral do documento, mas também na amizade com o Doutor Luís Dias Novaes, Deputado Provincial que o acompanhou em sua estadia na cidade de Queluz. Portanto, antes de qualquer coisa, fica patente que as circunstâncias que determinaram sua peregrinação pelas cercanias da Província de São Paulo, quando comparadas a outras viagens, eram, em determinados aspectos, completamente distintas.

Apesar da relutância aos apontamentos que precederam sua peregrinação, assim como outros viajantes de origem estrangeira, Augusto Emilio Zaluar incorporou representações de uma realidade completamente distinta em sua obra, sobretudo quando analisadas simultaneamente à sua experiência de viagem. Na verdade, a literatura de viagem no século XIX apresenta uma marcante influência descritiva de outros testemunhos. Essa estrutura, porém, manifesta-se enquanto uma peculiaridade necessária não somente para a construção do conhecimento sobre a América Portuguesa, mas também sobre qualquer realidade representada. De acordo com Marc Bloch, as representações são basicamente constituídas pela substância de outros testemunhos. Nesse sentido, na interpretação dos apontamentos de viagem, assim como em outros documentos, deve-se levar em consideração que a realidade representada é uma coletânea de coisas vistas, mas em boa parte vistas também por outros.²⁶ No caso de Augusto Emílio Zaluar, as representações de seus apontamentos de viagem relacionam-se, em determinados momentos, com as representações de Auguste de Saint-Hilaire.

²⁶ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, pp. 69 – 70.

Naturalista francês de enorme reconhecimento entre seus contemporâneos, Auguste de Saint-Hilaire aportou na Colônia Portuguesa em Terras da América no ano de 1816. Sua intencionalidade, tal como a de outros naturalistas no início século XIX, residia na perspectiva de conhecer e estudar a natureza da América Portuguesa. Assim, entre os anos de 1816 e 1822, percorreu e descreveu a estrutura natural, social e cultural de uma considerável parcela territorial da Colônia, que abrangeu as Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Cisplatina. Embora tenha empreendido uma vastíssima viagem, Auguste de Saint-Hilaire valeu-se dos apontamentos do zoólogo Johann Baptist von Spix e do botânico Carl Friedrich Phillipp von Martius para descrever o sistema de navegação fluvial entre as cidades de Porto Feliz e Cuiabá, nas paragens da Província do Mato Grosso. Pelo que se pode apreender da documentação, esse emprego descritivo não era, portanto, um movimento raro, principalmente quando se considera que os viajantes estrangeiros salientavam abertamente o uso de registros anteriores em seus apontamentos de viagem.

Sobre essa mesma particularidade, fundamentado nas considerações de Auguste de Saint-Hilaire, Augusto Emílio Zaluar transcreveu a mesma campanha fluvial, que ao seu ver era uma “audaciosa viagem, empreendida por terra e por água”. (ZALUAR, 1975, pp. 177 – 179). Mediante aos apontamentos de Augusto Emílio Zaluar, pode-se acreditar que Auguste de Saint-Hilaire tenha empreendido a campanha fluvial da cidade de Porto Feliz a Cuiabá. Contudo, de acordo com esse naturalista, tais apontamentos foram tirados de

“diversos trechos da Corografia Brasília, de Casal, bem como das informações fornecidas a Spix e Martius pelo capitão-mor de Itu no começo de 1818, informações essas quase idênticas às encontradas no texto de Casal. De resto, é bem provável que Casal tivesse tido conhecimento dos preciosos manuscritos do matemático José Francisco de Lacerda e Almeida, transcritos no vol. IX das Memórias históricas de Pizarro e publicadas em 1840, por ordem da Assembléia Legislativa da Província de São

Paulo, sob o título de Diário da viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitâneas do Para, etc., nos anos de 1780 a 1790”.²⁷

Um exemplo notável dessa mesma particularidade encontra-se na obra *Brasil: terra e gente, 1871*, de Oscar Canstatt. De acordo com seu autor, “sobre os lugares que não me foi possível visitar, passarei a palavra a conhecidos e famosos exploradores como von Tschudi, Martius, o grão duque Maximiliano e outros”. Essa estrutura descritiva era necessária pelo fato de que “poucos viajantes puderam até hoje estender suas viagens a todas as províncias do Império”. Porém, em uma contemplação mais ampla, o emprego de outros apontamentos possibilitou aos viajantes “dar lugar a curtas referências a instituições do país, e a outras coisas que talvez um ou outro leitor tenha sentido a falta, e lhe desperte o interesse”.²⁸

Ao escrever em tom justificativo, Oscar Canstatt evidenciou a importância da literatura de viagem não apenas como fonte descritiva, mas também informativa. Esse caso, entre tantos outros ilustra como esses apontamentos eram possivelmente encarados pelos viajantes de origem estrangeira.

No entanto, com a documentação atualmente a disposição, torna-se praticamente inconcebível vislumbrar com maior segurança o interesse dos leitores oitocentistas pela literatura de viagem. Todavia, assim como destacou Robert Darnton, a leitura, a escrita e a atividade editorial são caminhos que oferecem os elementos necessários para a interpretação daquilo que possivelmente se relacionava ao interesse dos leitores contemporâneos à obra.²⁹ Nessa perspectiva, deve-se salientar que, assim como Oscar Canstatt e outros viajantes oitocentistas, Augusto Emílio Zaluar era também um estudioso da literatura de viagem. Em seu romance científico *O doutor Benignus*, de acordo com José Murilo de Carvalho, encontra-se muito de sua vivência na Província de São Paulo, bem como da leitura de outros

²⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, pp. 178 – 179.

²⁸ CANSTATT, Oscar. **Brasil: terra e gente, 1871**. Brasília: Senado Federal / Conselho Editorial, 2002, p. 267.

²⁹ DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 168 – 207.

apontamentos de viagem, como os de Couto de Magalhães através de suas descrições de viagem pelo rio Araguaia.³⁰ Ademais, tal como Augusto Emílio Zaluar que transcreveu uma carta de sesmaria diante do interesse de seus leitores, Oscar Canstatt destacou que o emprego de apontamentos anteriores era necessário para saciar esse mesmo interesse. Particularidade essa que evidência na preocupação dos viajantes estrangeiros um provável significado da literatura de viagem para seus leitores no século XIX, posto que a leitura, de acordo com Robert Darnton, desenvolveu-se historicamente em diversos sentidos. Homens e mulheres leram para “salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar máquinas, para seduzir seus enamorados, para tomar conhecimentos dos acontecimentos de seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir”.³¹ Em poucas palavras, na medida em que o emprego dos apontamentos precedentes transformou os viajantes de origem estrangeira em verdadeiros leitores, a sua preocupação descritiva e informativa era fundamentada naquilo que um leitor oitocentista possivelmente buscava na literatura de viagem.

Apesar da inegável relevância desses apontamentos, Augusto Emílio Zaluar procurou sistematicamente diferenciar-se de seus antecessores. Para tanto, denominou inclusive seu relato de viagem como: *Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861*. À primeira vista essa particularidade torna-se superficial. Todavia, um olhar mais apurado sobre os indícios presentes na literatura de viagem do século XIX, desatina qualquer conclusão precipitada.

Em vez do termo peregrinação, percebe-se que os viajantes estrangeiros usualmente empregavam a palavra viagem. O missionário estadunidense Daniel Parish Kidder, nomeou a sua narrativa de viagem como: *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de*

³⁰ CARVALHO, José Murilo de. Op; cit, pp. 10 – 11.

³¹ DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter. (ORG). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2ª edição, 1994, pp. 212 e 224.

Janeiro e Província de São Paulo.³² O professor de zoologia da Universidade de Halle, Hermann Burmeister intitulou seus escritos como: *Viagem ao Brasil: através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a História Natural dos Distritos Auri-Diamantíferos*.³³ Contudo, além desses há também relatos de viagem ainda mais conhecidos, como a *Viagem pelo Brasil: 1817 – 1820* do zoólogo Johann von Spix e do botânico Carl von Martius sob o mesmo atenuante.³⁴ Há também os viajantes que não seguiram necessariamente a mesma prática. Dentre esses Oscar Canstatt, que nomeou seu relato como: *Brasil: terra e gente, 1871*. (CANSTATT, 2002). No entanto, como se desejou demonstrar, na perspectiva de nomear suas obras, os viajantes estrangeiros empregaram usualmente a palavra viagem. Ademais, o próprio estilo descritivo da literatura de viagem oitocentista procurava preservar uma certa perspectiva avaliativa que destacava aspectos positivos e negativos dos homens da terra, como a pureza, a solidariedade, a ociosidade e a indolência.

Quanto à palavra peregrinação, na qual se serviu Augusto Emílio Zaluar, a mesma significa viagem a locais santos, bem como romaria. Seu emprego, diante dessa breve interpretação, demonstra possivelmente a intencionalidade do viajante de origem portuguesa em escamotear a palavra viagem, mesmo porque esse era um talentoso escritor. Porém, uma leitura mais atenta da dedicatória da *Peregrinação pela Província de São Paulo* torna-se reveladora.

De acordo com as palavras de Augusto Emílio Zaluar, em tempos remotos os “peregrinos antigos, quando regressavam de suas romarias, costumavam depor no altar da pátria ou à sombra do asilo doméstico as relíquias dos santos lugares que visitaram”. No

³² KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo**. Brasília: Senado Federal / Conselho Editorial, 2001.

³³ BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil: através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a História Natural dos Distritos Auri-Diamantíferos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

³⁴ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817 – 1820**. São Paulo: Melhoramentos. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 3ª edição, 1976.

entanto, ao contrário desses, os apontamentos da peregrinação visavam consagrar suas impressões “a um homem que simbolizasse pelos seus talentos e pelas suas virtudes a mocidade esperançosa da vossa ativa e bela província, não podia de certo escolher outro que, como vós, juntasse a uma geral simpatia o merecido conceito de um digno e verdadeiro paulista”. (ZALUAR, 1975, p. 11 – 12).

Às singelas palavras dessa dedicatória foram ofertadas ao Doutor Homem de Melo. Natural da cidade de Pindamonhangaba, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo nasceu em 1837 e faleceu em 1916. No entanto, em 1858, ainda na tenra idade, formou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco em São Paulo. Nesse mesmo ano regressou para sua cidade natal, onde foi eleito Presidente da Câmara Municipal para o biênio de 1860-1861. Durante seu primeiro mandato administrativo, Augusto Emílio Zaluar visitou Pindamonhangaba e ficou simplesmente impressionado com suas virtudes, a ponto de salientar com enorme entusiasmo que mediante a sua “inteligência superior”, o Império contava “com um de seus filhos mais ilustres e a imprensa com um dos mais nobres pelejadores nas lutas pelo pensamento”. (ZALUAR, 1975, p. 96).

Habilidoso compositor literário, Augusto Emílio Zaluar reordenou essas características pessoais em uma analogia simbólica, uma vez que retomou o sentido religioso da palavra peregrinação e na tentativa de diferenciar-se a usou sob uma perspectiva distinta. Desse modo, ele estabeleceu conscientemente que não buscou o mesmo que os viajantes em tempos antigos buscavam, mas somente aquilo que representava o talento e a virtude dos homens na Província de São Paulo. Muito embora seja a interpretação do emprego de uma palavra, essa característica articulou-se diretamente com a intencionalidade de seus apontamentos, sobretudo no tocante a distinção entre a *Peregrinação pela Província de São Paulo* e os livros de viagem que a precederam.

Em sua intencionalidade, Augusto Emílio Zaluar concentrou-se na descrição daquilo que ele mesmo determinava como a civilidade dos homens, particularidade essa que evocava a “modernidade”, concebida a partir de suas referências. Enfocando as particularidades arquitetônicas das cidades e o modo de vida dos homens nas cercanias interioranas e citadinas, suas considerações de viagem apresentam uma preciosa representação da vida cotidiana na Província de São Paulo. Apesar de maiores detalhes, embora seja a interpretação de uma realidade completamente distinta, Marshall Berman salientou que o modernismo imposto no processo de constituição arquitetônica da cidade de São Petersburgo foi determinante para a definição da própria dinâmica cotidiana dos residentes, particularidade que no caso dos apontamentos de viagem de Augusto Emílio Zaluar, e de tantos outros viajantes estrangeiros no século XIX, relacionava-se na contemplação da vida cotidiana de homens e mulheres nas cidades.³⁵

Assim, ainda em consentimento com a analogia simbólica presidida pela palavra peregrinação, Augusto Emílio Zaluar salientou que Pindamonhangaba era “um dos centros mais brilhantes da civilização provinciana”. (ZALUAR, 1975, p. 97). No entanto, mais do que um discurso diplomático, haja vista a sua amizade com Homem de Melo, as “reliquias dos santos” não eram definitivamente para ele adornos espirituais, mas sim a simbolização do talento e da virtude do homem civilizado. Portanto, Augusto Emílio Zaluar mostrou-se bastante arraigado em sua intencionalidade, principalmente quando salientou que o “desenvolvimento material” encontrava-se atrelado ao “talento e gênio de seus filhos”, mais precisamente com os ilustres filhos da Província de São Paulo. (ZALUAR, 1975, p. 92). A respeito dessa mesma particularidade, deve-se ainda destacar que, de acordo com Richard Morse, para os pensadores ibéricos, os seres humanos eram considerados e interpretados dentro de uma perspectiva ao mesmo tempo cristã e natural, “o que significava que os pagãos e os

³⁵ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 14ª reimpressão, 1997, pp. 171 – 175.

infiéis eram também capazes de associações políticas”. Portanto, “a razão humana era um instrumento adequado para a busca da verdade no mundo acessível a ela, da mesma forma que a consciência era uma fonte adequada de decisões morais”. Em outras palavras, a perspectiva avaliativa e descritiva de Augusto Emílio Zaluar relacionava-se com a homogeneidade portuguesa centralizada nas antigas “aventuras civilizadoras”, posto que ele, assim como qualquer colonizador europeu, acreditava na necessidade de espalhar os ideários da chamada civilização.³⁶

Baseando-se ainda nessas considerações, em termos gerais, a continuidade e o conseqüente emprego dessa mesma intencionalidade forneceu os elementos descritivos que compuseram posteriormente as características da personagem central do romance científico *O doutor Benignus*. De acordo com Augusto Emílio Zaluar, Benignus “era um homem que se podia chamar de verdadeiro sábio. Estudou até os cinqüenta e dous anos, que tinha de idade ao travarmos contato com ele, a ciência de Deus, a ciência da natureza e a ciência dos homens”. (ZALUAR, 1994, p. 33). Mais do que a descrição da personagem central de seu romance, Augusto Emílio Zaluar enfatizou que o doutor Benignus era verdadeiramente um estudioso. Essa característica revela-se na medida em que o escritor português evidenciou que Benignus era um emissário das ciências, uma vez que o contato com esse homem, ainda que fictício, proporcionava ao mesmo tempo o contato com a “ciência de Deus, a ciência da natureza e a ciência dos homens”. Na prática, o doutor Benignus era a representação ideária daquilo que para Augusto Emílio Zaluar deveria ser o homem civilizado. Daí, o próprio enaltecimento de homens como Francisco Marcondes Homem de Melo. Ademais, considerações de natureza semelhante oferecem parâmetros para refletir sobre outros apontamentos de viagem.

³⁶ MORSE, Richard. **O espelho de próspero: culturas e idéias na América**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 43.

Figurando em campos e cidades, os viajantes estrangeiros criaram no século XIX uma perspectiva avaliativa que desqualificava a vida cotidiana dos homens da Terra. Em certa medida, essa mentalidade encontrou ressonância no estranhamento de uma cotidianidade que para eles não se enquadrava nos princípios ocidentais de civilização. Estranhamento esse que estigmatizava os costumes e os valores culturais dos homens da Terra para enaltecer a relevância do universo europeu, o universo que para eles era civilizado. Dentro de uma perspectiva apenas interpretativa, o sentimento dos viajantes estrangeiros era possivelmente semelhante à de um homem do presente vivendo no passado, não devido ao atraso, mas sim à distinção que prevaleceria nos costumes daquela sociedade. Apesar de uma análise mais consistente, as palavras de Norbert Elias são lapidares para essa pequena reflexão. De acordo com suas considerações, um homem do presente no passado

“dependendo de sua situação e inclinações, sentir-se-ia atraído pela vida mais desregrada, mais descontraída e aventureira das classes superiores desta sociedade ou repellido pelos costumes bárbaros, pela pobreza e pela rudeza que nela encontraria. E como quer que entendesse sua própria civilização, ele concluiria, de maneira equívoca, que a sociedade existente nesses tempos pretéritos da história ocidental não era civilizada no mesmo sentido e no mesmo grau que a sociedade ocidental moderna”.³⁷

Apesar de toda a distinção que caracterizava o relacionamento social dos homens da Terra com os viajantes de origem estrangeira, assim como o doutor Benignus que abandonou a comodidade de sua residência para comprovar a existência de vida inteligente no sol, Augusto Emílio Zaluar viajou para a Província de São Paulo em busca das “idéias que o sôpro da civilização espalha”. (ZALUAR, 1975, p. 92). Nesses termos, para Augusto Emílio Zaluar o significado dessa viagem assumia, sobretudo em decorrência da perspectiva avaliativa dos viajantes de origem estrangeira, o caráter de uma peregrinação, que em seu centro nervoso apresentava o enaltecimento da cultura dominante e indiretamente a resistência das classes subalternas, mas não uma resistência claramente perceptível e sim uma resistência muda, ou

³⁷ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 13.

melhor, uma resistência fundamentada na transmissão dos costumes e valores de uma vida cotidiana desgarrada da enaltecida civilização dos viajantes estrangeiros.

Do mesmo modo que seus antecessores, Augusto Emílio Zaluar procurou demonstrar que os homens da Terra estavam distantes da modernidade. Modernidade essa que avaliava o comportamento dos homens pobres e livres diante da racionalidade do trabalho valorizada pelos europeus. Ademais, de acordo com essa mentalidade, os viajantes estrangeiros apresentaram apontamentos articulados basicamente aos pilares da dominação do homem sobre a natureza e do homem sobre outros homens, tanto no plano social como no plano cultural. Um exemplo notável dessa perspectiva avaliativa encontra-se nos apontamentos da *Segunda viagem à Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais e a São Paulo* de Auguste de Saint-Hilaire.³⁸

De acordo com Auguste de Saint-Hilaire, um de seus companheiros de viagem era o índio botocudo chamado Firmino. Embora tenha sido cuidadosamente instruído no caminho da civilização, Firmino tornava-se a cada dia “mais sombrio”. Para Auguste de Saint-Hilaire, essa preocupante transformação não se relacionava apenas a sua “má vontade” para realizar pequenas atividades necessárias ao bom termo da viagem, mas também ao fato de que esse era um verdadeiro “arremedador de José Mariano”. Diante do quadro praticamente irreversível, Auguste de Saint-Hilaire autoconsiderou-se “indispensável a ele”. Em poucas palavras, para sua perspectiva avaliativa, “abandoná-lo seria condená-lo a uma miséria certa”, portanto o mais correto e necessário seria “doutriná-lo”. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 16).

Mais do que as atitudes de Firmino, os apontamentos de Auguste de Saint-Hilaire revelam um nauseante paternalismo doutrinador. No entanto, o combustível de todo esse processo fundamentou-se, tal como mencionou o viajante francês, nos valores e costumes de outro homem: José Mariano. Em termos iniciais, nos apontamentos da *Viagem à Província de*

³⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo: 1822**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

São Paulo, Auguste de Saint-Hilaire destacou que esse mesmo José Mariano não se subordinava às suas ordens, seu comportamento era avesso a qualquer tentativa desse teor, como demonstrou o desentendimento entre ele e outro companheiro de viagem.

Em uma determinada ocasião, Auguste de Saint-Hilaire e seus companheiros de viagem pernотaram em um “pequeno rancho aberto de todos os lados”. Apesar da aparente tranquilidade que reinava naquela noite, José Mariano “sem nenhuma razão, se enfureceu” com um certo “criado francês, o amado Laruotte, que sempre o tratara com grande consideração, e o ameaçou”. A motivação do desentendimento de José Mariano com o “amado Laruotte” não está clara na documentação, porém na presença dessa atitude, Auguste de Saint-Hilaire assinalou que “esse homem, inconstante como todos os mestiços, era capaz de me abandonar no meio do caminho à primeira censura que eu lhe fizesse e como me fosse impossível substituí-lo naquele momento, procurei armar-me de toda paciência”. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 87).

Assim como outros homens pobres e livres que travaram contato com os viajantes estrangeiros, Firmino e José Mariano possuíam características que na perspectiva avaliativa de qualquer viajante estrangeiro deflagrava a “necessidade de doutriná-los” no caminho da civilização, o caminho da “modernidade”. No entanto, mais que uma possível inconstância, a insubordinação dos homens da Terra era direcionada pelos valores e costumes de sua própria vida cotidiana. Embora não tenham percebido essa importante relação, o que ficou evidente no contato dos viajantes estrangeiros com os homens pobres e livres, foi a sua completa dependência pessoal à prática cotidiana dos Firminos e Josés Marianos que perambulavam pelos campos e cidades oitocentistas, cuja lógica de vida cotidiana não se adequava àquela esperada pelos viajantes oitocentistas.

Todavia, ao menos na perspectiva de Auguste de Saint-Hilaire, não eram os valores e costumes da vida cotidiana dos homens pobres e livres que determinavam a sua

insubordinação, mas sim a sua “natural indolência”. Nesse caso, o preceito racial imperou continuamente. De acordo com o naturalista francês, “os mestiços de índias e brancos”, do mesmo modo que José Mariano,

“são tão poucos providentes quanto seus antepassados modernos e talvez mais apáticos do que eles. Podemos acrescentar que ainda que a indolência desses homens se juntam, de um modo geral, a palermice e a impolidez. Não obstante, eles não possuem nem a arrogância nem a maldade que encontramos com tanta frequência nos habitantes de nossos campos. Assemelham-se em alguns pontos aos camponeses de Sologne, como eram na mesma época, mas são ainda mais indolentes e ao mesmo tempo mais ágeis e menos desajeitados”. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 85).

Apesar da ingenuidade e de uma certa romantização, uma vez que esses camponeses ao seu ver não possuíam arrogância e maldade, as comparações entre os “mestiços e os camponeses de Sologne” parecem inicialmente incompreensíveis para o pesquisador contemporâneo, contudo o detalhista Auguste de Saint-Hilaire ao menos perpetuou uma nota esclarecedora. De acordo com essa

“os camponeses de Sologne, mais bem alimentados e bem vestidos, são hoje talvez menos indolentes e mais ativos, mas depois que eles se civilizam tornam-se egoístas, mostram menos respeito pelas leis de seus antepassados e desconhecem o sentimento de fraternidade que caracterizava as gerações passadas”. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 85).

À primeira vista, o que se destaca nestas considerações é a “indolência natural” dos mestiços e camponeses de Sologne. Apesar de civilizados, os camponeses não respeitavam as leis e desconheciam a fraternidade. Nesse ponto, o nauseante paternalismo de Auguste de Saint-Hilaire reaparece. Em outros termos, para que os homens como Firmino e José Mariano abandonassem a “indolência natural” não bastava “civilizá-los”, era preciso “doutriná-los” continuamente, para que não cometessem os mesmos desvios desses misteriosos camponeses. De qualquer forma, essa suposta indolência, que na verdade era um costume historicamente constituído na vida cotidiana dos homens pobres e livres, tornava-se um verdadeiro entrave para os viajantes estrangeiros no século XIX, que ressaltavam continuamente as dificuldades

enfrentadas para “encontrar, no Brasil, homens livres para servirem de criados”. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 86). Todavia, Auguste de Saint-Hilaire não foi o único viajante estrangeiro a queixar-se.

Nas cercanias interioranas da Província de São Paulo, Augusto Emílio Zaluar destacou que os vendeiros às margens das estradas tomavam decisões que subordinavam indiscriminadamente todo e qualquer viajante, isso “porque não há direito, autoridade, nem lei que prevaleça ao seqüestro imediato desta implacável justiça de aldeia”. (ZALUAR, 1975, p. 16). Na verdade, assim como os fatores antes mencionados, essa particularidade era do mesmo modo condicionada pelos valores e costumes da vida cotidiana dos homens pobres e livres. Contudo, para os viajantes estrangeiros, o que realmente a tornava desconcertante era a sua proximidade com uma espécie de economia natural, economia essa que não requeria disciplina e dedicação regular ao trabalho. Em outras palavras, ela produzia um meio de sobrevivência aquém das necessidades coloniais de dominação e exploração.

Com uma cotidianidade fundamentada em uma série de valores e costumes contrários aos dos viajantes de origem estrangeira, os homens pobres e livres foram continuamente estigmatizados na literatura de viagem do século XIX. De acordo com José Carlos Barreiro, em seus apontamentos os viajantes reafirmavam a ideologia de suas intencionalidades, associando a idéia da ociosidade à de trabalho artesanal e assistemático.³⁹ Em poucas palavras, apesar dos viajantes estrangeiros vislumbrarem nas particularidades dessa vida cotidiana apenas a “indolência natural”, os homens pobres e livres eram – parafraseando Christopher Hill – verdadeiros homens sem senhor.⁴⁰

Dentro do sistema latifundiário da monocultura agro-exportadora oitocentista, os homens pobres e livres constituíam uma classe intermediária. Encontravam-se entre os escravos e a classe média baixa, constituída basicamente por pequenos comerciantes. Ainda

³⁹ BARREIRO, José Carlos. Op; cit, p. 45.

⁴⁰ HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 4ª reimpressão, 2002, pp. 55 – 71.

que apenas temporariamente estabelecidos em cidades e pequenas vilas, o cotidiano desses homens sem senhor não contracenava necessariamente com a vida nas lavouras.⁴¹ Em outras palavras, o que praticamente separava esses indivíduos do sistema de trabalho das fazendas agrícolas eram suas atividades de subsistência cotidiana, bem como determinados valores da sociedade oitocentista, onde qualquer trabalho manual era considerado trabalho escravo.⁴² Ademais, de acordo com os registros de Augusto Emílio Zaluar e de tantos outros viajantes, essas atividades de subsistência eram também um dos pontos centrais do processo de relacionamento social dos viajantes de origem estrangeira com os homens pobres e livres. Todavia, diante do enorme manancial de homens sem senhor que perambulavam pelos campos e cidades, às vezes em busca de uma atividade de subsistência, porém mais freqüentemente como verdadeiros refugos de uma sociedade altamente discriminatória, os viajantes estrangeiros reafirmavam que a ociosidade entre as classes subalternas era reinante. Assim, a despeito das representações sobre os homens pobres e livres, percebe-se que os viajantes estrangeiros seguiam basicamente duas linhas de interpretação. Na primeira, conforme antes mencionado, era ressaltada a ilustração e a civilidade de indivíduos que pertenciam a uma elite minoritária, caracterizada na representação de políticos, advogados e fazendeiros de prestígio social e econômico. Na segunda linha, de acordo com os apontamentos presentes na literatura de viagem do século XIX, os costumes e os valores cotidianos dos homens pobres e livres eram determinados por vícios que os afastavam da modernidade européia. No entanto, a essência desses apontamentos oitocentistas não se disseminava apenas sobre os homens, mas também sobre os espaços de sua vida cotidiana. Em outros termos, sobre o campo e a cidade.

⁴¹ STEIN, Stanley Julian. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850 – 1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 163.

⁴² KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1994, pp. 43 – 44.

Na sua *Peregrinação pela Província de São Paulo*, Augusto Emílio Zaluar percorreu, além da mencionada Pindamonhangaba, as cidades de Bananal, Areias, Guaratinguetá, Taubaté, São Paulo, Campinas, Sorocaba, Porto Feliz, dentre tantas outras. Porém, do mesmo modo que destacou a relevância intelectual do Doutor Homem de Melo, destacou também as particularidades que evidenciavam, em sua própria perspectiva, a grandeza ou a decadência de uma cidade. Apontamentos esses fundamentados na apreciação do funcionamento das instituições controladoras da ordem social, tais como igrejas, cadeias, hospitais, escolas e câmaras municipais.

Sobre essa constelação de instituições, Michelle Perrot destacou que as mesmas, em consentimento mútuo com a racionalidade e a ordem social, participavam efetivamente da regulamentação da sociedade no século XIX.⁴³ Embora ao destacar essa particularidade tenha fundamentado suas interpretações na sociedade francesa urbano-industrial dos oitocentos, as considerações de Michelle Perrot proporcionam observar nos apontamentos de Augusto Emílio Zaluar, bem como nos de outros viajantes de origem estrangeira, um manancial de representações fundamentadas nos ideários da racionalidade burguesa. Portanto, a análise desses apontamentos torna-se fundamental, uma vez que suas representações revelam parte da própria intencionalidade dos viajantes estrangeiros no século XIX.

Conforme se salientou inicialmente, Augusto Emílio Zaluar não residiu apenas na cidade do Rio de Janeiro, mas também em Petrópolis, localidade privilegiada pelos imigrantes de origem européia ainda em meados do século XIX. Em 1871, assim como vários de seus antecessores, Oscar Canstatt percorreu as ruas daquela que era, de acordo com seus apontamentos de viagem, “a colônia alemã perto do Rio, e ao mesmo tempo a residência de verão do Imperador”. (CANSTATT, 2002, p. 317). Embora não se saiba ao certo a motivação da transferência de Augusto Emílio Zaluar para a cidade de Petrópolis, pode-se acreditar que a

⁴³ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 2001, p. 53.

sede da “residência de verão do Imperador” fosse naqueles tempos divulgada enquanto um verdadeiro reduto da civilidade imperial, a civilidade dos trópicos. Atualmente sabe-se que o Imperador Pedro II procurou promover nacionalmente e internacionalmente a identidade da monarquia brasileira. E a despeito dessa intencionalidade, assim como destacou Lilia Moritz Schwarcz, o Imperador promoveu ainda uma torrente de reformas acadêmicas, como a implantação da Academia Imperial de Belas Artes e a constituição do Colégio Dom Pedro II. Tais implementações seguiam a perspectiva de que um Império deveria unir os ares do academicismo em conjunto com a elevação da ilustração humana para que a chamada civilidade fosse privilegiada. No entanto, remonta a segunda metade da década de 1830, mais precisamente o ano de 1838, a relação do Imperador com a *sapiência*, ano na qual o IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – o nomeou para ser o “protetor da instituição”.⁴⁴

Sabe-se também, por outro lado, que essas instituições científicas eram responsáveis pela divulgação da imagem da monarquia. Imagem essa tida como a Oficial do Império, mas que em determinados momentos não condizia com suas particularidades naturais, sociais e culturais. A exemplo, pode-se mencionar a propaganda internacional disseminada especialmente na Europa a respeito da Guerra do Paraguai, onde as receitas financeiras e avassalador números de pessoas mortas eram escamoteados pelo discurso civilizador do Império nos Trópicos. Apesar da conhecida intencionalidade das autoridades imperiais havia uma grande resistência, maiormente das classes subalternas, no que referia às transformações necessárias para atingir a almejada civilidade.

A respeito dessa contínua resistência, analisando a sociedade urbana do Rio de Janeiro ainda no processo de instalação da Coroa Bragantina na Colônia, Paulo César Garcez Marins destacou a enorme resistência das classes subalternas, assim como a dificuldade encontrada pelas autoridades portuguesas para cumprir as leis que visavam, em poucas palavras, alterar as

⁴⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op; cit, pp. 125 – 157.

normas de conduta e sociabilidade da cidade.⁴⁵ Ademais, apesar do esforço contínuo das autoridades coloniais e posteriormente imperiais, a resistência dos grupos socialmente e economicamente desfavorecidos permaneceu, tal como antes, irredutível.

Transcorridas praticamente sete décadas, em uma carta redigida ao Congresso Agrícola do Rio de Janeiro em 1878, Candido Barreto de Souza Faria salientava que em todo o Império havia a necessidade que “seria de boa providencia fazer retirar das capitaes e centros populosos centenares de braços ahi inutilmente existentes”.⁴⁶ Ao escrever essa carta, Candido Barreto de Souza Faria seguia a perspectiva de que a solução para o problema da ausência de mão-de-obra nas lavouras cafeeiras não se encontrava na então apregoada imigração estrangeira, mas no contingente de homens sem senhor disponíveis nas “capitaes e centros populosos” do Império. Porém, escamoteada pela intencionalidade de Candido Barreto de Souza Faria encontra-se a resistência das classes subalternas que não aceitavam as imposições das autoridades vigentes, bem como da oligarquia dominante, e mantinham os valores de sua conduta e sociabilidade no campo e na cidade. Nesse sentido, assim como em outras cidades, a do Rio de Janeiro também apresentava “centenares de braços” desatrelados do trabalho, fato que para Augusto Emílio Zaluar afastava o homem da chamada civilidade. Desse modo, pode-se presumir que em um período marcado por transformações políticas e econômicas, Augusto Emílio Zaluar buscasse na cidade de Petrópolis aquilo que possivelmente era difundido enquanto o reduto da ilustração do Império, característica que ficou, em certo sentido, preservada na própria intencionalidade dos apontamentos da *Peregrinação pela Província de São Paulo*.

De fato, não eram as particularidades da cidade de Petrópolis. Mas na Província de São Paulo, a intencionalidade de Augusto Emílio Zaluar pautava-se inicialmente sobre os círculos sociais representados basicamente por reuniões entre os comparoquianos de maior

⁴⁵ MARINS, Paulo César Garcez. **Através da rotula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX**. São Paulo: Humanitas, 2001, pp. 211 – 232.

⁴⁶ CONGRESSO AGRÍCOLA. **Collecção de documentos**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 33.

poder e prestígio social. Dentre essas reuniões, pode-se destacar a mencionada em sua passagem por Bananal. Nessa cidade, Augusto Emílio Zaluar registrou que apesar do “aspecto monótono” que reinava em suas ruas, havia um grêmio com um “grande número de cavalheiros ilustrados, que muito honram não só o município como também o país”. (ZALUAR, 1975, p. 45). Contudo, mediante aos registros de Oscar Canstatt, pode-se interpretar que a sociabilidade cotidiana presente no grêmio da cidade de Bananal não foi apreciada em Petrópolis, posto que nessa localidade não havia

“grande união entre a população alemã e particularmente as escolas e a igreja dão motivo a atritos de toda espécie. A população de Petrópolis, que em grande parte se compõe de artífices, não goza também de boa reputação no que se refere à perfeição do seu trabalho. Percebe-se lá, a maior parte das vezes, trabalhos caros e malfeitos. A agricultura limita-se a poucos produtos alimentícios, porque a lavoura já não merece a mesma atenção que no principio”. (CANSTATT, 2002, p. 322).

Em tais apontamentos, Oscar Canstatt salientou que a falta de ordem e disciplina era marcante nas duas principais instituições de controle social da cidade, a igreja e a escola, e que seus artífices tinham “má reputação”. Embora sejam posteriores, atributos dessa natureza eram antes possivelmente encontrados. Em outros termos, uma cidade controlada pelos preceitos da civilidade deveria, de acordo com Augusto Emílio Zaluar, acumular simultaneamente o universo da organização e do trabalho, particularidades advindas da ilustração do homem. Desse modo, considerando-se que as escolas e as igrejas eram instituições de prestígio e controle social, que em conjunto com o trabalho regular referendavam a ilustração e a racionalidade de uma cidade e seus habitantes, presumi-se que Petrópolis não condizia com aquilo que Augusto Emílio Zaluar procurava. Porém, a relevância dessa interpretação não se restringe apenas aos ideários de Zaluar, mas também a intencionalidade que forjou a caminho de sua peregrinação. Em outras palavras, Augusto Emílio Zaluar orientava-se pela relevância de uma cidade e pela ilustração de seus habitantes em face de seu próprio conhecimento.

Nesses termos, deve-se destacar que o viajante de origem portuguesa observava primeiramente a produção agrícola de um determinado município, posto que essa se encontrava atrelada ao trabalho. Ademais, sua perspectiva convergia diretamente à civilidade do homem e as características da cidade, onde conseqüentemente prevalecia a fundamentação de uma visão dicotomizada do campo e da cidade.

Desse modo, Augusto Emílio Zaluar buscou na paisagem rural de vilas e cidades da Província de São Paulo os “produtos da cultura, os cafezais, as roças de milho, de feijão, e nas planícies rodeiam os arrozais, espessos e dourados como as mais belas searas”. Fatores que ilustravam um cenário marcado pela modernidade, uma vez que, de acordo com suas palavras, nessas regiões “por tôda a parte brota a vida ao contacto da civilização e do progresso”. (ZALUAR, 1975, p. 53). Em outras palavras, Augusto Emílio Zaluar buscava na paisagem das vilas e cidades, assim como em seus arredores, aquilo que se encontrava associado aos ideários da ilustração do homem e da “modernidade” atrelada ao trabalho racional do universo burguês.

Para Augusto Emílio Zaluar, a ilustração do homem e a modernidade associada ao trabalho aparecem fundidas, e ao que tudo indica, intimamente atreladas. Do mesmo modo que nos apontamentos anteriormente mencionados, no entanto com maior fecundidade, Augusto Emílio Zaluar enalteceu e justificou os valores da “civilização e do progresso” em consentimento com a sua própria visão de mundo. A ponto de afirmar com enorme convicção que

“o poder das idéias que o sopro da civilização espalha nas asas do progresso tem germinado frutos abençoados nesta terra de predileção. Ao lado da pomba de uma natureza luxuriante acelera-se o desenvolvimento material e brota como espontâneo o talento e o gênio de seus filhos”. (ZALUAR, 1975, p. 92).

Mais do que uma simples demonstração de seu talento poético, Augusto Emílio Zaluar procurou evidenciar que as idéias, a civilização e progresso proporcionavam o

desenvolvimento “espontâneo”, principalmente em decorrência da “luxuriante natureza” do Império. Esse mesmo círculo de idéias, magistralmente conjugado, transparece em outra passagem de seus apontamentos de viagem.

Em sua estadia na cidade de Campinas, Augusto Emílio Zaluar ficou radiante com o “empório de riqueza e civilização” ostentado pelos homens nas ruas e edifícios dessa localidade. No entanto, esse celeiro civilizador foi formado, de acordo com os apontamentos de Augusto Emílio Zaluar, mediante ao labor e dedicação dos primeiros povoadores, que com empenho cultivaram na terra a cana e construíram os primeiros engenhos de açúcar. O labor continuamente semeado na terra gerou os frutos que

“dessas primeiras famílias de tão diversos pontos da província, e algumas das quais já relacionadas entre si pelos laços do parentesco e da amizade, descendem as grandes famílias em cujas mãos estão hoje as mais importantes fortunas e talvez os destinos dêste rico município”. (ZALUAR, 1975, p. 134).

Para Augusto Emílio Zaluar essa prosperidade era uma consequência direta de um processo que deveria ser literalmente abraçado por todos. Afinal de contas,

“por tôda a parte as povoações modernas, animadas pelo espírito de progresso e pela vitalidade de suas forças juvenis, nos reproduzem constantemente o mesmo fato: enfraquecem ou anulam as povoações antigas. E não se pense que êste fenômeno se manifesta somente no desenvolvimento material das povoações; pelo contrário, êle se torna bem patente na elevação das idéias e na aspiração para seu aperfeiçoamento moral e social. Se outros pontos que tenho percorrido me não houvessem fornecido já exemplos irrecusáveis desta verdade, aí está o município de Campinas para fazer baquear a última dúvida”. (ZALUAR, 1975, p. 134).

Nessa convicção, o ideário e o enaltecimento da modernidade associada ao trabalho ressoa enquanto o centro nervoso de um processo inevitável para alcançar a ilustração do homem. Em outros termos, a verdadeira riqueza encontrava-se assentada principalmente na agricultura e na exploração dos bens naturais. No entanto, se de um lado não faltavam exemplos para “baquear a última dúvida” a respeito da relação entre o trabalho, a

prosperidade e a ilustração, de outro lado não faltavam exemplos para que Augusto Emílio Zaluar, de acordo com essa mesma perspectiva avaliativa, justificasse suas palavras.

Na cidade de São José do Paraíba, Augusto Emílio Zaluar testemunhou que o município era um

“fecundo manancial de riquezas naturais que a mão da indústria poderia explorar com facilidade, e conseguiria benéficos resultados, não só em favor do desenvolvimento local como da fortuna particular; mas a reconhecida indolência da maior parte de seus habitantes, e os vícios e costumes eivados de antigos prejuízos, conservam na esterilidade um torrão que parece regorgitar de seiva e pedir aos homens que o façam produzir e lhe inoculem pelo trabalho os germens da riqueza industrial”. (ZALUAR, 1975, p. 108).

Esses apontamentos deflagram mais uma parte da intencionalidade de Augusto Emílio Zaluar. Em outras palavras, o viajante português procurou em sua narrativa elencar os aspectos que revelavam a “opulência e o vigor da natureza americana” como a principal característica de um ambiente que possibilitava ao homem, de acordo com seu trabalho, o enobrecimento das idéias, a acumulação de riquezas e, por conseguinte, o destaque de sua morada no altar da “civilização”. (ZALUAR, 1975, p. 11). Todavia, para Augusto Emílio Zaluar, os maiores entraves para a disseminação e a fundamentação desses ideais de vida eram os “vícios e costumes eivados” dos homens sem senhor. Embora associasse os “costumes eivados” aos vícios e a falta de civilidade dos homens pobres e livres, os costumes cotidianos e as tradições das classes menos favorecidas eram a representação daquilo que, para Augusto Emílio Zaluar, os destoava da chamada modernidade européia. Esse ideário avaliativo prevalecia porque todas as descrições presentes na literatura de viagem do século XIX passavam por um crivo avaliativo, onde o homem e seus costumes eram interpretados mediante a valores exteriores, afastados da realidade representada. Diante desse quadro, onde prevaleciam os costumes de uma vida cotidiana desgarrada daquilo que era sinônimo de prosperidade, Augusto Emílio Zaluar registrou que

“a exceção das pessoas mais ilustradas, dos fazendeiros e comerciantes, o resto da população é naturalmente indolente, preguiçosa e alheia a tôdas os regalos da civilização, contentando-se apenas com qualquer meio de subsistência, sem se importar qual será a sua sorte no dia seguinte nem donde lhe virão recursos”. (ZALUAR, 1975, p.108).

Esses apontamentos demonstram que o “resto da população” não se enquadrava em sua perspectiva de mundo. O mundo civilizado, afinal de contas a palavra “resto” evoca a falta de essência e de natureza pródiga. Essa interpretação, embora desprovida de maiores detalhes, torna-se ainda mais contundente quando agregada a apontamentos posteriores. De acordo com Augusto Emílio Zaluar, os homens de “vícios e costumes eivados” cultivavam apenas a

“ferro e fogo o torrão que possuem, e plantam-lhe milho feijão e arroz. Colhido o seu produto, que sem muito trabalho podem haver, levam-no ao mercado, onde o vedem para comprar a roupa que lhes é necessária durante o ano, e regressa à casa, entregando-se outra vez aos seu hábitos de ociosidade, confiados na fertilidade do solo que lhes fornece abóboras, aipim, batatas e outros gêneros, bem como das matas, que lhes oferecem palmitos, aves e outras muitas qualidades de caça, assim como nos rios, que os alimentam com muitos, variados e gostosos peixes”. (ZALUAR, 1975, pp. 108 – 109).

Definitivamente, a terra favorecia o homem em tudo que necessitava para o sustento de sua vida. Contudo, o que realmente incomodava Augusto Emílio Zaluar era essa vida “quase improdutiva” dos homens sem senhor, que não retirava o proveito completo “das grandes vantagens que promete o município, nem se desenvolva nenhum dos elementos de progresso que a natureza tão generosamente lhes confiou”. (ZALUAR, 1975, p. 109). No entanto, a questão que desatinava Augusto Emílio Zaluar não estava simplesmente relacionada ao trabalho, mas principalmente a falta de um ideário que privilegiasse a acumulação de riquezas, a ambição, bem como o envolvimento com um trabalho que vai além da satisfação imediata das necessidades básicas.

Em décadas posteriores, mais precisamente na cidade de São Paulo de fins do século XIX e início do XX, Maria Inez Machado Borges Pinto observou a permanência desses

costumes cotidianos. De acordo com suas considerações, os trabalhadores urbanos naqueles tempos mantinham hábitos completamente irregulares. Em geral, esses homens buscavam trabalhos pagos somente quando suas provisões cotidianas acabavam, não restando ao menos um tostão, fato que ameaçava a perda daquilo que era um “mínimo vital”.⁴⁷ Embora seja a análise de uma realidade, em certo sentido, distinta daquela de meados do século XIX, percebe-se um ponto de analogia. Assim como na cidade de São Paulo, as classes subalternas descritas nos apontamentos de Augusto Emílio Zaluar não possuíam costumes ligados aos preceitos acumulativos. Ademais, em virtude dessa característica, em conjunto com os ideários sobre a ilustração do homem e a modernidade atrelada ao trabalho incessante, Augusto Emílio Zaluar procurava encontrar, conhecer e conviver em todas as localidades que pernoitou com as “pessoas mais ilustradas”. (ZALUAR, 1975, p. 108).

Seguindo essa perspectiva amplamente seletiva, na cidade do Bananal, Augusto Emílio Zaluar ficou hospedado na fazenda do Sr. Barão de Bela Vista, que de acordo com seus apontamentos era um “moço, inteligente, rico e viajou a Europa”. Particularidades que para o viajante português ratificavam que nada mais era preciso “saber para fazer-se um juízo da amabilidade de seu trato e do agradável conforto de sua convivência”. (ZALUAR, 1975, p. 42). Esse era, portanto, o tom descritivo que acompanhou os apontamentos de Augusto Emílio Zaluar em sua *Peregrinação pela Província de São Paulo*. Em outras palavras, o viajante de origem portuguesa apreciava os campos e as cidades, bem como os homens que nelas habitavam, na perspectiva de encontrar aquilo que inspirava ou denotava o relacionamento de uma comunidade ou mesmo de um indivíduo com a chamada civilização, a civilização européia. Ademais, em seus apontamentos, Augusto Emílio Zaluar declarou abertamente a sua identificação com os setores dominantes da sociedade e foi a partir deles que descreveu e julgou os costumes da vida cotidiana dos homens pobres e livres.

⁴⁷ PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890 – 1914**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / FAPESP, 1994, p. 232.

Se os apontamentos sobre as classes dominantes eram difundidos enquanto modelo a ser apreciado e seguido, os apontamentos sobre os homens sem senhor denotam, de outro lado, as particularidades de um universo cotidiano secularmente constituído. Todavia, antes de prosseguir torna-se relevante salientar que, conforme destacou o próprio Augusto Emílio Zaluar em uma carta destinada a seu amigo Remígio da Sena Pereira, seus apontamentos de viagem descreviam apenas aquilo que mais lhe impressionava. (ZALUAR, 1975, p. 22). A perspectiva de representar os detalhes de uma realidade faz parte de um movimento muito mais amplo. De acordo com Edward Said, “o orientalismo tem suas premissas na exterioridade, ou seja, no fato de que o orientalista, poeta ou erudito, faz com que o Oriente fale, descreve o Oriente, torna os seus mistérios simples por e para o Ocidente”. No caso de Augusto Emílio Zaluar, assim como na literatura de viagem do século XIX, a possibilidade de interpretar a vida cotidiana do Outro se relacionava à idéia de afastamento moral e cultural.⁴⁸ Desse modo, os apontamentos sobre o cotidiano dos homens pobres e livres denotam inicialmente aquilo que, para o viajante português, não condizia com os preceitos da modernidade atrelada ao trabalho. Em outros termos, embora estejam desse modo classificados, em contrapartida esses apontamentos são preciosos para a análise e a compreensão da vida cotidiana das classes subalternas no século XIX.

O contato de Augusto Emílio Zaluar com os homens pobres e livres aconteceu em locais invios, paragens desoladas, principalmente à margem das estradas. Do mesmo modo que um de seus percussores, Auguste de Saint-Hilaire, em determinados momentos de sua peregrinação, Augusto Emílio Zaluar valeu-se dos benefícios proporcionados pelas atividades de subsistência cotidiana desenvolvidas pelos homens sem senhor.

Sobre essa particularidade, Augusto Emílio Zaluar contratou um condutor para lhe ensinar o caminho entre as cidades de Sorocaba e Porto Feliz. De acordo com seus

⁴⁸ SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 1990, p. 32.

apontamentos, Leonardo era um condutor natural da Província do Rio Grande do Sul. Verdadeiro conhecedor da trama de caminhos, bem como das mazelas interioranas, Leonardo transformou-se em um verdadeiro e precioso alento ao viajante português. Apesar dessa particularidade relevante, assim como outros viajantes de origem estrangeira, Augusto Emílio Zaluar não vislumbrou em Leonardo os preceitos da modernidade atrelada ao trabalho, principalmente em virtude da sazonalidade presente em sua vida cotidiana. De fato, os condutores oitocentistas eram verdadeiramente homens sem senhor, característica que para os preceitos da modernidade européia era sinônimo de ociosidade e insubordinação. Entretanto, essa mesma sazonalidade era, em determinados momentos, articulada ao conhecimento dos condutores. Sobre essa característica, Augusto Emílio Zaluar mencionou que Leonardo recusou-se a viajar durante a noite alegando que os caminhos e terrenos daquelas cercanias eram “pantanosos”. (ZALUAR, 1975, p. 168). Diante desse comportamento, Augusto Emílio Zaluar irritou-se com a inconstância de seu camarada, uma vez que Leonardo havia comprometido-se em acompanhar o viajante “até Pôrto-Feliz em viagem seguida”. Embora tenha compreendido ao amanhecer as causas da inconstância de Leonardo, bem como seu “profundo conhecimento de causa”, Augusto Emílio Zaluar vislumbrou inicialmente apenas aquilo que representava a ociosidade e a ausência de modernidade atrelada ao trabalho. (ZALUAR, 1975, p. 169). Em outros termos, a contrariedade, nesse caso, revela mais uma parte da eminente tensão cultural que permeou o relacionamento social entre os viajantes de origem estrangeira e os homens pobres e livres. Todavia esse acontecimento não revela a proximidade dos homens sem senhor com os preceitos da civilização, preferido e desejado pelos europeus, mas sim uma cotidianidade fundamentada naquilo que representava o conhecimento necessário para a própria sustentabilidade de uma vida cotidiana historicamente constituída.

Todavia, independentemente das cercanias percorridas, os viajantes estrangeiros no século XIX, em determinados momentos, concentravam-se em descrever aquilo que representava a vida cotidiana das classes subalternas no campo e na cidade. Embora sejam assinalados por uma perspectiva altamente reprovativa, principalmente quando contrapostos aos preceitos da modernidade européia, esses apontamentos evidenciam outras questões da intencionalidade dos viajantes de origem estrangeira, bem como os fragmentos da cotidianidade dos homens sem senhor.

Em 1871, nas cercanias interioranas da Província de Minas Gerais, Oscar Canstatt descreveu que a pobreza era reinante nas vilas do interior. Contudo, assim como nas estradas e caminhos que uniam os núcleos de concentração urbana no século XIX, os moradores dessas pequenas localidades, ainda de acordo com Oscar Canstatt, “nunca me pediram uma esmola”. Mas, por outro lado,

“exigiam às vezes uma gorjeta exagerada, ou importunavam-me quando pagava as contas, mas nenhum mendigo maltrapilho me estendia a mão no caminho. Na Bahia, Rio de Janeiro e outras grandes cidades da América do Sul era, ao contrário, muitas vezes importunado por mendigos”. (CANSTATT, 2002, p. 341).

Apesar da pobreza presente no campo e na cidade, Oscar Canstatt dimensionou essa particularidade dentro de uma perspectiva praticamente natural às localidades sul-americanas, afinal de contas, de acordo com seus apontamentos, o que realmente poderia incomodar os viajantes de origem estrangeira não era a pobreza, mas a mendicância praticada nos maiores centros urbanos. Apesar de maiores detalhes, de acordo com Walter Fraga Filho, a mendicância durante séculos, incluindo boa parte do século XIX, era uma prática que mesmo quando repudiada e desprezada não marginalizava os mendigos. Em certo sentido, havia uma tolerância social que atrelava os mendigos ao cenário cotidiano das cidades. No caso do Império, onde a sociedade católica prevalecia, esses homens davam um “toque de piedade aos funerais, às festas e procissões religiosas e aos atos de caridade dos paroquianos”. Em suma,

embora fosse uma tradição de origem medieval, para a sociedade oitocentista a “piedade para com os pobres era uma forma de expressar a devoção para com Deus”.⁴⁹ Portanto, os apontamentos do viajante Oscar Canstatt encontram uma possível ressonância em preceitos religiosos, que diferenciavam seus valores dos valores culturais dos homens da Terra. Ao contrário dos praticantes do catolicismo, Oscar Canstatt não vislumbrava na mendicância a piedade para com os pobres e a devoção para com Deus. Em outras palavras, aquilo que para a sociedade católica representava a piedade e a provável salvação dos mais afortunados, para Oscar Canstatt representava um verdadeiro incômodo. Ademais, embora nesses apontamentos o campo apresente uma característica dissoluta da cidade, ambos não podem ser interpretados desse mesmo modo, dada a dependência da cidade em relação ao campo, bem como a mobilidade dos homens sem senhor, afinal de contas, de acordo com Raymond Williams, não “há um contraste simples entre a cidade pervertida e o campo inocente, pois o que acontece na cidade é gerado pelas necessidades da classe rural dominante”.⁵⁰

Em todo caso, para os viajantes de origem estrangeira no século XIX, as cidades do Império eram verdadeiramente opostas ao campo. Todavia, essa característica encontra-se fundamentada na limitação e na própria dependência dos viajantes de origem estrangeira em relação aos homens sem senhor. Nesse caso, se Augusto Emílio Zaluar procurava pernoitar na residência citadina das pessoas de maior prestígio social, nos caminhos interioranos era obrigado a submeter-se aos mais variados tipos de pousadas.

A respeito dessa particularidade, o próprio Augusto Emílio Zaluar destacou que nas proximidades da cidade de Campinas havia o “pouso do Sr. Pinto, bem conhecido dos viajantes pela jovialidade de seu dono e pelo agasalho que êle faz às pessoas que ali pernoitam ou descansam. Deus o conserve”. Todavia, na perspectiva dos viajantes de origem

⁴⁹ FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: HUCITEC. Salvador: EDUFBA, 1996, p. 35.

⁵⁰ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª reimpressão, 1990, p. 78.

estrangeira, esta não era uma característica reinante. Mesmo porque, de acordo com Augusto Emílio Zaluar,

“quem não viajou ainda pelos lugares retirados do interior do país não concebe o que quer dizer um bom pouso. Depois de dez ou doze léguas de jornada, aturando os caprichos de uma cavalgadura refratária ao impulso da locomotiva, coberto de suor e de poeira, extenuado de cansaço, sentindo uma dor em cada articulação, no estômago um vácuo impertinente, e achar-se como por encanto sentado a uma boa mesa, namorando com a vista uma cama de lençóis bem alvos, é uma felicidade suprema que o habitante das grandes cidades, o homem que vive sem viajar desconhece inteiramente, e por conseqüência não pode apreciar”. (ZALUAR, 1975, p. 143).

Embora Augusto Emílio Zaluar tenha salientado uma particularidade daquilo que representava a dicotomia cotidiana entre a vida no campo e a vida na cidade, o maior problema dessa perspectiva residia nos anseios de um homem que buscava aquilo que representava “um bom pouso”. Representação essa fundamentada na contraposição entre o campo e a cidade. Em outras palavras, para os viajantes estrangeiros no século XIX, a “cavalgadura refratária” representava as cercanias interioranas e o “impulso da locomotiva” representava as cidades. Ademais, trata-se de uma perspectiva que denota no campo, no entanto apenas nos lugares devidamente habitados, a representação dos valores da cidade.⁵¹ Por fim, deve-se ainda destacar que essa perspectiva avaliativa remete-se também a uma permanência da Renascença. De acordo com Keith Thomas, as cidades nesse tempo “fora sinônimo de civilidade, o campo de rudeza e rusticidade. Tirar os homens das florestas e encerrá-los numa cidade era o mesmo que civilizá-los”.⁵²

Na verdade, de acordo com os ideários da modernidade européia e os apontamentos de Augusto Emílio Zaluar,

“não há nada mais raro do que encontrar para êstes lados um pouso semelhante. Imaginai, portanto, em lugar dêste abrigo confortável, entrardes em uma mesquinha arribana, refúgio de todos os insetos para

⁵¹ LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Editora da UNESP, 2ª reimpressão, 1998, p. 125.

⁵² THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 290.

que os sábios ainda não acharam explicação na natureza, e serdes obrigado a contentar-vos o apetite com os dois invariáveis regalos de feijão mal cozido e lombo mal frito, isto em presença de uma cama de correias de couro entrançadas, suja, velha, sebenta, com lenços da côr da colcha, que é candeia enfumaçada; acreditai que ainda assim não podereis compreender o que é um bom pouso. É preciso passar por certas sensações para saber dar-lhes o valor; é por isso que nunca me esquecerá o pouso do Sr. Pinto”. (ZALUAR, 1975, p. 143).

À primeira vista, nas cercanias interioranas uma solução para evitar esses pousos seria simplesmente procurar “agasalho” nas casas de fazendas, solução, aliás, adotada por Augusto Emílio Zaluar e outros viajantes de origem estrangeira. De acordo com Oscar Canstatt, nas proximidades da Fazenda Cafezal

“por ordem de Maier, nosso peão avançou assim que chegou a uns cem passos de distância da cerca parou o cavalo e bateu palmas. Por muito tempo ninguém apareceu diante da casa da fazenda, que parecia deserta. Nem sequer se ouvia o latir de um cachorro e pareceu-no duvidoso que pudéssemos obter ali agasalho para a noite. Avistamos ao longe alguns animais pastando e essa era a única demonstração de vida. Como eu perguntasse por que João não se aproximava mais, Maier explicou-me que isso era contrário aos usos brasileiros. Nenhum estranho ousava penetrar na propriedade de um brasileiro sem a licença deste, e se o fizesse o proprietário tinha o direito de atirara para matar o intruso. Ao bater palmas devia seguir-se a solicitação e espera a licença para entrar. Isso era um costume sagrado, tanto nas cidades como no campo, João gritou o tempo todo, batendo palmas com as mãos escuras: licença! Isso durou quase um quarto de hora, até que apareceu no umbral da entrada um homem dizendo: chega e nos fez o sinal para nos aproximarmos. Maier, com seu criado, formularam o pedido para pernoitar sob o teto agasalhador da fazenda, o que nos foi logo permitido”. (CANSTATT, 2002, p. 341).

Embora não fosse um processo relativamente simples, para os viajantes de origem estrangeira pernoitar nos pousos parecia indicar uma submissão aos valores e costumes das classes mais desfavorecidas. Todavia, os apontamentos descritivos presentes na própria literatura de viagem do século XIX demonstram que essa solução não passou de um desejo, uma vez que apesar das críticas os viajantes continuamente encontravam-se sob o teto de um pouso. Ainda em consentimento com essa perspectiva avaliativa e desqualificadora, deve-se

também ressaltar que os apontamentos de viagem acerca desses espaços procuraram, em certo sentido, reforçar e reafirmar a idéia de superioridade do europeu, o homem civilizado.

Mas falar de pousos compreende falar de homens: nesse caso dos homens pobres e livres. Os homens sem senhor. Nesse sentido, antes de qualquer coisa, os apontamentos sobre a vida cotidiana desses indivíduos nos anos iniciais da segunda metade do século XIX refletiam mudanças importantes na organização social, as quais estavam intrinsecamente ligadas à emergente modernidade européia. A modernidade atrelada ao trabalho. Basicamente, a vida cotidiana dos homens pobres e livres assumiu, de acordo com os viajantes de origem estrangeira, dois aspectos nitidamente diferentes, embora complementares. De um lado, a sua insubordinação. Do outro, a sua relevância. A dupla face dessa vida manifestava-se no momento em que os homens pobres e livres sobreviviam de acordo com sua cotidianidade e apesar da insubordinação a elas relacionadas, os viajantes sabiam de sua relevância para o bom termo da viagem, embora em poucas ocasiões tenham manifestado abertamente esse sentimento.

A despeito de maiores detalhes, Augusto Emílio Zaluar destacou que “o velho Leonardo se tornou para mim mais do que um companheiro; tinha a necessidade de vê-lo e ouvi-lo constantemente ao meu lado, trotando em seu cavalo esguio e magro, e espalhando pelo ar as baforadas do inseparável cigarro de palha”. No mais, Augusto Emílio Zaluar ainda lamentou-se por não ter despendido “tôda a atenção a que meu excelente camarada tinha direito”. (ZALUAR, 1975, p. 168).

Aos viajantes de origem estrangeira no século XIX restavam, portanto, duas opções. A primeira, embora remota, residia na perspectiva de evitar uma possível relação cotidiana com as classes mais populares. A segunda envolvia a submissão dos viajantes estrangeiros aos valores e costumes cotidianos dos homens pobres e livres, os homens sem senhor, a dimensão dessa manifestava-se no contato social continuamente destacado na própria literatura de

viagem oitocentista. Na verdade, ao passo que esse contato era fundamentado, a dicotomia cultural e social entre os estrangeiros e os homens da Terra afluía, tal como demonstra os apontamentos sobre a vida cotidiana no campo e na cidade. Daí a necessidade de analisá-los com maior profundidade.

II

CAMINHOS DO INTERIOR

Nas primeiras tentativas de implantação da cultura européia no interior da Colônia Portuguesa em Terras da América, o uso dos antigos caminhos indígenas foi de relevância inestimável, principalmente para a fundação e a consolidação dos primeiros núcleos de concentração populacional afastados da costa atlântica. Os missionários jesuítas e mesmo os primeiros sertanistas usufruíram, em larga escala, dessas primitivas veredas de acesso ao interior da Colônia. Nesse caso, pode-se afirmar que as vias indígenas foram tão necessárias quanto haviam sido para os naturais da Terra. Porém, em um ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, deve-se também salientar que de imediato não foi possível ao colonizador estabelecer um percurso definido entre as brenhas interioranas. De fato, a despeito da influência indígena, seguindo-se, por sua vez, as considerações de Sérgio Buarque de Holanda, esta dificuldade era acarretada pela constante instabilidade na própria rota dessas estradas, sobretudo “quando surgia a interrupção mais ou menos prolongada no seu uso”. Portanto, apesar da escolha cuidadosa de um terreno mais apropriado para enveredar o caminho, para os primeiros sertanistas cada viagem tornava-se, pelo menos indiretamente, uma nova investida.⁵³

Com efeito, as resoluções impostas pelo meio tropical desencadearam sobre o colonizador quinhentista, a necessidade de dominar as particularidades de uma natureza proliera em surpresas. Assim, ainda nas primeiras investidas sertanistas, percebe-se a fundamentação de um contínuo processo de aprendizagem e reprodução de costumes e experiências indígenas para demarcar esses caminhos. Trata-se, evidentemente, de uma particularidade que retrata as conjunturas de um quadro específico, contudo suas

⁵³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª edição, 1994, p. 33.

circunstâncias abrangem um plano histórico muito mais amplo, posto que a marcante presença do processo de aculturação do homem na Colônia Portuguesa em Terras da América constituiu também a própria identidade de sua vida cotidiana. Um exemplo notável desse processo de aculturação encontra-se relacionada à religião. De acordo com Fernando Torres-Londoño, para os padres da Companhia de Jesus, a mancebia era decorrente da escravidão indígena. Casados e solteiros, os portugueses tomavam as índias como mancebas e não se importavam com a condenação dos missionários jesuítas, sobretudo porque se importavam apenas com o clero que não condenava, mas que pelo contrário, praticava os mesmo atos e viviam também na mancebia.⁵⁴ Portanto, se por um lado, o hibridismo cultural, característico do sistema colonial português, forjado, nesse caso, em consentimento com as práticas nativas, foi relevante para a superação do europeu sobre a natureza dos trópicos, percebe-se, por outro lado, que a estrutura dos caminhos interioranos permaneceu, por vezes, praticamente inalterado.

Desse modo, ainda que no século XIX a trama de caminhos estivesse plenamente consolidada, impõe-se a seguinte questão: a precariedade dos caminhos determinou o isolamento das comunidades urbanas do interior, a própria capacidade do homem da Terra para superar as adversidades impostas pela natureza e o surgimento dos pousos às margens das estradas?

Em um estudo clássico sobre a urbanização no Brasil no século XIX, Emília Viotti da Costa acentuou que a “população dos núcleos urbanos do interior vivia isolada, ignorante do que se passava no mundo”.⁵⁵ Em verdade, o que Emília Viotti da Costa apresentava em sua

⁵⁴ TORRES-LONDOÑO, Fernando. **A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 39.

⁵⁵ Segundo as palavras de Emília Viotti da Costa, “a população dos núcleos urbanos do interior vivia isolada, ignorante do que se passava no mundo. Apenas os fazendeiros mais importantes freqüentavam peridiocamente os grandes centros para tratar de negócios ou em busca de distração, ansiando por um banho de civilização. Essa prática se tornaria mais freqüente à medida os meios de transporte ficariam mais rápidos e a influência da europeização penetrou mais profundamente na alta classe. A maioria das populações urbanas do interior, no entanto, continuava à margem da história, desprovida de informações. Por ocasião do movimento da Independência, um viajante francês que percorria a província de São Paulo observava que as populações do

análise era uma possível interpretação de um fragmento documental redigido pelo viajante de origem francesa Auguste de Saint-Hilaire em sua obra *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*, posto que na ocasião de sua passagem pela Província de São Paulo, Saint-Hilaire relatou que as

“revoluções que se operaram em Portugal e no Rio de Janeiro não tiveram a menor influência sobre os habitantes desta zona paulista; mostram-se absolutamente alheios às novas teorias; a mudança de governo não lhes fez mal nem bem, por conseguinte não se tem o menor entusiasmo. A única coisa que compreendem é que o restabelecimento do sistema colonial lhes causaria dano, porque se os portugueses fossem os únicos compradores de seu açúcar e café, não mais venderiam suas mercadorias tão caro quanto agora o fazem”. (SAINT-HILAIRE, 1974, pp. 81 – 82).

De fato, deve-se salientar que a preocupação de Emília Viotti da Costa estava centrada na ausência de tradição e participação política das populações do interior. Ademais, a autora considerou, segundo os apontamentos de Auguste de Saint-Hilaire, somente a experiência dos fazendeiros produtores de açúcar e café, um grupo de homens que se deslocava esporadicamente dos centros de produção para outras localidades. Sobre essa especificidade, Augusto Emílio Zaluar registrou que

“os grandes proprietários de terrenos, deixando de freqüentar os povoados, e reconcentrado-se em suas fazendas, que são os verdadeiros castelos feudais do nosso tempo, fazem convergir aí tôda a vida, que reflui das povoações para essas moradas ostentosas onde muitas vêzes o luxo e a riqueza disputam primazia à magnificência dos palácios da capital”. (ZALUAR, 1975, p. 46).

Portanto, em consentimento com essas considerações, a representatividade do isolamento deve ser reconsiderada.

Assentado sobre a perspectiva de que a comunicação marítima entre as grandes cidades portuárias era de maior facilidade, principalmente quando comparada com a

interior ignoravam o que se passava a alguns quilômetros, nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo. A ignorância e o desinteresse resultavam não apenas da falta de comunicações fáceis e rápidas, ausência de correios e jornais que mantivessem informada pelo menos uma parcela da população. Eram fruto da falta de cultura e de ausência de tradição e participação política, conseqüência das práticas paternalistas herdadas do período colonial”. Para maiores detalhes: COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, p. 187.

comunicação terrestre entre as cidades litorâneas e as interioranas, Eric Hobsbawm mencionou que a cidade de “Sevilha era mais perto de Veracruz do que de Valladolid e Hamburgo mais perto da Bahia do que do interior da Pomerânia”. Sendo assim, seguindo-se essa consideração, “estar perto de um porto era estar perto do mundo”, a ponto de que a própria queda da “Bastilha chegou a Madri em treze dias; mas em Péronne, distantes apenas 133 quilômetros da capital francesa, as novas de Paris só chegaram no final do mês”.⁵⁶

Embora restritas ao universo europeu, as considerações de Eric Hobsbawm possibilitam vislumbrar um importante ponto de analogia: o isolamento de uma comunidade interiorana não se restringia apenas à “ignorância” e a “falta de tradição política”, conforme salientou Emília Viotti da Costa, mas também às dificuldades impostas pela comunicação terrestre, sobretudo em virtude da própria característica das estradas oitocentistas.

Ainda que anteriormente ao século XIX indígenas, portugueses, mamelucos, sertanistas e tropeiros tenham usufruído as trilhas interioranas, não havia nesses homens a preocupação de melhorar os sítios percorridos. Não se sabe ao certo, mas talvez a destreza e a prática para superar as contrariedades do meio tenham destituído o ideário de manutenção e conservação dos caminhos. Porém, torna-se contundente reconhecer que a vida cotidiana oitocentista estava, em grande medida, fundamentada em um universo de comunicação e comercialização entre diferentes localidades. Em outras palavras, apesar dos caminhos precários, o comércio de abastecimento de viveres e outras mercadorias tornaram-se fundamentais para a própria sustentabilidade da cidade interiorana.

Seguindo-se essa mesma perspectiva, percebe-se que a Sorocaba dos oitocentos, por exemplo, era um centro comercial que havia estabelecido, apesar de todas as dificuldades impostas pela comunicação terrestre, um importante mecanismo de comercialização entre o Mato Grosso, Minas Gerais e o Rio de Janeiro. De acordo com Carlos de Almeida Prado

⁵⁶ HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções, 1789 – 1848**. São Paulo: Paz e Terra, 14ª edição, 2001, p. 26.

Bacellar, o apresamento de índios passou por altos e baixos durante a segunda metade do século XVIII e acabou perdendo espaço para a comercialização de gado vindo do sul. Nesse sentido, a vila de Sorocaba teve seu perfil completamente alterado, “fazendo das tropas e da lavoura de abastecimento interno a base de sua pujança”.⁵⁷ Além dessa cidade, ainda no auge de sua grandeza, Porto Feliz era a principal localidade entre a cidade de Cuiabá e as demais paragens do Império. Dela partiam, segundo Auguste de Saint-Hilaire em sua obra *Viagem à Província de São Paulo*, todos os comerciantes e os viajantes que almejassem por via fluvial atingir o Mato Grosso (SAINT-HILAIRE, 1976, pp. 178 – 179). Portanto, de uma maneira geral, pode-se presumir, salvo melhor explicação, que apesar das ásperas paragens interioranas, houve no século XIX uma intensa mobilidade entre as cidades, estabelecida principalmente pelo processo de escoamento comercial.

Por outro lado, os viajantes de origem estrangeira que percorreram as cercanias do interior, salientavam, em seus apontamentos, que havia a necessidade de aprimorar esses caminhos, sobretudo em face do tempo usurpado nas viagens. Porém, percebe-se que essas ponderações eram fundamentadas e determinadas, em certo sentido, pela ausência da prática e do costume necessário para percorrer os caminhos do interior. No entanto, antes de adentrar com maior profundidade nessa discussão, deve-se em primeiro lugar analisar as descrições das estradas, posto que elas evidenciam suas particularidades, bem como a própria falta de familiaridade dos viajantes estrangeiros com esses espaços.

No ano de 1871, na chamada estrada de Minas, Oscar Canstatt registrou em sua obra *Brasil: terra e gente, 1871* que embora o sol não tivesse derramado seus raios abrasadores sobre as montanhas, a sua não era a única caravana que seguia

“na estrada, por onde íamos; encontramos pelo menos duas ou três vezes algumas tropas, com cujos guias nosso João entrava sempre em acalorada troca de palavras, exigindo dos tropeiros que nos

⁵⁷ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma cidade colonial: Sorocaba séculos XVII e XIX**. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2001, p. 40.

cedessem a passagem nos piores lugares. Os guias faziam sempre justa objeção de que sendo nós os menos numerosos, éramos os que devíamos ceder passagem, nos lugares mais difíceis. Geralmente a discussão não terminava sem alguns empurrões e encontrões propositais, dos muares carregados de sacas de algodão, nos nossos animais. A consequência disso era uma torrente de pragas e desaforos portugueses saindo da boca de João, tão grande como nunca mais ouvi depois”. (CANSTATT, 2002, p. 331 – 332).

Os apontamentos de Canstatt mostram uma particularidade da dinâmica comercial, bem como a característica da estrada por ele, nessa mesma ocasião, percorrida. As veredas usufruídas ainda nos primeiros séculos de colonização eram, segundo as considerações de Sérgio Buarque de Holanda, estreitas e

“difícilmente permitiriam em toda a sua largura mais de uma pessoa ao mesmo tempo. O progresso geral sobre as velhas trilhas indígenas só foi definitivamente alcançado com a introdução em grande escala dos animais de transporte. Em São Paulo, particularmente, com as primeiras tropas de muares. Quebrando e varrendo a galharia por entre as brenhas espessas, as bruacas ou surrões que pendiam a cada lado do animal serviam para ampliar a passagem”. (HOLANDA, 1994, p. 1994).

De fato, o emprego de muares no transporte de mercadorias tomou corpo apenas nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX, em virtude, evidentemente, da crescente demanda de mercadorias, proporcionada, sobretudo pelo aumento substancial de habitantes em determinadas zonas interioranas. Segundo Carlos de Almeida Prado Bacellar, a exemplo, Sorocaba sofreu um crescente surto populacional, posto que entre o ano de 1765 e o alvorecer dos oitocentos, sua população passou de 6.000 para cerca de 10.000 habitantes.⁵⁸ Nesse sentido, deve-se ao processo de incorporação da dinâmica de abastecimento, fundamentada no transporte de mercadorias no lombo de muares e a sua própria demanda comercial, o aumento gradativo da largura dos antigos caminhos indígenas.

No entanto, com o significativo aumento da circulação de tropas comerciais, possivelmente, situações semelhantes à vivida por Oscar Canstatt ocorreram em outras

⁵⁸ Bacellar, Carlos de Almeida Prado. Op; cit, p. 36.

ocasiões. De maneira que o embate para obter a passagem “nos lugares mais difíceis”, ilustra uma das sofríveis características das estradas do interior. Por outro lado, “os muare carregados de sacas de algodão”, atestam a importância da dinâmica comercial estabelecida entre os centros produtores e as praças comerciais, em outras palavras, apesar das adversidades naturais, bem como da importância das estradas para a vida cotidiana das cidades interioranas, não havia uma preocupação que incidisse no melhoramento dos caminhos, ao contrário, eles foram apenas morosamente alterados.

Tal como Oscar Canstatt, Auguste de Saint-Hilaire em sua obra *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*, registrou semelhante acontecimento. Nesse caso, praticamente meio século separa e antecede a experiência de viagem de ambos, porém percebe-se novamente que as estradas, segundo Auguste de Saint-Hilaire, eram realmente estreitas, posto que

“em certos pontos tem o caminho apenas a largura necessária para uma mula carregada, defeito muito comum a toda esta estrada. Se duas tropas se cruzam em semelhantes lugares, é necessário que uma recue, o que continuamente dá lugar a brigas ou ocasiona transtornos perigosos”. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 30).

Sendo assim, apesar da predisposição dos viajantes de origem estrangeira para afastar-se da costa marítima e adentrar o interior, deve-se salientar que essas viagens eram constantemente assoladas, em seu percurso, por inúmeras desventuras. Contudo, as estreitas estradas e mesmo o encontro inesperado com tropas mercantes não eram os únicos problemas que encontravam os viajantes estrangeiros, posto que, conforme registrou o português Augusto Emílio Zaluar em sua obra *Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861*, nos caminhos oitocentistas, os “grandes caldeirões de lama que as águas têm de converter em vastos oceanos de lama, porque não se lembram de conserta-los enquanto o sol êsse zeloso engenheiro se encarrega de consolidar a parte mais difícil da obra”. (ZALUAR, 1975, p. 28).

Em consentimento com os apontamentos de Auguste de Saint-Hilaire e Oscar Canstatt, o registro de Augusto Emílio Zaluar torna-se revelador, na medida em que evidência a ausência de manutenção nas estradas do século XIX, que apesar de plenamente consolidadas, apenas os cuidados da própria natureza dispersavam determinadas dificuldades, nesse caso, em especial os atoleiros que, por vezes, impediam justamente o progresso ininterrupto da viagem.

Sobre essa mesma característica, em fins do século XIX, mais precisamente em dezembro de 1880, João Antonio Leite Moraes, em companhia de Carlos Augusto, empreendeu uma viagem de São Paulo a Goiás e tal como Augusto Emílio Zaluar destacou as escabrosidades que permeavam os caminhos interioranos, particularidade constantemente agravada pelas chuvas torrenciais que desabavam sobre os viajantes naquela ocasião. Ademais, de acordo com João Antonio Leite Moraes

“entre o nosso pouso e a colônia oposta intermediava um tremedal extenso e atoladiço, oferecendo uma única passagem, a de uma ponte em ruínas, em torno da qual, e mesmo no meio dela, os bois atolavam-se e ficavam apenas com as aspas de fora. Esta única passagem estava interceptada por um carro que ali submergia-se no lodo, e, de lado a lado, havia tropas e dezenas de carros esperando que desentupissem o beco. Carlos Augusto surpreendia-se com aquele quadro, e o que mais o impressionava, a ele e a mim, era a barbaridade com que os carreiros tratavam os pobres bois, quando eles, exauridos de força atolados na lama até a barriga, não podiam safar o carro. Apanham mil bordoadas e ferroadas, e tudo isto acompanhado de uma gritaria infernal. Em semelhante situação, aquele que se anima a fazer ao carreiro, em tais conjunturas, é um vulcão prestes a fazer explosões. Veio a noite, e o carro lá estava interceptando-nos a passagem; dormimos, pois, sonhando com a solução do problema no dia seguinte. Madrugamos, como sempre, e às seis e um quarto da manhã partimos do Heitor para a cidade de Franca. Passamos bem o enorme lodaçal, puxando os animais de um em um, até que nos vimos do lado oposto”.⁵⁹

⁵⁹ LEITE MORAES, João Antonio. **Apontamentos de viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª reimpressão, 1999, pp. 51 – 52.

No entanto, o intercuro dos viajantes não era o único a ser perturbado. Registros nesse mesmo sentido são raríssimos, porém em um ofício municipal datado de 22 de março de 1865, o doutor José Manuel de Castro Santos, Cavaleiro da Ordem de Cristo, atestava que “Salvador Lopes da Silva esta soffrendo de reumatismo articular, e apesar de ter tratado, há muitos dias, pouca ou nenhuma melhora tem obtido; e por tanto ainda está impossibilitado de viajar a pé ou mesmo a cavalo”. (ASP. Caixa 236. Ordem 1031, documento 7A, pasta 04).

Uma viagem pelo interior era, em vários sentidos, desgastante. Na região de Indaiatuba, ainda em meio ao destino almejado, Augusto Emílio Zaluar que seguia para a cidade de Porto Feliz registrou o seu abatimento, segundo suas palavras, naquela ocasião encontrava-se “morto de cansaço pelo andar desencontrado da cavalgadura nos trilhos desiguais da estrada, sentindo quase desconjuntada as articulações” do corpo. (ZALUAR, 1975, p. 168).

As observações do ofício redigido pelo doutor José Manuel Castro Santos, confirmadas numa perspectiva semelhante por Augusto Emílio Zaluar, dão conta de que as dificuldades enfrentadas nas paragens interioranas poderiam, pelo menos indiretamente, exacerbar a própria saúde do viajante. Deve-se também acrescentar que essa particularidade não impedia que a circulação de pessoas e mercadorias continuasse regularmente. Porém, percebe-se que nas entrelinhas de ambos os registros há a relutância aos caminhos, em outras palavras, a característica dessas vias de comunicação impedia, em certo sentido, o próprio desenrolar de uma viagem pelo interior. No entanto, as críticas veladas às estradas, por outro lado, constituem apontamentos surgidos, mais provavelmente, em função da falta de familiaridade com esses espaços, posto que em determinados fragmentos documentais percebe-se a influência de um discurso racional e regularizador que, por sua vez, incidia, sobretudo no aprimoramento dos caminhos do interior.

Essa associação conduzia o olhar dos viajantes estrangeiros sobre as estradas, contudo, ainda que destituídos das comodidades de seu local de origem, contra o perigo e o incômodo que tudo isso representava, os apontamentos de viagem deflagram o acúmulo de más impressões coletadas ao longo dos caminhos. Ademais, deve-se acrescentar que eles encontravam-se em um local que, indiretamente, era formador de suas próprias concepções de um determinado espaço. Assim, ao registrar que na Província de São Paulo, existiam “morros descomunais e sem número, caminhos apertados por picadas cobertas de mato, atoleiros onde os animais se enterram até as orelhas, (...) uma montanha escabrosa e quase inacessível, em frente de um brejo cujas águas limosas exalavam miasmas deletérios” (ZALUAR, 1975, p. 67), Augusto Emílio Zaluar evidenciava o seu olhar sobre uma circunstância particular. Entretanto, percebe-se da mesma forma que Oscar Canstatt salientava que as pontes de madeira eram mal conservadas e dificultavam em demasia a passagem não apenas das tropas de muares, mas de qualquer pessoa que pretendesse ultrapassar em segurança a margem de um rio. (CANSTATT, 2002, p. 347). Portanto, essas denúncias, ao menos indiretamente, salientavam que não havia no local de origem desses viajantes os “morros descomunais”, “os miasmas deletérios” e as “pontes quebradas”, mas sim uma localidade que transparecia ao homem a salubridade e a segurança. Contudo, antes de prosseguir, deve-se destacar que esses apontamentos eram fundamentados em uma construção social que, por vezes, reafirmava o próprio antagonismo cultural dos viajantes estrangeiros, afinal de contas o ambiente era deletério e inseguro, porém segundo os preceitos do narrador, nesse caso em particular, segundo os preceitos de Augusto Emílio Zaluar e Oscar Canstatt.

Nesses termos, os administradores e inspetores públicos, tal como os viajantes de origem estrangeira, evidenciavam em seus registros a precariedade dos caminhos, contudo numa esfera administrativa, em outras palavras, seus apontamentos restringem-se às reformas pendentes. Nesses escritos, a municipalidade denunciava com veemência o péssimo estado na

qual encontravam-se as estradas. A esse exemplo, em 21 de fevereiro de 1859, a Câmara Municipal de Guaratinguetá relatou ao Presidente da Província de São Paulo que na Estrada Geral

“desta cidade segue para a Côrte do Rio de Janeiro dentro de seu município se acha em péssimo estado, tornando-se intransitável em muitos lugares dando causa a soffrerem os viandantes prejuízos e vexames, por isso esta Câmara apressa de a pedir a V. Ex^a providencias a fim de que com a necessidade possível se mande fazer na dita estrada os reparos que ella precisa”. (ASP. CAIXA 236. Ordem 1031, documento 13, pasta 01).

A Estrada Geral era a principal via de comunicação entre as cidades do interior e a capital do Império, o Rio de Janeiro. Em virtude de sua importância e mediante a esse ofício municipal, tudo faz crer que a escolha de outra vereda interiorana não fosse prudente, sobretudo pela condição reinante nas principais vias de comunicação oitocentistas. Além disso, nesse escrito percebe-se que “os miasmas deletérios”, “os morros descomunais” e as “pontes quebradas” cedem lugar aos “prejuízos e vexames”. Assim, se por um lado essas estradas eram consideradas inseguras, por outro lado elas eram contempladas enquanto um espaço que, por sua vez, dificultava a comercialização entre a Corte e as cidades do interior e a própria dinâmica da vida cotidiana atrelada a esse empreendimento. Portanto, as diferentes concepções de espaço eram determinadas, em geral, segundo os preceitos sociais e culturais, bem como mediante ao interesse dos narradores, em outras palavras, os entraves anteriormente descritos foram elencados segundo a dificuldade enfrentada por determinados indivíduos, em uma determinada ocasião. Preocupação semelhante com a conservação das estradas estava presente nos apontamentos de Augusto Emílio Zaluar, ao observar que o aprimoramento dos caminhos era essencial e poderia dinamizar a própria produção de café.

De fato, ainda em meados do século XIX, a desenfreada busca pelo aumento substancial do poderio cafeeiro, desencadeou um novo manancial de preocupações. Afinal de contas, não era apenas o transporte de mercadorias que estava em pauta, mas também o

deslocamento de grãos, que pelo menos em um primeiro momento dependia essencialmente do sistema de rotas comerciais até então vigentes na Província de São Paulo. Desse modo, a conservação e a manutenção dos caminhos que uniam os centros de cultivo com as praças comerciais, tornou-se fundamental para o desenvolvimento desse empreendimento agrícola, ainda que a dinamização racional tenha, de acordo com Rafael de Bivar Marquese, ocupado grande parte dos escritos sobre a administração das lavouras cafeeiras.⁶⁰ Como quer que seja, seguindo os preceitos da modernização da produção, Augusto Emílio Zaluar vislumbrava que apesar de alto, a demanda financeira empreendida na regularização e manutenção dos caminhos seria em pouco tempo recuperada, principalmente em virtude dos onerosos capitais despendidos no transporte das sacas de café. Assim, Augusto Emílio Zaluar salientava que o fazendeiro do café que substituísse os escravos carregadores por um carro puxado pelos bois, seguramente iria transportar a

“carga que dificilmente seria carregada por cinquenta ou sessenta escravos. Por aqui se pode calcular quanto lucra o lavrador que manda abrir bons caminhos em seus terrenos, e aumenta por conseqüência no cultivo de suas plantações o número de braços que retirou do transporte de produtos”. (ZALUAR, 1975, p. 20).

Esses apontamentos são determinados por uma lógica racionalista. Em meados do século XIX, os ideários da racionalidade estavam presentes no discurso normativo dos administradores rurais e industriais. Na literatura de viagem, o significado dessa mesma racionalidade era pautado na possibilidade de melhorar a realidade produtiva das lavouras oitocentistas, sobretudo as canavieiras e as cafeeiras. Nesse sentido, tais apontamentos indicavam o que deve ser feito, segundo a perspectiva de um administrador que vislumbra a lucratividade de seu empreendimento, posto que ao melhorar as condições de transporte, aumentaria a produção no eito e conseqüentemente seu lucro final. Porém, deve-se acrescentar que na ocasião desses apontamentos, havia passado praticamente uma década da

⁶⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira**. São Paulo: HUCITEC / FAPESP, 1999, pp. 155 – 244.

homologação da Lei de 1850, que havia suprimido o tráfico internacional de escravos, portanto seus desdobramentos tornavam-se, pelo menos gradativamente, um verdadeiro entrave para a cafeicultura fundamentada nessa mão-de-obra.⁶¹ Porém, apesar dos interesses em jogo, dos apontamentos e ofícios que descreviam a necessidade de aprimorar os caminhos do interior, a característica reinante nas estradas permaneceu praticamente inalterada e em 07 de fevereiro de 1865, o inspetor de estradas Luis Reis denunciava que “tendo conhecimento de achar-se em lastimoso o estado de ruína a ponte junto a encruzilhada do Engenho D’agua, a ponto de ali não poderem por ali transitar os viajantes em risco de vida e de perder suas fazendas, (...)”. (ASP. Caixa 236. Ordem 1031, documento D8, pasta 04).

De fato, as próprias condições que reinavam na Província de São Paulo impediam o desenvolvimento de uma melhor rota comercial, sobretudo em virtude do uso desenfreado e também da falta de incentivo financeiro dos administrados públicos, bem como dos grandes proprietários de terra. Assim, ao que parece, mesmo nas principais estradas oitocentistas, a manutenção era empreendida somente em casos insuperáveis, mas apenas o essencial, em outros termos, nada além do momentaneamente necessário. A esse mesmo exemplo, Oscar Canstatt também mencionou o abandono em que se encontravam as pontes interioranas. Segundo o viajante estrangeiro, as caravanas comerciais às usavam enquanto estivesse possibilitando a travessia de um rio. No entanto, caso cedesse e deixasse de existir, outra não era construída no mesmo local. Pelo contrário, os viajantes e comerciantes procuravam um local mais raso e transpunham as margens do rio em meio ao seu leito. Essa prática era constantemente empregada, contudo com o tempo, os animais tornavam tão profundo a vau a ponto de torna-se intransitável e somente assim, com lastimoso pesar, uma nova ponte era assentada, evidentemente segundo o interesse de algum político ou mesmo de um comerciante

⁶¹ Para maiores detalhes veja: STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital, 1850 – 1980**. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 17 – 52. CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 66 – 170. FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

interessado no aprimoramento de uma determinada via de comunicação. (CANSTATT, 2002, p. 347).

Essa perspectiva permaneceu proeminente e no último quartel dos oitocentos, mais precisamente no ano de 1878, foi sediado na cidade do Rio de Janeiro um Congresso Agrícola. Em sua pauta foram apresentadas e discutidas as possíveis soluções para os problemas das lavouras cafeeiras naquele momento. De fato, seguindo-se as considerações de Peter Eisenberg, os congressistas, em quase sua totalidade, apresentavam a escassez de braços como a moléstia mais imperiosa da agricultura no Império.⁶² Nesse sentido, percebe-se que o aprimoramento das vias de comunicação não ocupou o devido espaço. No entanto, em carta destinada ao mencionado Congresso, os fazendeiros de Baependy destacavam que

“para vender é preciso procurar mercado, e para procurar mercado precisa-se de estradas e bons meios de transporte. Quanto a este ramo de serviço público, notamos a propaganda que se faz a favor das estradas de ferro; a propósito deste admirável meio de locomoção, lamenta-se que o espírito de iniciativa e de empresa não esteja mais desenvolvido entre nós para formar-se logo uma vasta rede de estradas de ferro na superfície do Império. Acompanhamos aos que mais ardentes se mostram neste patriótico empenho; mas lembramos as artérias de rios que possuímos, essas estradas que a natureza gratuitamente cavou-se, e que se prestam á navegação, o mais barato meio de transporte; lembramos a abertura de canais, principalmente nas províncias sujeitas a secas, e enfim as estradas de rodagem e as vicinais”. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p. 57).

Embora atribua caráter positivo a tais empreendimentos, percebe-se que esses agricultores despendiam maior importância às estradas fluviais, que ainda nos séculos de expansão colonial, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, foram fundamentais para o apresamento de índios e para a busca de metais preciosos.⁶³ Seguindo-se essa mesma perspectiva, pode-se presumir que esse interesse condizia com a possibilidade de atingir as

⁶² EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil do século XVII e XIX**. São Paulo Editora da UNICAMP, 1989, p. 143.

⁶³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1ª reimpressão, 2000, pp. 19 – 42 e pp. 75 – 104.

mais remotas localidades do interior, sobretudo pelas dificuldades enfrentadas nos caminhos terrestres. A despeito de maiores detalhes, João Antonio Leite Moraes relatou

“ao subir a serra que separa Santa Rita do rio Grande; o caminho está péssimo e não há como escolher-se um trilho; fecham-se os olhos, larga-se a rédea e deixa-se o animal caminhar à vontade, dirigindo pelo seu próprio instinto ou por sua inteligência vai sempre melhor. (...). Descemos a serra e caímos em lago de lama de mais de duzentas braças de largura; não há como evitá-lo; entramos no lago. Com um guia à frente, seguia eu e após o Carlos Augusto, que, inexperiente e ainda mau cavaleiro, precisava de todos os meus cuidados. Muitas vezes o lodo tocava a barriga do animal; aqui e ali o guia caía em poço e nós o desviávamos, tomando outra direção; a água lodosa estava podre. Tínhamos tomado sulfato nesse dia; tomamos conhaque ao atravessarmos o lago; tínhamos cânfora no lenço, e, ainda assim, pareceu-me impossível que não fôssemos atacados das febres paludosas”. (LEITE MORAES, 1999, pp. 59 – 60).

Em virtude dessas sucessivas dificuldades, João Antonio Leite Moraes e seu companheiro de viagem Carlos Augusto abandonaram a rota terrestre temporariamente e embarcaram em uma balsa que, de acordo com suas palavras, mais parecia uma “sepultura flutuante”. No entanto, apesar de seu aspecto desolador os viajantes passaram “a fronteira do porto, e continuamos a descer – avançando pouco a pouco para a barranca oposta, até que enfim, chegamos, tocando-a talvez umas quatrocentas braças”. (LEITE MORAES, 1999, p. 61). Meses depois a experiência de viagem adquirida no caminho terrestre entre a Província de São Paulo e a capital de Goiás foi fundamental para que os viajantes paulistas seguissem para a cidade de Belém do Pará em uma espécie de bote acompanhado de práticos, abandonando desse modo às rotas terrestres. (LEITE MORAES, 1999, pp. 117 – 308).

A despeito das particularidades reinantes nas estradas terrestres e fluviais, percebe-se que ao mesmo tempo em que uma majoritária parte da população permanecia estabelecida no campo e na cidade, havia aqueles que sobreviviam em função do papel desempenhado dentro de todo o processo de deslocamento e abastecimento comercial. De uma maneira geral, essas atividades, algumas de origem colonial, atestam para a relevância das precárias veredas na

vida cotidiana de determinados seguimentos da sociedade. Porém, antes de prosseguir nessa discussão torna-se interessante atentar para os apontamentos de Augusto Emílio Zaluar, posto que eles evidenciam uma interpretação antagônica, em face principalmente da falta de familiaridade dos viajantes com essas vias de comunicação.

Apesar da prática para enveredar os caminhos do interior, os homens da Terra usavam cruzes para demarcarem os caminhos. A respeito dessa particularidade, Augusto Emílio Zaluar destacou em sua narrativa de viagem que as estradas que recortavam a Província de São Paulo eram bordadas por cruzes que no “caminho se levantam tristes e solitárias nas encostas das colinas ou nas quebradas das montanhas”. Porém, em sua perspectiva, esses símbolos nem sempre atestavam um homicídio ou um crime, “muitas delas são filhas desventuras, que foi ali planta-las no êrmo como uma esperança consoladora ao viajante perdido, como oferenda de uma promessa milagrosamente cumprida, ou como um estímulo de alento a quem na senda da vida sente o coração desfalecer-lhe e a crença vacilar”. Além disso, Augusto Emílio Zaluar salientava que era poético, solene e “triste passar em frente dessas cruzes da sólida, madeiros toscos, abrigados em uma choupana rústica, mas enfeitados com flores e engrinaldos com ramos viventes pela mão de incógnitos peregrinos a quem a religião ou a saudade inspirou”. (ZALUAR, 1975, p. 68).

Ainda que interpretada de forma distinta, o sentido simbólico da cruz não significava apenas arrependimento, religiosidade e morte, mas também rumo. Nesse sentido, o emprego de cruzes indicava o caminho a ser seguido nas estradas. Assim, as cruzes, segundo Sérgio Buarque de Holanda, advertiam “o caminhante de que a poucos passos depois encontrará um teto onde repouse”.⁶⁴ A essa reminiscência, pode-se acrescentar que o emprego das flores atesta para a própria mobilidade e para a preocupação dos homens da Terra em demarcarem os caminhos. Trata-se de uma particularidade restrita, no entanto ela evidência, em certo

⁶⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. Op; cit, pp. 20 – 21.

sentido, a própria dificuldade dos viajantes para compreender a simbologia empregada nas estradas do interior. Portanto, em face dos precários caminhos, bem como pela falta de familiaridade com esses espaços, os viajantes necessitavam da companhia de um homem prático, conhecedor das veredas do interior. Desse modo, esses indivíduos contratavam condutores para lhes ensinar o caminho, homens sem senhor com uma vida cotidiana fundamentada em costumes diretamente relacionados com a própria dinâmica das estradas oitocentistas. A importância dos condutores torna-se relevante na medida em que se acompanha a trajetória dos viajantes em suas narrativas, posto que eles partiam do “conhecido” para o “desconhecido”, tal como Dante Alighieri na *Divina Comédia*.

Nessa obra, Dante Alighieri transmitiu, em determinados momentos, o peculiar sentimento de insegurança diante do “desconhecido”. Nesse canto alegórico, o poeta relatava a viagem empreendida, desde o momento em que se perdeu em uma selva bravia. Salvo por Virgílio, Dante Alighieri foi conduzido, em seguida, pelas veredas do Inferno, do Purgatório e, por fim, do Paraíso, onde reencontrou a sua amada Beatriz e desfrutou, por um breve momento, a visão de Deus.⁶⁵ De toda a simbologia presente nessa obra, deve-se deter, brevemente, a atenção sobre o papel desempenhado por Virgílio.

Desde a floresta, Virgílio orientou Alighieri entre os reinos do Além Túmulo. As veredas ínvias, repletas de monstros e demônios foram simultaneamente transpostas, graças, evidentemente, ao apurado discernimento do poeta romano. Em sua essência, Dante Alighieri jamais desfrutaria da visão do Criador, mas a importância desse acontecimento reside em uma particularidade: Virgílio, ao contrário de Alighieri, possuía o conhecimento que um mortal jamais possuiria. Desse modo, deve-se por outro lado destacar que os naturais da Terra sabiam, segundo Sérgio Buarque de Holanda,

“conduzir-se, mesmo em sítios ínvios, herdaram-na os velhos sertanistas e guarda-na até hoje nossos roceiros. Concebe-se que práticas inventadas pelo gentio para marcarem os caminhos – por exemplo, o

⁶⁵ ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. 03 vols. São Paulo: Editora 34, 4ª reimpressão, 2000.

uso de dobrar os galhos ou de golpear os troncos de árvore, ainda freqüente entre gente do interior – fosse facilmente aceita pelos desbravadores paulistas”. (HOLANDA, 1994, p. 20).

Herdeiros dessa habilidade secular, os condutores com a mesma capacidade empreenderam viagens às mais remotas comunidades do interior. Essa permanência proporcionou uma afinidade entre o homem e a natureza paulatinamente inevitável. Essa dimensão determina que a experiência do condutor terá sido, ainda nesse caso, de apreciável valor. Apesar dos escritos acerca desses homens e a julgar por mais de uma indicação na literatura de viagem, essa atividade remontava o período colonial, em virtude de uma significativa gama de conhecimentos que foram gradativamente incorporados e transmitidos de geração em geração. De fato, houve historicamente modificações, mas a desenvoltura para superar as precariedades dos caminhos permaneceu inalterada. No mais, essa interatividade forjou medidas que o tempo e a experiência nunca deixaram de aconselhar.

Nessa conjuntura específica, ou seja, no sistema de comunicação e comercialização adotado nos oitocentos, os conhecedores da trama de caminhos eram justamente os que regularmente transpunham esses sítios. Todas essas razões abrem espaço e demonstram que mediante as hostilidades dos caminhos, o condutor oitocentista era de valor imprescindível. Assim, a esse exemplo, Augusto Emílio Zaluar em seu romance científico, *O doutor Benignus*, destacou a relevância dos condutores, afinal de contas um

“obstáculo muito sério com que luta o viajero, é o perigo das erradas. Não indo acompanhado por bons práticos, as derrotas pelo sertão são tão enganosas como as do oceano, e não é raro, fazendo cálculos errados de longitude e latitude, achar-se na Austrália procurando a China, caso idêntico ao de Cristóvão Colombo, sem ter como ele a glória de descobrir o novo mundo. E tanto o sertão tem pontos de analogia com o mar tão cheio de parciais e enganos é o seu roteiro, que os infatigáveis campeadores rio grandenses costumam dizer em sua linguagem rude, mas, poética, depois de atravessarem por terra centos de léguas de uma província a outra: naveguei tantas léguas sertão dentro”. (ZALUAR, 1994, p. 132).

De fato, não existe exagero nas palavras de Augusto Emílio Zaluar. A odisséia pelo interior possuía pontos de analogia com o mar, noutras palavras, o conhecimento, o discernimento e o senso topográfico eram essenciais. Porém, antes de prosseguir deve-se tecer outra consideração. O testemunho acima mencionado foi redigido em ressonância à experiência de viagem de Zaluar pela Província de São Paulo. Nessa ocasião, o viajante registrou, em um determinado momento, o peculiar modo de falar de seu condutor: “eu tenho muita prática em navegar por esses sertões dentro” (ZALUAR, 1975, p. 169). Tais palavras transparecem a origem da analogia entre o mar e o sertão. A vastidão campestre atemorizava os viajantes de origem estrangeira. A limitação do homem diante da natureza era desconcertante; no oceano era a água, no sertão era a terra, mas em ambos a imensidão do horizonte proporcionava o sentimento de isolamento, portanto o domínio e o conhecimento sobre as particularidades do espaço eram fundamentais.

A este exemplo, na ocasião de sua viagem pelo interior, Oscar Canstatt registrou com surpresa e indignação que em companhia de seu condutor

“a princípio avançávamos por campos escavados, meio desolados, a cuja vegetação os raios ardentes de sol tinham dado um tom amarelo acastanhado. Não se podia distinguir um caminho nesses campos, ou pelo menos, José o tinha abandonado inteiramente seguindo por meio deles o acaso”. (CANSTATT, 2002, p. 356).

Era natural que nos caminhos pouco transitáveis, os condutores empregassem sua experiência para desvencilhar a caravana de empecilhos como atoleiros e pontes quebradas e inseguras. A respeito dessa característica, José Carlos Barreiro salientou que esses empecilhos e a própria natureza não eram obstáculos para os habitantes do interior, mas sim instrumentos de sua convivência diária que, por outro lado “transformavam-se às vezes até mesmo em valiosos protetores naturais das suas moradias”.⁶⁶ Assim, as constantes empreitadas pelo interior, em um ciclo cotidiano entrelaçado pela destreza e pela superação diante das

⁶⁶ BARREIRO, José Carlos. Op; cit, pp. 205 – 206.

contrariedades do meio, por outro lado, evidenciam que o “acaso” era uma palavra ausente para os condutores. A propensão para memorizar detalhes aparentemente invisíveis na natureza e uma sensibilidade topográfica treinada ao extremo, proporcionava uma predisposição inerente às necessidades vinculadas a esta atividade oitocentista. De fato, a condição dos caminhos, a que se achavam continuamente subordinados, era ameaçadora. Assim, os viajantes estrangeiros reconheciam sua limitação diante de um quadro altamente desfavorável e vislumbravam nos condutores o elo de consentimento para superar tamanha adversidade. Adversidade, por sua vez, oriunda da própria falta de familiaridade com espaço, conforme mencionado anteriormente. Ademais, deve-se também ressaltar que os viajantes valiam-se do conhecimento dos condutores para deslocar-se entre dois ou mais núcleos urbanos.

A esse exemplo, na ocasião de sua passagem pela cidade de Sorocaba, Zaluar contratou o velho Leonardo, um condutor natural do Sul do Império, para lhe ensinar o caminho até as paragens de Porto Feliz. Segundo Zaluar, Leonardo

“tinha uma propensão e um gosto decidido para as narrativas de viagem. Um desvio da estrada, uma ponte sobre um ribeirão, a choça isolada de algum caipira vagabundo, um rancho solitário ao lado de um pastorejo, uma cruz, uma pedra no caminho, eram assuntos para discorrer por longas horas com admirável facúndia. É acusado portanto dizer que o velho Leonardo se tornou para mim mais do que um companheiro; tinha necessidade de vê-lo e ouvi-lo constantemente ao meu lado, trotando em seu cavalo esguio e magro, e espalhando pelo ar as baforadas do inseparável cigarro de palha. Passando junto à ponte de Caraguatçu fêz-me judiciosas e longas observações acerca do mau estado de tôdas as pontes que existem ao sul do império, e não sei que mais cousas, a que não prestei, confesso meu pecado, tôda a atenção a que meu excelente camarada tinha direito”. (ZALUAR, 1975, pp. 167 – 168).

A habilidade para memorizar os detalhes da paisagem impressionava o viajante português que “tinha a necessidade de vê-lo e ouvi-lo constantemente”. Portanto, acompanhar o condutor era imprescindível ao viajante de origem estrangeira, de tal modo que esse seguia atentamente os passos e os movimentos do homem da Terra. Quanto a condição em que esses

condutores eram contratados, a documentação de que dispomos não autoriza tentar, nesse caso, mais do que uma aproximação. Todavia, torna-se lícito acreditar que o contratante seja um viajante, seja um comerciante o encontrasse em uma cidade, posto que apesar de uma vida cotidiana fundamentada em viagens pelo interior, percebe-se que os condutores oitocentistas permeavam continuamente tanto o campo como a cidade. Nesses termos, havia uma relação de dependência mútua, em outras palavras, os homens pobres e livres seguiam do campo para a cidade e da cidade para o campo, principalmente em face de suas necessidades cotidianas e das necessidades de outros homens.

A exemplo, no ano de 1837, Daniel Kidder em sua obra *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil* registrou, em sua passagem pela cidade de Santos, que

“por ocasião de nossa viagem, nós e um jovem alemão conseguimos obter um animal para cada um, deixando nossa bagagem mais pesada para ser remetida posteriormente. Outros de nossos companheiros, para evitar a demora, resolveram alugar parte de uma tropa que estava prestes a partir serra acima”. (KIDDER, 2001, p. 176).

Ao tecer esse apontamento Kidder salientava seu sucesso, posto que freqüentemente não se conseguia “alugar em Santos o número suficiente de animais sem se percorrerem distâncias consideráveis” (KIDDER, 2001, p. 176). A respeito dessa dificuldade, Sérgio Buarque de Holanda salientou que apesar da importância dos animais de transporte para a economia paulista, percebe-se que a “substituição dos carregadores pelos cavaleiros e muare só se processou” gradativamente em São Paulo.⁶⁷ Sendo assim, em face do costume de caminhar a pé, bem como pela dinâmica comercial estabelecida na Província, sobretudo a partir das feiras de animais em Sorocaba, o transporte de cargas possivelmente atendia primeiramente às necessidades interioranas e citadinas simultaneamente, daí a dificuldade do viajante para alugar um muar.

⁶⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Op; cit. p. 131.

No entanto, por outro lado, deve-se também salientar que o viajante não registrou nenhuma apreciação sobre o acordo estabelecido com condutores, a não ser, quando mais adiante, mencionou a resolução de encontrarem-se pela manhã bem cedo na estrada que seguia para Cubatão (KIDDER, 2001, p. 177). Apesar desse silêncio pode-se presumir que nas cidades era formalizado o caminho, o tempo despendido no percurso, bem como a remuneração pela empreitada, posto que “cada tropa tem o seu capataz que superintende a viagem e faz as necessárias transações. Em geral, os animais descem a serra carregados de açúcar e outros produtos agrícolas, trazendo em sua volta, sal farinha e toda a espécie de artigos importados”. (KIDDER, 2001, p. 177).

Nesse sentido, pode-se perceber que os condutores valiam-se da dinâmica comercial para estabelecer a cotidianidade de sua atividade; porém em determinados momentos, principalmente na relação social estabelecida pelo acordo entre o viajante de origem estrangeira e o condutor, percebe-se que não havia a fundamentação de um vínculo “afetivo”. A esse exemplo, Canstatt registrou que o

“Padre Jerônimo e eu tínhamo-nos dado tão bem na viagem, que foi com pesar que tivemos de nos separar, e um forte aperto de mão de despedida deu expressão a esse sentimento. A despeito das repetidas indagações, depois, nunca mais tive notícias do meu companheiro de viagem. A afeição do peão por nós era menor, pois assim que recebeu a soldada que lhe era devida, e minha generosa gratificação, afastou-se, sem se importar muito conosco”. (CANSTATT, 2002, p. 380).

Oscar Canstatt, assim como Augusto Emílio Zaluar, nutriu verdadeira admiração pelo condutor, sobretudo em face de seu conhecimento despendido na viagem. Entretanto, deve-se levar em consideração que Canstatt e seu companheiro de viagem, o padre Jerônimo, eram naturais da mesma cidade. Portanto, seria pouco provável supor que as acaloradas conversas entre ambos não fossem travadas em língua materna. No entanto, ao que tudo indica, o afastamento dos condutores sem maiores cordialidades era um desdobramento comum nessa atividade de subsistência. Em certo sentido, a literatura de viagem do século XIX era também

um diário; e nesse, de acordo com Anne Vincent-Buffault, “se mede a temperatura das relações amigáveis de maneira unilateral e subjetiva”. Assim, o desapego emocional mencionado por Oscar Canstatt relaciona-se a uma espécie de “solidão saturada”, onde o Padre Jerônimo era simplesmente a oposição a essa assoladora condição.⁶⁸ Ademais, pelo que se pode apreender na leitura dos documentos, os condutores eram vistos como “sem sensibilidade”, tudo porque que no trato cotidiano com os viajantes de origem estrangeira raramente constituíam relações de afetividade.

Em uma atividade vinculada aos caminhos, a harmonia entre o homem da terra e o meio natural consolidou o nascimento de uma imaginação sempre alerta para desvencilhar-se de qualquer imprevisto. Nessa perspectiva deve-se destacar que nos trópicos, além do clima quente e úmido, as incessantes tempestades “infernizavam” os viajantes; afinal de contas elas dificultavam e tornavam ainda mais arriscadas as viagens pelas estradas do interior.

Em 1871, Oscar Canstatt registrou que não havia seguido as recomendações de seu condutor para não prosseguir em viagem e foi acometido por um grande e incessante temporal. A situação tomou proporções alarmantes e desfavoráveis; não restava outra alternativa, diante dos riscos e do quadro literalmente nublado com facões em punho, o viajante e seu condutor pararam em meio ao caminho e limpam

“o lugar de toda vegetação supérflua. Depois José cortou alguns pedaços de cipó, que habilmente entrelaçados uns nos outros deviam servir de apoio seguro ao teto do rancho. O principal material para sua construção foram duas belas palmeiras que derribamos com as nossas forças reunidas, para aproveitar ainda os troncos e fazer com os compridos leques de sua rica copa um teto protetor. Debaixo destes pusemos as selas, suas muitas mantas e demais pertences, que iam servir de camas. Quando tudo ficou pronto, graças à habilidade, digna de admiração, e à experiência do meu guia, nessas coisas, fomos procurar nos troncos das árvores e entre as pedras, onde a chuva pouco ou nada penetrara, musgo seco e lenha miúda, que juntamos para fazer uma fogueira que nos confortasse e aquecesse. Por muito

⁶⁸ VINCENT-BUFFAULT, Anne. **Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 47.

seco, porém, que estivesse o material, tivemos muito trabalho para conseguir o que queríamos, porque a madeira das florestas virgens, por extraordinariamente rija, é muito difícil de pegar fogo. Contemplei com verdadeira satisfação o nosso trabalho depois de tudo terminado, e as instruções de José para a construção de ranchos foram tão proveitosas, que mais tarde muitas vezes me utilizei delas”. (CANSTATT, 2002, pp. 365 – 366).

A predileção para elaborar alternativas de proteção era essencial, posto que pernoitar nos caminhos era outra característica presente no cotidiano dos condutores. Porém, ao lado dessa convém mencionar que na natureza residiam todos os instrumentos necessários para superar as contrariedades do meio. Tal fato, em particular, é representado pela construção de um rancho improvisado “com cipós e a copa de duas palmeiras”. Além disso, deve-se acrescentar que essa experiência foi narrada para alertar outros viajantes sobre uma dificuldade e sua possível superação, bem como o “dever” de seguir a orientação dos condutores oitocentistas. Ademais, os condutores decodificavam a natureza e os viajantes de origem estrangeira exploravam essa capacidade, particularidade que se remete a uma interiorização cultural. Em outras palavras, apesar da dicotomia, os viajantes estrangeiros incorporaram os elementos da chamada cultura popular em sua vida cotidiana. Entretanto, por outro lado, a despeito da presença dos condutores, pode-se assinalar que os viajantes, mesmo quando acompanhados, passavam por determinadas situações que desencadeavam sobre seus ânimos o medo.

O medo acompanha o homem historicamente, na História percebe-se culturalmente e socialmente esse temor. Em determinados momentos os homens temeram a fúria dos Deuses, em outros a fúria dos homens.⁶⁹ A esse exemplo, a experiência vivenciada por Augusto Emílio Zaluar deflagra justamente o sentimento de medo determinado, principalmente pela insegurança diante do desconhecido.

⁶⁹ DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente, 1300 – 1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Acompanhado pelo velho Leonardo, Augusto Emílio Zaluar pernitoou em um pequeno e empoeirado quarto do Pouso de Indaiatuba. Leonardo, por sua vez, repousava tranqüilamente, nada interrompia seu merecido descanso, mas a intranqüilidade do viajante estrangeiro não permitia, apesar do cansaço, o almejado repouso. A apreensão e o desassossego eram originados por uma concepção de mundo estabelecida pelas comodidades de uma sociedade urbana, portanto oposta à vida cotidiana do condutor, acostumado a pernitoar em cercanias ínvias, principalmente na perspectiva do viajante estrangeiro. A inquietação de Zaluar era proporcionada pela temeridade representada por um buraco que “comunicando para o exterior, e em tão próximo contacto com a capoeira que rodeava a casa e se estendia até às matas circunvizinhas, era, não devo ocultá-lo a ninguém, uma fraquíssima garantia à minha segurança individual”. (ZALUAR, 1975, p. 172).

Seria falso atribuir unicamente ao buraco a inquietude do medo, dada a insegurança acarretada pelas “matas circunvizinhas”. Porém, no mesmo ambiente pernitoavam o viajante estrangeiro e o condutor. Não se julgue, contudo, que ambos poderiam ser assolados, sobretudo na perspectiva do europeu, posto que havia “uma fraquíssima garantia à minha segurança individual”. Acresce que, segundo pode-se vislumbrar, com o transcorrer das horas Augusto Emílio Zaluar procurou inevitavelmente

“desviar a atenção, mais o rombo fatal parecia ora crescer, ora diminuir (...). Era verdadeira fascinação. Fechava os olhos, e o maldito buraco a representar-se-me na imaginação, umas vèzes tomando formas monstruosas, outras circunscrevendo-se a ponto de se tornar quase imperceptível nas sombras flutuantes da visão. (...), mas o certo é que (...), primeiro longe, depois em mais próxima distancia da casa, um som da natureza indescritível, semelhante ao ruído que faz uma pêndula nos instantes que precedem a pancada do martelo, e em seguida um como chocalhar de guizos que feriu os ouvidos com um eco sinistro e quase aterrorador. (...). Não foi preciso muito esforço, (...) para me lembrar de que nas proximidades da floresta, no meio de tão inóspito descampado, só podia ter origem este silvo desusado sobrelevando-se à orquestra que de noite formam os insetos e o coaxar dos sapos nos lugares ermos, e sobretudo nas proximidades dos terrenos paludosos: o assobio da cobra cascavel acoutada no capoeirão

e que tanto abundava nestas paragens. (...). O ruído, umas vezes perto, outras mais afastado, parecia no entanto não se alongar de roda da casa, o que indicava que estávamos ameaçados de uma visita que não seria certamente das mais agradáveis”. (ZALUAR, 1975, p. 173).

O próprio medo refletiu-se naturalmente, o que permite observar determinadas permanências. Essa temeridade é compreensível, mas em todo caso, o interior, seguindo-se as considerações de Jacques Le Goff, “onde é habitado, onde é valorizado, permanece, em certo sentido um reflexo da cidade, ao passo que a floresta é irredutível”.⁷⁰ Portanto, a representação do medo incide justamente na ausência da cidade, do lugar “conhecido”, do local “seguro”.

A “insegurança”, aliada a um ambiente inóspito, desencadeava atitudes singulares, que transparecem indiretamente a dependência dos viajantes em relação aos condutores, aos Virgílios oitocentistas. A eminente aproximação da cobra cascavel foi transmitida em desespero. No entanto, o velho condutor

“com maior presença de espírito, abriu a porta, saiu e foi ao campo buscar algumas fôlhas do mato secas, com as quais, mais o auxílio da lenha que ficara fora e o concurso dos meus serviços, consegui acender uma enorme fogueira que em poucos minutos estava ao ar livre, inundando todos os objetos que nos rodeavam com seu clarão abraseado”. (ZALUAR, 1975, p. 174).

A natureza das ameaças a que se achavam expostos proporcionava aos condutores oitocentistas diversas práticas para superar essas rudezas. A fogueira improvisada faz parte desse manancial de habilidades, mas cabe ainda assinalar um outro aspecto. A íntima relação entre o homem da terra e a natureza, por sua vez, vem à tona na recomendação do velho Leonardo ao viajante português: “durma a seu gosto, que não há de ouvir mais os guizos da cascavel. E agora vai de um sono até a madrugada, que não deve andar longe, pelo ar frio que se respira”. (ZALUAR, 1975, p. 174).

Tal segurança, bem como a sensível percepção de que a temperatura do ar diminuía, evidencia uma relação de tempo atrelada em sinais e manifestações da própria natureza. Nesse

⁷⁰ LE GOFF, Jacques. Op; cit, p. 125.

ponto reside mais uma dicotomia cultural entre os viajantes estrangeiros e os condutores: a diferença na percepção de tempo.

Na passagem do século XVIII para o XIX, segundo Edward Palmer Thompson, as antigas denotações do tempo foram gradativamente substituídas pelo tempo do relógio. Nessa conjuntura, os ciclos da natureza não possuíam a precisão necessária para controlar a produtividade na nascente administração moderna. Embora o “tempo burguês” tenha sido historicamente introduzido na mentalidade dos homens, houve permanências. Os pescadores, por exemplo, orientam a dinâmica de sua atividade cotidiana em função das marés. Em outros casos, as atividades rurais são determinadas pelo cuidado dispensado aos animais de criação.⁷¹ Mediante a essas considerações, percebe-se que a cotidianidade dos condutores era determinada pelo “tempo da natureza”. Apesar de maiores detalhes, a atividade cotidiana dos condutores oitocentistas era um trabalho secularmente constituído, com códigos de conduta fundamentados no contato do homem com a natureza, particularidade que os afastava do tempo racional, o tempo dos viajantes de origem estrangeira.

Seguindo de Sorocaba para Porto Feliz, o crepúsculo anunciava o findar do dia. Augusto Emílio Zaluar e o velho Leonardo avistaram a determinada distância um pequeno rancho, conhecido como Pouso de Indaiatuba. Em sua porta o velho Leonardo ordenou, sem esperar a resolução do viajante estrangeiro: “é melhor o patrão apeiar-se, (...) porque esta é a única pousada onde podemos hoje encontrar que comer e lugar onde dormir esta noite visto que os caminhos estão ruins e não é prudente viajar de noite por terrenos pantanosos e no meio do escuro”. (ZALUAR, 1975, p. 168).

Transtornado pelo comportamento inesperado, Augusto Emílio Zaluar respondeu repentinamente, exprimindo justamente a sua mentalidade: “Mas êsse não é o nosso ajuste, tornei-lhe eu, ainda indeciso na resolução a tomar. Você obrigou-se a acompanhar-me até

⁷¹ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª reimpressão, 2002, pp. 267 – 304.

Pôrto – Feliz em viagem seguida, e eu não preciso achar-me aí esta noite”. (ZALUAR, 1975, p. 169).

Com a naturalidade de um exímio conhecedor das veredas interioranas, o velho Leonardo recomendou ao viajante português:

“faça o patrão o que quiser; mas eu não sigo daqui nem pelos trezentos. Ao romper da manhã começando um homem a lidar com os animais, e rebenqueando de vez em quando a cavalgadura da sela e os cargueiros, adianta-se muito o caminho; mas lá meter pelo escuro as bêstas dos fregueses e as cargas dos patrões, é cousa de que não sou capaz. Eu tenho muita prática em navegar por esses sertões dentro, e só, e quando é preciso, ainda me arrisco; mas acompanhado por um amo que não esta acostumado a estas rudezas da vida, não é possível, não senhor”. (ZALUAR, 1975, p.169).

Da intimidade com a natureza, os condutores oitocentistas extraíam e fundamentavam a dinâmica de sua atividade cotidiana. Definitivamente, não importava o comprometimento “contratual”, mas sim a sua experiência em desbravar os caminhos do interior, mediante o tempo da natureza. Tais indicações evidenciam a autoridade dos condutores ao se posicionar diante do espaço. Em outras palavras, torna-se possível identificar que na presença dessas palavras incisivas foi doloroso curvar-se ao conhecimento de seu camarada, principalmente “quanto mais no dia seguinte tive a prova de que meu velho camarada costumava opinar sempre com profundo e verdadeiro conhecimento de causa”. (ZALUAR, 1975, p. 169).

A presença de um condutor consolidava o sentimento de segurança diante do desconhecido. O viajante estrangeiro solitário não poderia superar as imposições do meio e, inevitavelmente, iria sucumbir. Muito provavelmente, tais situações não eram raras, mas determinadas, por sua vez, pelas febres e outras mazelas do interior. Fosse qual fosse a motivação do viajante europeu, é certo que havia sempre um condutor para gerenciar a viagem. Enfim, os homens pobres e livres eram mais do que condutores, eles eram também decodificadores de uma natureza desconhecida. Sem eles a viagem não ocorria. Mas o que ficou patente é que, mesmo em companhia desses indivíduos, era praticamente impossível

cumprir os prazos estabelecidos anteriormente. Nesses termos, pernoitar nos pousos em meio aos caminhos do interior era praticamente inevitável.

Sobre a origem dos primeiros pousos há indicativos de sua presença ainda nos primórdios da empresa colonial. Contudo, em um primeiro momento, torna-se compreensível reconhecer que esses empreendimentos não possuíam caráter permanente, mas sim preventivo. É sabido, por exemplo, que os primeiros sertanistas plantavam pequenos roçados entre as primitivas vias de comunicação. De acordo com John Manuel Monteiro “à medida que as expedições com destinos próximos tornavam-se mais freqüentes, alguns colonos estabeleceram roças nos caminhos, aos cuidados de índios de confiança. Na década de 1670, por exemplo, existiam as chamadas Plantas do Urucujá, mantidas por Ana Tobojara na rota para a região das Minas Gerais”.⁷² Em outras palavras, a despeito do hibridismo entre o homem e a natureza, tal prática discrimina que a possibilidade de uma carestia inesperada era latente e poderia ceifar até mesmo todos os membros de uma caravana. Nesse sentido, torna-se contundente acentuar que a morosidade no deslocamento comercial e a perda das fazendas eram verdadeiros empecilhos, superados, em certo sentido, pelo caráter alimentar eventualmente proporcionado por esses pequenos oásis. Por outro lado, deve-se também considerar que o tempo e o gradativo acúmulo de experiências aconselharam a fundamentação de um local com maior estabilidade, voltada principalmente para a dinâmica comercial de abastecimento.

Situada em meio à rota de comércio com Cuiabá, segundo Sérgio Buarque de Holanda, a fazenda de Camapoã foi um precioso reduto para os primeiros desbravadores da região central da Colônia. Nela, comerciantes e viajantes tratavam de recompor seus mantimentos e retemperar as energias para enfrentar com vigor as mazelas de uma odisséia bravia. Ao longo de decênios, a privilegiada posição geográfica de Camapoã foi de primeira

⁷² MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 4ª reimpressão, 2005, p. 90.

ordem, no entanto a decadência da mineração e o surgimento de rotas de acesso mais viáveis desarticularam a grandeza que o destino a ela havia reservado.⁷³ Embora a fazenda Camapoã tenha caído no desuso, seu legado permaneceu e a analogia reinante nos registros de viagem deflagra, por sua vez, as particularidades de inumeráveis pousos, que no século XIX possuíam a mesma funcionalidade. Afinal de contas, assim como destacou, Paulo Honório, a personagem central do romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, “na opinião dos cablocos que me servem, todo o caminho dá na venda”.⁷⁴

Sobre esse dinamismo cotidiano estabelecido entre a dinâmica comercial e a funcionalidade dos pousos, Auguste de Saint-Hilaire em 1822 registrou que

“várias caravanas vieram sucessivamente aboletar-se no rancho. Vêm umas do Rio de Janeiro para S. João e Barbacena, carregando sal; vão outras destes arredores para a capital e levam toucinho e queijos. Estes gêneros que constituem dois ramos de comércio muito importantes para a comarca de S. João transportam-se em cestas de bambu, achatados e quadrados. Cada cesto contém cinquenta queijos e dois formam a carga de um burro. Os de toucinho pesam cada um três arrobas se o burro que os leva é novo, e quatro, quando já acostumados à carga. O sal é transportado em sacos”. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 49).

Instalados à margem das estradas, os pousos eram verdadeiros redutos, onde os homens e os animais restituíam sua energia. Aos muares era servido milho e água para retemperar a força. Os homens, por sua vez, preparavam uma refeição, composta, em geral, por carne-seca e feijão. Em outras ocasiões, tais estabelecimentos eram tocados por indivíduos que serviam uma ceia, que em muito não se diferenciava da já mencionada. Além disso, há nos apontamentos de viagem indícios de que os pousos eram controlados por agregados destituídos de maiores posses. De fato, conforme salientou Maria Silvia de Carvalho Franco, alguns desses estabelecimentos estavam ligados às fazendas. Nesse caso, os proprietários da terra construíam pousos no ensejo de franquear ou mesmo facilitar o acesso a

⁷³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. Op; cit, pp. 90 e 278.

⁷⁴ RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. São Paulo: Circulo do Livro, 2ª edição, 1976, p. 09.

suas terras. No entanto, havia também os pousos mais “isolados” que, por vezes, convertiam-se em importantes focos de abastecimento e sociabilidade dos habitantes que residiam nos arredores.⁷⁵ Em virtude de sua localização privilegiada, os pousos oitocentistas recebiam um número considerável de viajantes, caixeiros, tropeiros, escravos e agregados, das proximidades e mesmo dos ermos mais distantes. Nesse sentido, os rumores e os boatos eram, em certo sentido, o tempero aglutinador da sociabilidade cotidiana desses estabelecimentos. A respeito de outras particularidades, nas paragens de Taubaté, Auguste de Saint-Hilaire registrou que os responsáveis, em sua maioria, eram

“quase todos agregados que nada absolutamente possuem e cujos casebres e ranchos pertencem a proprietários vivendo a certa distância do caminho, para não serem incomodados pelos viajantes. Fazem construir ranchos e tabernas à margem da estrada e os alugam a pessoas pobres a quem dão milho e aguardente para que os vendam aos transeuntes. Alias, (...), as casas dos proprietários não diferem muito das que se vêem à beira do caminho”. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 95).

Por outro lado, o mesmo viajante, em outra ocasião, deparou-se com inúmeros ranchos “mais ou menos tão grandes quanto os da estrada do Rio de Janeiro a Vila Rica. Aquele que chamam Rancho Grande não podia ter nome mais adequado porque, incontestavelmente, é o maior dos que vi desde que estou no Brasil. É coberto de telhas, bem conservado, alto acima do solo e cercado balaustrada. O dono é um homem imensamente rico, possuidor dos mais importante cafezal da redondeza”. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 105).

Quanto às ponderações sobre esses pousos vale destacar que, apesar de suas especificidades, em ambos percebe-se que os proprietários das terras efetivamente não controlavam seu dinamismo interno, posto que os responsáveis, conforme salientado anteriormente, eram justamente os agregados. No entanto, deve-se também ressaltar que em determinadas ocasiões os viajantes pernoitavam na própria fazenda desses homens “imensamente ricos”.

⁷⁵ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora da UNESP, 4ª edição, 1ª reimpressão, 1997, p. 74.

Sobre essa particularidade, Canstatt no ano de 1871 registrou que sua pequena caravana foi recebida e acolhida para “pernoitar sob o teto agasalhador de uma fazenda”. (CANSTATT, 2002, p. 337). Em certo sentido, um “teto agasalhador” era altamente precioso para os viajantes embrenhados nas cercanias interioranas e a respeito dessa especificidade, George Wilhelm Freireyss em sua obra *Viagem ao interior do Brasil* salientava que nas cercanias de interior não era recomendável, pelo menos aos viajantes, pernoitar nas estradas interioranas. Para isso registrou que na ocasião de sua passagem por Semidouro foi recebido pelo

“bom Bernardo e sua família quando lhe comuniquei a minha resolução de esperar ali pelo meu companheiro Wilhelm von Eschwege. Eu já devia hospitalidade a essas boas pessoas e ainda uma vez deram-me a mais bela prova desta virtude, porque, apesar de ter-me demorado ali durante um mês inteiro nada quiseram aceitar pelos mantimentos, lavagem de roupa, etc. Em geral, a hospitalidade é própria dos brasileiros; porém, nas estradas de rodagem como a que conduz a Minas Gerais, não há mais vestígios dela e o estrangeiro é muitas vezes sujeito às mais exorbitantes exigências nos lugares em que pousa. Para quem quiser evitar isto não há outro meio senão o de levar consigo o trem de cozinha e, onde quiser pernoitar, mandar a sua gente preparar a carne-seca e o feijão preto”.⁷⁶

Mediante a sua própria experiência de viagem, Freireyss partiu do particular para o coletivo simultaneamente, posto que essa era uma característica peculiar nas narrativas de viagem, em outras palavras, o viajante estrangeiro procurava destacar a sua vivência na perspectiva de orientar o caminhar de seu leitor, uma vez que a ausência de hospitalidade proporcionava aos viajantes às “mais exorbitantes exigências nos lugares em que pousa”. Nesse ponto, deve-se destacar que essa “exploração”, segundo Franco, era proveniente da própria cotidianidade dos repensáveis pelos pousos, noutros termos, os vendeiros ligavam-se tanto aos proprietários de terra, como aos estratos mais inferiores da sociedade, dentre esses

⁷⁶ FREIREYSS, Georg Wilhelm. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 19.

os escravos e os homens sem senhor, evidentemente segundo seus próprios interesses.⁷⁷ Porém, era pouco provável que os viajantes de origem estrangeira conseguissem desvencilhar-se dos pousos interioranos, principalmente em virtude dos imprevistos e das dificuldades que acometiam as viagens pelo interior. Apesar dessa limitação, percebe-se em vários sentidos a presença de laços de solidariedade entre as camadas mais pobres da sociedade. Nesse ponto, deve-se destacar que no interior dos pousos havia uma articulação de interesses determinada diretamente pelos costumes historicamente constituídos na vida cotidiana das classes subalternas. A exemplo desses costumes, Augusto Emílio Zaluar lamentava e advertia seu amigo Remígio da Sena Pereira que a

“fome é realmente a melhor mostarda para apreciar os produtos da arte culinária e os donos destas, pela maior parte, toscas hospedarias do interior, fazem pagar bom dinheiro o insofrível apetite dos pobres viandantes. Muitas vezes não só se paga o que se come, porém ainda o que se pediu e não trouxeram. São umas santas almas nossos estalajadeiros, e pena é não haver uma medida policial que a bolsa do triste caminhante a salvo dos contínuos assaltos que lhe dão estes homens conscienciosos como a maior parte dos nossos conservadores de estradas. Tudo é arbitrário nestas estalagens da roça, os cômodos e o sustento, o serviço e o preço; tudo enfim depende do capricho momentâneo do chefe da casa a cuja decisão é forçoso a gente curvar-se, porque não há direito, autoridade, nem lei que prevaleça ao seqüestro imediato desta implacável justiça de aldeia. Pagar ou deixar hipotecados animais, bagagens, e até pajens, se o cidadão não está munido para esta dilapidação atroz, é a única alternativa que se lhe oferece. Paga, pois, e segue o seu caminho praguejando o primeiro estalajadeiro, solilóquio que apenas dura o tempo precioso até encontrar o segundo pouso, onde tem de se esquecer, em presença das novas exigências, da humanidade com que foi tratado no albergue antecedente. E, assim, andam-se léguas e léguas”. (ZALUAR, 1975, pp. 15 – 16).

Ao salientar que a fome era a “melhor mostarda para apreciar os produtos da arte culinária”, Augusto Emílio Zaluar, em primeiro lugar, acentuava, nas entrelinhas, que não era um apreciador das refeições servidas nos pousos do interior, sendo que a fome era o melhor tempero para suportar tamanha desolação paladar. Nesse ponto, percebe-se um antagonismo

⁷⁷ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Op; cit. p. 78.

cultural fundamentado sob preceitos distintos. Partindo-se dessa conjectura deve-se salientar que o viajante adentrava no interior do pouso munido de condutas que, por vezes, evidenciava a “diferenciação” do Outro. Contudo, uma vez dentro dos pousos a relação estabelecida com seus responsáveis tornava-se conflituosa. Esse conflito era atenuado, em certo sentido, pelo modo de vida dos vendeiros, posto que destituídos de maiores riquezas, esses homens valiam-se de artimanhas para aumentar sua própria lucratividade. De fato, não é raro encontrar nos registros de viagem “reclamações” como as de Augusto Emílio Zaluar, que salientavam que nos pousos do interior os viajantes eram obrigados a pagar “o que se come, porém ainda o que se pediu e não trouxeram”, bem como “os feixes de capim para os animais, que se pagam e que eles ordinariamente não comem, por que lhos não dão, como é de se supor”. (ZALUAR, 1975, p. 16).

Nessas instalações interioranas, a ordem não prevalecia mediante as leis vigentes no Império, mas mediante “ao seqüestro imediato desta implacável justiça de aldeia”, em outros termos, a conjuntura de costumes era desvantajosa para os viajantes, sobretudo os de origem estrangeira; contudo, quando embrenhados no interior não restavam outras alternativas para recompor a própria energia e descansar os mares. Sendo assim, apesar dos pesares e lamúrias, os pousos eram freqüentemente utilizados pelos viajantes estrangeiros nas viagens em meio aos sítios e às veredas interioranas.

Quanto a articulação de interesses, deve-se reconhecer que os viajantes vislumbravam nesses costumes os preceitos dos valores “desonestos”. José Carlos Barreiro salientou que essa articulação era predominante entre as classes subalternas no século XIX, constituindo-se como uma forma significativa de resistência e protesto, trata-se evidentemente de uma luta social contrária às “regras” impostas à vida cotidiana dos homens pobres e livres.⁷⁸ No entanto, o olhar dos viajantes vislumbrava que esse “costume” era proveniente da exploração

⁷⁸ BARREIRO, José Carlos. Op; cit, pp. 19 – 34.

da propriedade alheia. A despeito dessa perspectiva, Auguste de Saint-Hilaire registrou que em algumas vendas as mercadorias eram “tão mal sortidas que é impossível que o proprietário possa pagar impostos e viver do lucro que vende. Corre na região que se estes homens se mantêm é pelo ganho auferido dos furtos comprados a escravos”. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 77).

De fato, Auguste de Saint-Hilaire observou as particularidades e as características de um pouso e em consentimento com as informações de outros agentes históricos teceu seus apontamentos. Porém, deve-se salientar que ainda no século XVIII, de acordo com Luciano Figueiredo, nas vendas e pousadas do interior eram arquitetados e articulados, por seus freqüentadores, as fugas de escravos e os contrabandos de pedras preciosas. Além disso, era comum que nesses recintos existissem pequenos prostíbulo. Portanto, esses estabelecimentos interioranos, eram fundamentais e contribuíam “para aglutinar a massa de desclassificados sociais”.⁷⁹ Essa representação encontrava-se associada à idéia de preservação da própria autonomia dos homens pobres e livres. Em outros termos, a troca de mercadorias e mesmo de favores não poderia ser realizada diante dos olhos vigilantes das autoridades Imperiais, mas nos locais reservados e escusos, onde a sociabilidade estava associada à liberdade. Nessa perspectiva, esse dinamismo revela justamente a mobilidade e os laços de sociabilidade entre as classes subalternas e sugere as relações de transgressão da “ordem”, principalmente no relacionamento entre vendeiros e escravos.

A despeito dessa relação entre os cativos e os homens pobres e livres, no congresso de 1878, alguns congressistas salientavam que

“uma das necessidades mais palpitantes da lavoura é a extinção das vendas pequenas casas de negócio situadas á margem das estradas, cujo fim exclusivo é comerciar com os escravos durante a noite, os quaes são incitados pelos vendilhões a furtar de seus senhores, que são obrigados assim a infligir-lhes castigos, quando a sua vigilância não é iludida, o que raras vezes acontece. Além disso, nessas vendas

⁷⁹ FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993, p. 60.

se reúnem freqüentemente os agregados e cablocos da vizinhança e ali fazem desordens que quase sempre acabam por ferimentos, assassinatos e outros crimes, sendo o menor o resultado da ociosidade a que se entregam os que tais casas freqüentam em detrimento da lavoura. São tantos os males, prejuízos e perturbações que esses pequenos estabelecimentos de comércio ilícito trazem aos lavradores, que com razão podem ser considerados o maior flagelo da lavoura”. (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p. 32).

O constante contato com outros agregados e mesmo com escravos, facilitava, em grande medida, a constituição de uma vida cotidiana fundamentada em uma relação de troca, fato que, por outro lado, sobretudo na perspectiva das classes mais abastadas era o “maior flagelo da lavoura”. No entanto, a articulação de interesses dos homens pobres e livres era determinante para que os congressistas e mesmos os viajantes oitocentistas acentuassem a “perturbação que esses pequenos estabelecimentos de comércio ilícito trazem”. Paulo Honório, a personagem central do romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, acentuou que um certo cabloco “se acabou em desgraça”. Em sua perspectiva isso aconteceu porque “essa gente quase nunca morre direito. Uns são levados pela cobra, outros pela cachaça, outros matam-se”. (RAMOS, 1976, p. 41). Embora a violência fosse realmente acentuada, percebe-se que a vida cotidiana nos pousos era determinada, principalmente pelos preceitos de solidariedade entre as classes subalternas, fator determinante para que as classes mais abastadas desqualificassem, em vários sentidos, esse costume.

Assim, para os viajantes sua localidade de origem significava, sobretudo comodidade. A esse atenuante, deve-se acrescentar a desolação diante dos pousos. Em 1871 Oscar Canstatt foi pejorativo. Segundo o viajante, na região de Ribeirão da Laje, em uma curta parada

“onde novamente fomos recebidos numa venda. Pernoitamos numa hospedaria onde ficamos muito bem acomodados. Quando digo acomodados deve-se entender que o número de parasitas, que nunca faltam numa casa no Brasil, era relativamente pequeno. Mas o repouso noturno nunca deixa de ser perturbado pelos ratos, baratas, mosquitos e bichos semelhantes. Aos quartos cheios de correntes de ar, mal caiados, desleixados, destinados à pousada, falta toda a comodidade. As más pousadas são alias, motivo de queixa geral de todos viajantes, no Brasil”. (CANSTATT, 2002, p. 333).

A aparência desoladora e a “falta de toda a comodidade” eram as principais palavras dos apontamentos avaliativos redigidos pelos viajantes estrangeiros. Diante das possibilidades alternativas, nesse caso específico pernoitar ao relento, e apesar da necessidade, os viajantes estrangeiros realmente desprezavam os pousos. Porém, soma-se a esse mesmo fato que o imaginário sobre as particularidades do Império, na mentalidade dos viajantes, foi consolidada em face da leitura e da interpretação de outros registros de viagem, tal como se salientou no capítulo anterior. Portanto, mais do que um olhar genuinamente individual, os viajantes possuíam uma fundamentação anterior que determinava, em certo sentido, o direcionamento de seus escritos. Direcionamento esse que associava a cultura e a natureza aos costumes locais.

A despeito das premissas descritivas, torna-se factível observar que os discursos de médicos e engenheiros higienistas do século XVIII desencadearam no XIX uma significativa alteração na sensibilidade visual e olfativa dos homens. Alain Corbain destacou que essa percepção fez parte de uma construção social que determinou, em larga escala, aquilo que era ou não prazeroso para se observar.⁸⁰ Seguindo-se essa consideração, nota-se que a percepção dos viajantes estrangeiros era embrenhada por essas ponderações. Em determinada medida, as casas e as cidades oitocentistas eram adornadas e conservadas em consentimento com a cultura local. Nesse caso, o asseio doméstico, do mesmo modo que outros elementos culturais, não condiziam com a realidade esperada. Diante desse quadro desanimador, os pousos oitocentistas forneceram os subsídios para que acirradas críticas fossem traçadas a seu respeito.

Adepto das ponderações higienistas, Augusto Emílio Zaluar, que havia estudado medicina ainda em Lisboa, teceu apontamentos peculiares sobre os pousos oitocentistas. Em 1861, o crepúsculo no horizonte anunciava o anoitecer e a determinada distância, entre as

⁸⁰ CORBAIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

cidades de Sorocaba e Porto Feliz, estava estabelecido o Pouso de Indaiatuba. O estabelecimento não era de aparência atraente, muito menos convidativa. Conturbado, Zaluar registrou com amargura de alma que

“a espelunca era realmente repugnante. A primeira divisão formava uma pequena quadra onde estava estabelecida a venda subindo um degrau de pedra que havia na porta, entrava-se nesta espécie de armazém de porão, adornado por duas ordens de prateleiras escorregadias onde enfileiravam algumas dúzias de garrafas de cachaça tapadas com rolhas de milho. A casa era cortada transversalmente por um balcão úmido e sujo, sobre que assentava as conchas de uma balança de folha enferrujada, completando a guarnição da loja algumas mantas de toucinho rançoso e carne seca penduradas em pregos de galeota. O ar que se respirava nessa lôbrega cafurna seria sem dúvida julgado mefítico pela junta de higiene pública”. (ZALUAR, 1975, p. 169).

Ainda sobre a descrição dos pousos, João Antonio Leite de Moraes salientou que em inúmeras ocasiões pernitoitou em “barracas; em ranchos abertos junto dos porcos, no meio dos ratos, e quase asfixiados pelas baratas”. (LEITE MORAES, 1999, p. 103). Particularidades, que de acordo com os viajantes oitocentistas, eram simplesmente acometidos em sua plenitude pela sujeira, uma vez que “a espelunca repugnante” possuía um ambiente maléfico para a saúde.

Esses apontamentos transparecem a mentalidade de um homem comprometido com os conceitos exteriores de avaliação do Outro. As palavras que norteiam essas considerações articulam e mapeiam o espaço enquanto local péssimo e propenso à própria insalubridade humana. Entretanto, os viajantes estrangeiros não se limitavam a meras descrições, esses homens interpretavam, segundo seus preceitos, aquilo que vislumbravam e traduziam no papel. Noutros termos, em consentimento com o espaço, existia uma identificação praticamente imediata entre um determinado pousos e seus responsáveis.

Em sua viagem pela Província de São Paulo, Auguste de Saint-Hilaire registrou que as habitações às margens das estradas paulistas eram

“com exceção de uma ou duas, tais casas só denotam miséria, e o vestuário de seus habitantes não é feito para desmentir tal idéia. As mulheres trazem a cabeça descoberta, e os cabelos na maior desordem; trajam como única vestimenta uma camisa de algodão grosso quase sempre rasgada e muito suja. Vestem os homens camisa de algodão, com colete de lã; as crianças não usam senão camisa habitualmente em farrapos. (...). Grande parte das casas de beira do caminho são vendas, mas nelas só se encontram bananas, algumas garrafas de aguardente e um pouco de fumo”. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 79).

As casas com aspecto pobre e, por vezes, desolador, acrescida da vestimenta rudimentar de seus habitantes composta basicamente de “algodão grosso quase sempre rasgada e muita suja”, evidenciam uma avaliação fundamentada nos padrões observáveis, onde, segundo os viajantes de origem estrangeira, os homens pobres e livres eram desleixados, sujos e miseráveis por sua própria responsabilidade. Portanto, os apontamentos sobre as habitações por um lado, “denotam a miséria” e, por outro lado, descaracterizam seus moradores de qualquer outra particularidade. A trama de apontamentos que constituiu esses escritos encontra a mesma ressonância nas ponderações sobre os costumes desses habitantes das estradas interioranas.

A esse respeito, Auguste de Saint-Hilaire registrou com relutância que “quase todas as vezes que parei nestas vendas, para indagar o nome do lugar onde estava, ou obter qualquer outra informação, perguntaram-me se não queria comprar alguma coisa”. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 79). Esse costume era peculiar na Província de São Paulo, mas o mesmo viajante salientou que seu condutor José, que era mineiro, informava que nas paragens da Província de Minas Gerais que “quem tem fome pode estar certo de encontrar por toda a parte um prato de feijão e farinha sem ser obrigado a pagar. Aqui, arvoram nas casas um pedaço de galho espinhoso da figueira-do-inferno para avisar aos que não têm dinheiro que serão mal recebidos”. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 79).

A identificação imediata entre o homem e o espaço de sua cotidianidade assume, nesse ponto uma clara construção. Em uma venda era comum aos homens “perguntara se não queria

comprar alguma coisa”. Porém, as narrativas do mineiro José ilustravam, no imaginário do viajante francês, paulistas sem maiores amabilidades, a ponto de colocar sobre a porta ramos de “figueira-do-inferno para avisar aos que não têm dinheiro que serão mal recebidos”. Há, nesse mesmo sentido, uma descrição imediata, sem maior relutância, de tal modo que os paulistas responsáveis por um determinado pouso eram em seus costumes observados segundo uma descrição anterior ao primeiro contato. Todavia, os apontamentos dessa mesma natureza não se restringiam apenas aos costumes desses habitantes, muito pelo contrário, os viajantes observavam também outras características.

Ao adentrar no Pouso de Indaiatuba, Augusto Emílio Zaluar descreveu que em seu interior havia uma “criatura humana, que pelos trajes indicava pertencer ao sexo feminino, mas cuja fealdade estava em perfeita harmonia com a soturna perspectiva do painel”. (ZALUAR, 1975, p. 170).

O painel era o pouso; a ilustração do quadro uma horrível “criatura humana”. Augusto Emílio Zaluar incorporou nessa representação uma identificação híbrida entre o homem e o espaço. Porém, percebe-se que o viajante valeu-se dessa característica para identificar outros indivíduos, posto que além da mulher, o responsável pelo cuidado dispensado aos muare, segundo Augusto Emílio Zaluar, era em seu comportamento completamente ausente de resquícios humanos. Nas palavras do viajante, Juca

“era um verdadeiro idiota, que parecia no tamanho uma criança de doze ou treze anos, mas que poderia orçar aí pelos seus quarenta. Os olhos esbugalhados, a bôca rasgada, e com uma abertura de dois dedos de lábio a lábio para dar passagem a três enormes dentes acavalados, era esta a figura do tal Juca, que a um grito da velha locandeira pulou do fundo do quintal como um cão de fila ao assobio de seu dono”. (ZALUAR, 1975, p. 170).

O filho de uma locandeira oitocentista foi comparado a um “cão fila ao assobio do dono”. Essa descaracterização que destituía os traços humanos seguia os preceitos raciais que determinavam a diferença entre os homens. Lilia Moritz Schwarcz destacou que essa linha

interpretativa seguia o comportamento humano para aludir ao “evolucionismo social”. Em outras palavras, a condição “animalesca” de Juca refere-se justamente a própria sua condição social.⁸¹ No entanto, percebe-se que Zaluar ao redigir esse apontamento não levava em consideração a precária limitação de subsistência cotidiana nas regiões interioranas. Em certo sentido, essa observação pode ser examinada em consentimento com outros apontamentos, principalmente no que se restringe à baixa estatura de Juca.

Na ocasião de sua passagem pela Província de São Paulo, Saint-Hilaire destacou que nas paragens interioranas, em diversas ocasiões, as crianças de famílias pobres eram “magras, de ar enfermigo, cor cadavérica e terrosa, o que provém, sem dúvida, do mau regime e da alimentação insalubre ou insuficiente que tiveram”. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 79). Torna-se difícil compreender o que seria uma “alimentação insalubre”, mas nas cercanias do interior os viajantes destacavam em suas narrativas que nos pousos do interior era oferecido milho, arroz, feijão, banana, carne seca, toucinho, frango, farinha e cachaça. A despeito da pequena diversificação, pode-se constatar que não havia abundância de víveres, posto que os proprietários dos pousos forneciam aos agregados apenas o suficiente para atender a clientela, mercadorias que essas eram também consumidas. Desse modo, a dieta alimentar desses homens encontra sua fundamentação em uma vida cotidiana destituída de maiores regalias. Portanto, a pequena estatura do Juca torna-se uma característica enraizada em uma consequência social, em outras palavras, na própria limitação social da cotidianidade no interior.

⁸¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 43 – 66.

III

CIDADES

O processo de povoamento da Colônia Brasileira em Terras da América deu-se de forma diversa, principalmente em relação aos inúmeros desdobramentos de sua fundamentação histórica. Ainda no século XVI, sobretudo a partir da segunda metade, foram timidamente edificadas em determinados pontos da costa atlântica casas e ruas que em sua totalidade constituíam o pequeno e recente cenário urbano das primeiras vilas coloniais. Com o transcorrer dos séculos, maiormente em virtude de sua privilegiada localização portuária, algumas dessas localidades tornar-se-iam os mais importantes centros comerciais do Império Ultramarino Português, dentre as quais São Salvador e São Sebastião do Rio de Janeiro.

No entanto, conforme destacou Paulo César Garcez Marins, o processo de povoamento na Terra de Santa Cruz, em certo sentido, restringiu-se primeiramente à construção de baluartes e fortalezas que asseguravam a preponderância comercial dos primeiros portos da Colônia. Desse modo, a forma arquitetônica dessas cidades era, em certo sentido, uma apropriação das “cidadelas tardo-medievais”. Em outras palavras, as características fundamentais do espaço urbano-colonial encontravam-se atreladas à defesa da prática do escambo, difundida na costa litorânea da Colônia durante o século XVI.⁸² Contudo, apesar de militarmente prevenidas, ainda no século XVII, as cidades portuárias coloniais aumentaram sua notoriedade comercial e com isso o interesse de outras potências do período, de tal modo que a Colônia sofreu sucessivos ataques, dentre esses o desferido pelos

⁸² MARINS, Paulo César Garcez. Op; cit, p. 47.

neerlandeses na queda da cidade de Olinda em 1630.⁸³ Daí a necessidade de uma cidade “defensiva”.

No entanto, a despeito das características reinantes no processo de povoamento da Colônia Portuguesa em Terras da América, sabe-se, de outro lado, que povoadores anônimos abandonavam sistematicamente as cidadelas portuárias para embrenhar-se nas cercanias interioranas. Na capitania vicentina, por exemplo, conforme ressaltou Carlos de Almeida Prado Bacellar, as paragens do sertão seiscentista, onde posteriormente foi edificada a cidade de Sorocaba, eram conhecidas pelos paulistas “desde os primórdios da presença lusa no planalto de Piratininga, pois ali passava o então famoso caminho indígena do Peabiru ou Piabiju, que rumava do litoral para o Paraguai e o Guairá”.⁸⁴

Ao contrário do nordeste açucareiro, tal como salientou John Manuel Monteiro, as atividades econômicas da vila de São Paulo, ao longo do século XVII, “assentaram-se numa ampla e sólida base de escravos índios, aprisionados nas freqüentes expedições dos paulistas ao sertão”. Em decorrência da modalidade do apresamento, as fazendas e os sítios da região Planaltina eram abastecidas por “um fluxo constante de novos índios”. Dessa forma, a escravidão indígena tornou-se fortemente enraizada em São Paulo, proporcionando “uma mão-de-obra excedente, que se empregava sobretudo no transporte de produtos locais, que se destinavam ao mercado litorâneo”.⁸⁵ Daí o conhecimento e interesse dos paulistas pelas regiões mais afastadas da costa atlântica.

No entanto, apesar do declínio da escravidão indígena ainda em fins do século XVII, as investidas ao sertão seiscentista, por outro lado, dentre outros fatores como as missões jesuítas e fortes militares, semearam pequenos arraiais interioranos, que em um primeiro

⁸³ MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1654**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2ª edição, 1998, p. 94.

⁸⁴ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Op; cit, p. 21.

⁸⁵ MONTEIRO, John Manuel. Alforrias, litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo. In: **Revista de História USP**. São Paulo: jan. a jul. de 1989, pp. 45 – 57.

momento serviam basicamente para retemperar a energia dos sertanistas. Tais arraiais, assim como Sorocaba, posteriormente tornaram-se povoamentos que em suas particularidades caracterizavam, em determinado sentido, a própria fundamentação dos primórdios do cenário urbano-colonial de pequenas vilas e cidades do interior paulista.

Porém, na medida em que os séculos transcorreram, a distinção peculiar do povoamento da antiga Terra de Santa Cruz permaneceu praticamente imutável. As vilas e cidades coloniais, assim como São Vicente que foi edificada ainda em 1532 por obra de particulares, continuavam fomentando interesses distintos, uma vez que as condições impostas pela natureza eram completamente desfavoráveis para o desenvolvimento do empreendimento urbano. Sobre essa mesma particularidade Paulo César Garcez Marins destacou que ao contrário dos espanhóis, os portugueses não vislumbraram em nenhum momento da empresa colonial os impérios urbanizados dos Andes e da Mesoamérica, principalmente porque os nativos existentes nas terras cabidas aos lusos “jamais haviam erguido vilas ou cidades no período pré-cabraliano”.⁸⁶

Nesses termos, o processo de povoamento da Colônia Brasileira em Terras da América produziu constantes situações que acusavam a própria mobilidade incerta sobre a qual eram edificadas as vilas e cidades da chamada era colonial. Em outras palavras, o empreendimento urbano-colonial português atendia às necessidades de uma estrutura social e econômica que se encontrava, pelo menos em certo sentido, praticamente às margens dos ditames da Coroa.

Assim, no alvorecer do século XIX, quando os primeiros viajantes de origem estrangeira aportaram nas terras além-mar, livres das remotas barreiras impostas pela Coroa, havia toda uma estrutura urbana que de forma distinta caracterizava próprio o cenário da vida cotidiana dos homens pobres e livres nas cidades.

⁸⁶ MARINS, Paulo César Garcez. Op; cit., p. 45.

Portanto, do mesmo modo que seus percussores, em sua *Peregrinação pela Província de São Paulo*, Augusto Emílio Zaluar vislumbrou cidades edificadas ainda no século XVII, como a antiga Vila de São Francisco de Chagas de Taubaté que em sua passagem em 1860 apresentava

“ruas muito compridas, adornadas de um lado e outro lado por casas de aspecto sombrio e de uma regularidade monótona, são cortadas por outras tantas vielas onde as construções arquitetônicas não se afastam, por via de regra, da forma estabelecida, e vão dar em praças em que domina o mesmo estilo, tendo apenas estas a diferença de se observar nelas alguns templos dignos de atenção pela sua vetusta e religiosa grandeza”. (ZALUAR, 1975, pp. 99 – 100).

O aspecto de uma localidade com ruas e vielas tortuosas era desanimador. Em certa medida, essa perspectiva avaliativa encontrava-se associada aos desdobramentos ideários do pensamento racional. De acordo com Jean Starobinski, em fins do século XVIII, houve uma reorquestração da racionalidade. No campo da arquitetura foram idealizadas inúmeras cidades geometricamente alinhadas. Sua forma, em determinados aspectos, remetia-se essencialmente “a idéia de sua força e de seu poder”.⁸⁷ Muito embora seja a interpretação de uma realidade distinta, esses ideários encontram-se escamoteados nos apontamentos descritivos da *Peregrinação pela Província de São Paulo*. Nesse sentido, ao menos na perspectiva descritiva de Augusto Emílio Zaluar, o alinhamento geométrico das ruas citadinas encontrava-se atrelado a sua aspiração pela elevação à modernidade. No entanto, se de um lado havia localidades seculares, de outro lado havia também aquelas de origem mais recente, dentre essas a cidade de Campinas, edificada com o nome de Vila de São Carlos ainda no ano de 1797. Segundo o viajante português, essa cidade, apesar do número relativo de edifícios, em certa medida, acanhados para a grandeza da localidade, apresentava um enorme empenho

“dos cidadãos que representam a municipalidade, pois se não poupam esforços e fadigas para proporcionar à cidade todos os melhoramentos materiais de que carece,

⁸⁷ STAROBINSKI, Jean. **1789: os emblemas da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 53 – 63.

não só no calçamento das ruas e embelezamento das praças, como na edificação de um mercado, em que se trabalha com empenho”. (ZALUAR, 1975, p. 138).

Embora com particularidades completamente distintas, Augusto Emílio Zaluar, na perspectiva de evidenciar a veracidade de sua peregrinação, procurava consultar continuamente, conforme se mencionou no primeiro capítulo da dissertação, os documentos oficiais que atestavam os primórdios da edificação das cidades paulistas. Trata-se de uma característica que evidencia, em certo sentido, a própria diversidade do processo de povoamento da antiga Terra de Santa Cruz e mais uma parte do direcionamento descritivo da intencionalidade presente na literatura de viagem do século XIX, onde os viajantes estrangeiros empregavam seu crivo avaliativo diante de um cotidiano distinto, principalmente quando comparado ao seu local de origem.

Em sua estadia na cidade de Taubaté, Augusto Emílio Zaluar consultou e transcreveu diversos fragmentos de uma documentação concedida por “um distinto morador” da localidade. Contudo, o viajante português não mencionou a origem desses registros. Talvez pela latente possibilidade de erros, uma vez que anteriormente salientou que “não foi possível compulsar outros documentos, que, a não podê-los citar com exatidão, julgamos mais acertado omiti-los”. (ZALUAR, 1975, p. 100). Apesar da importante ressalva, Zaluar reproduziu em sua obra, mediante aos documentos por ele consultados, uma síntese histórica da cidade, visto que transcreveu os acontecimentos de maior relevância para a localidade, dentre os quais a edificação, possivelmente no ano de 1665, do “Convento de Santa Clara conhecido como Convento de S. Francisco, em razão de pertencer à ordem monástica dêste nome”. (ZALUAR, 1975, p. 101).

A despeito dessas particularidades, talvez pela mencionada fragilidade desses apontamentos, Augusto Emílio Zaluar buscou na obra *História da Capitania de São Vicente*,

de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, maiores pormenores sobre a edificação da cidade de Taubaté. Segundo os transcritos do viajante de origem portuguesa,

“a vila de S. Francisco de Chagas de Taubaté foi erecta em 1645 por Jacques Félix, natural de S. Paulo, e nela foi povoador e fundador, como procurador bastante da Condessa de Vimieiro, donatária da capitania de Itanhaem. Êste Paulista tinha passado de S. Paulo com sua família e grande número de índios de sua administração, gados vacuns e cavалares; e tendo conquistado os bravos gentios da nação Jerominis e Puris, habitantes dêste sertão, levantou à sua custa a igreja matriz, construída de taipa e pilão, fez cadeia e casa de sobrado para conselho, moinhos para trigo e engenho para açúcar”. (ZALUAR, 1975, p. 103).

Ainda que transcorrido mais de um século entre a fundação da cidade de Taubaté e a de São Vicente, ambas foram edificadas por iniciativa de particulares que possuíam suas próprias intencionalidades. Mais do que a aparente eminência de analogias entre a fundação de ambas, percebe-se que o povoamento da Colônia atendia interesses praticamente afastados dos ditames da Coroa. Em outros termos, a fundação de um povoado afastado da costa marítima, assim como Taubaté, recorria inicialmente a construção de uma estrutura que representava o poder. Assim, era fundamental que primeiramente fosse assentada uma igreja e uma cadeia; simultaneamente representantes do poder eclesial e judicial. Porém, além dessas instituições, o estabelecimento dos mencionados moinhos de trigo e moendas de cana visava não apenas o vínculo econômico do homem com terra, mas também a própria sustentabilidade cotidiana de uma população que se tornava sedentária. Quanto à chamada “casa-sobrado”, estudada primeiramente por Gilberto Freyre, embora fosse um local de “conselho” para os comparoquianos de uma determinada povoação, o sobrado era, por sua vez, acima de tudo a representação do poder social de uma família local entre seus iguais e desiguais, fato que garantia assim a reprodução dos sistemas de dominação existentes.⁸⁸ Desse modo, respeitando

⁸⁸ Na abordagem sobre representação do poder atrelado aos sobrados nordestinos, o estudo de Gilberto Freyre foi pioneiro. Para detalhes: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. 02 Volumes. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2ª edição, 1951.

as conveniências de uma variada gama de normas, necessidades e intencionalidades, homens de prestígio buscavam expandir os domínios de seu poder, bem como do território de donatários coloniais.

Sobre essa mesma particularidade, ainda sobre a cidade de Taubaté, os registros transcritos por Augusto Emílio Zaluar da obra de Pedro Taques de Almeida Paes Leme descrevem que era

“capitão-mor da capitania de Itanhaem, Francisco da Rocha, o qual, por sua provisão de 20 de janeiro de 1636, concedeu ao dito Jacques Félix, como morador opulento e abastado da vila de S. Paulo, que penetrasse o sertão de Taubaté em aumento das terras da Condessa donatária D. Mariana de Souza Guerra. Esta mesma provisão retificou em 30 de junho de 1639 Vasco da Mota, capitão-mor governador da dita capitania de Itanhaem, ordenando que concedesse, em nome da condessa donatária, uma légua de terra para rocio da vila, e aos moradores que fôssem acudindo a estabelecer-se na povoação concedesse também terras de sesmarias. Por outra provisão de 13 de outubro de 1639, mandou que Jacques Félix, capitão-mor povoador, tendo completas as obras para aclamar em vila a povoação, fizesse aviso para se proceder a êste ato. Depois, por provisões de 05 de dezembro de 1645, de Antônio Barbosa de Aguiar, capitão-mor governador, ouvidor de alcaiate-mor da capitania da Condessa D. Mariana de Souza Guerra, se aclamou em vila na primeira oitava do Natal dêste mesmo ano, e se formou a eleição de juizes ordinários oficiais da câmara, que entraram a servir em 1º de janeiro de 1646”. (ZALUAR, 1975, p. 103).

Impregnado de provisões e nomes de notória relevância social e política, esses apontamentos testificam sinteticamente o processo de consolidação e reconhecimento de um povoamento colonial em vila. No entanto, em meio à intencionalidade dos Governadores e, principalmente da donatária das terras, a Condessa D. Mariana de Souza Guerra, percebe-se que a ascensão de poder de Jacques Felix, que de “morador opulento da vila de S. Paulo”, transformou-se em “capitão-mor fundador”, permeou de sua investida ao sertão de Taubaté até o assentamento do poder eclesial e judicial, bem como seu conseqüente reconhecimento. Em outras palavras, o estabelecimento de uma vila era consolidado segundo os interesses de

determinadas camadas sociais, que delegavam poderes, como a provisão para que Jacques Felix adentrasse o sertão, mediante a possibilidade de aumentar o controle social e econômico sobre a vastidão da Colônia, uma vez que as regiões mais afastadas eram reconhecidamente ocupadas pelos naturais da terra.⁸⁹

A despeito das circunstâncias que efetivamente aprovavam o assentamento de um determinado povoamento, deve-se, de outro lado, reconhecer que atrelado a elas havia também a aspiração por cargos honrosos. Jacques Felix apesar de ser reconhecido como um “opulento morador da Vila de S. Paulo”, responsável por um “grande número de índios de sua administração, gados vacuns e cavalares”, antes da investida e conquista do sertão de Taubaté não passava de um colono de posses e enorme prestígio social entre seus contemporâneos. No entanto, com a conquista das paragens de Taubaté, com o assentamento e a passagem do povoamento para vila, Jacques Felix tornou-se, conseqüentemente, “capitão-mor povoador”. Sobre as particularidades que determinavam as circunstâncias pela aspiração ao poder na Colônia, Evaldo Cabral de Mello analisou uma estrutura discriminatória vinculada ao poder da nobreza pernambucana, sobretudo no que se restringia ao acesso a cargos públicos, à carreira eclesiástica, e às honrarias dispensadas pela Coroa.⁹⁰ Embora em contexto e circunstâncias completamente distintas, uma vez que analisava o processo que investigava a chamada pureza de sangue de Filipe Pais Barreto, um membro da açucarocracia colonial, as interpretações de Evaldo Cabral de Mello proporcionam vislumbrar que havia outras possibilidades para que os indivíduos economicamente favorecidos ascendessem à nobreza do tecido colonial. Ademais, em certo sentido, os povoadores da Colônia pertenciam à ordem popular, sua condição geral sendo, portanto plebéia, mesmo à presença rara de pessoas nobres. Daí possivelmente a intencionalidade de determinados colonos abastados, como

⁸⁹ Para detalhes sobre os apontamentos transcritos por Augusto Emílio Zaluar: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **História da capitania de São Vicente**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, Sd, pp. 150 – 152.

⁹⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Jacques Felix, em embrenharem-se pelas cercanias interioranas na perspectiva de fundarem pequenos povoados e tornarem-se, por conseguinte, os chamados “nobres da terra”.

A despeito da intencionalidade dos colonos mais abastados, de outro lado, havia também aqueles que em virtude de diversas necessidades constituíram pequenos povoamentos. Embora não se encontre em documentos oficiais, tais particularidades foram registradas mediante as conversas de Augusto Emílio Zaluar com as pessoas que conheciam as “tradições locais” de uma determinada localidade. (ZALUAR, 1975, p. 145). Assim, o viajante de origem portuguesa soube que a cidade de Piracicaba

“foi primitivamente um lugar de degredo para onde os capitães-mores de Itu e Pôrto-Feliz mandavam os desordeiros e as mulheres de vida dissoluta. Um caboclo dos deportados foi quem abriu a primeira picada que comunica esta cidade com Itu, e sôbre a qual ainda em quase tôda a sua extensão está assentado o traço da estrada atual. Os desgraçados saíam de Itu e de Pôrto-Feliz, e, embarcados em canoas, seguiam pelo rio Tietê até encontrarem a barra do Piracicaba, e, navegando depois por êste rio acima, ganhavam o seio do sertão, espalhando-se por êle e lançando os primeiros fundamentos da moderna povoação”. (ZALUAR, 1975, p. 151).

Ao contrário de outras localidades, segundo Augusto Emílio Zaluar, a cidade de Piracicaba não possuía, tal como Taubaté e São Vicente, a intencionalidade de colonos abastados em suas origens, mas apenas “desordeiros e mulheres de vida dissoluta” que procuravam em uma terra despovoada constituir uma nova cotidianidade. De todo modo, apesar de completamente distinta de outras localidades, sobretudo no que se restringia a sua primitiva edificação, uma vez que na região “ainda em 1810 apenas existia uma pequena capelinha de invocação de Nossa Senhora, que nesse mesmo ano foi elevada a freguesia com o nome de Constituição” e somente em 1856, foi conferido a mesma localidade “os foros de cidade” (ZALUAR, 1975, p. 150), o antigo povoado de Piracicaba dentro da amplitude do processo de povoamento luso-americano, iniciado ainda no século XVI, apresentava uma particularidade distinta. Em outros termos, sua edificação relacionava-se com o afastamento

de pessoas indesejáveis, homens e mulheres que em uma sociedade excludente sobreviviam daquilo que aos olhos de seus contemporâneos era, possivelmente, desonroso.

Certamente a constituição e a metamorfose de pequenos povoados coloniais em vilas e dessas vilas em cidades foi permeada historicamente por intencionalidades distintas, mas deve-se acrescentar que para os viajantes estrangeiros no século XIX, assim como as localidades, seus moradores não constituíam um corpo necessariamente distinto daquilo que era vislumbrado. Em outras palavras, a cidade e os homens eram simultaneamente sobrepostos conforme a narrativa adotada, uma vez que a relevância ou a decadência de uma determinada localidade encontrava-se atrelada, pelo menos na perspectiva dos viajantes de origem estrangeira, ao empenho civilizador dos homens que nela habitavam. Por conseguinte, os apontamentos sobre a vida cotidiana nas cidades oitocentistas aparecem diretamente atrelados ao próprio cenário urbano. Daí a necessidade de analisá-los mediante aos registros característicos de toda uma estrutura urbana fundamentada em circunstâncias e momentos completamente distintos.

Conforme se salientou anteriormente, Augusto Emílio Zaluar conheceu determinadas tradições da cidade de Piracicaba, dentre essas as que mencionavam os primórdios do assentamento local, composto por indivíduos degredados da cidade de Itu e Porto Feliz. (ZALUAR, 1975, p. 151). Diante do cenário dessa cidade, o viajante português primeiramente registrou que os edifícios públicos detinham nada mais do que uma “mesquinha aparência”. Tal apontamento fundamentava-se, por sua vez, em uma estrutura urbana híbrida, uma vez que, segundo Augusto Emilio Zaluar,

“em uma mesma casa, mal construída e arruinada, em frente da matriz, reúne a câmara municipal as suas sessões, funciona o júri, dão as devidas autoridades suas audiências, e trabalha a escola pública de primeiras letras do sexo masculino”. (ZALUAR, 1975, p. 151).

No entanto, todas essas divisões administrativas encontravam-se assentadas apenas no “pavimento superior”. Em outras palavras além dessas, havia também no “térreo”

“uma prisão para homens, outra para mulheres, e uma espécie de saguão com tarimba para a guarda. As prisões não têm o asseio conveniente nem oferecem a segurança precisa; além que avulta o inconveniente de conservarem-se reunidos os simplesmente indiciados com os condenados, e os presos de condição livre com escravos”. (ZALUAR, 1975, p. 151).

Em outro documento, mais precisamente em um ofício de 21 de julho 1859, Manoel José Marques destacava a

“necessidade de ser argumentado com mais des; ou, guarda meses com seis praças o destacamento desta cidade porque o número de guardas de que actualmente se compõe não pode elle satisfazer ás exigencias do serviço da guarda da cadêa, onde habitualmente existe um avultado número de presos deste e dos termos vizinhos”. (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Caixa 236. Pasta 01. Documento 42. Ordem 0131).

A leitura desses documentos, em um primeiro momento, poderia assinalar que Augusto Emílio Zaluar e Manuel José Marques descreviam uma Torre de Babel, dada a multiplicidade de repartições públicas e o “avultado número de presos deste e dos termos vizinhos” contidos praticamente em um mesmo espaço. No entanto, em virtude desse “inconveniente”, Augusto Emílio Zaluar acrescentou que seria duplamente relevante para a própria segurança da municipalidade criar sub-delegacias, uma vez que controlaria com maior eficiência os presos e aumentaria a autuação policial “nos pontos mais retirados” da cidade, posto que nessas regiões abundava freqüentemente “a impunidade dos delitos cometidos”, principalmente nos “bairros de S. João da Serra Negra e S. Pedro da Araraquara”, habitados apenas por uma “população pobre e desconhecida”. (ZALUAR, 1975, p. 152).

Embora esses apontamentos sigam basicamente uma medida repressiva, posto que Manuel José Marques propunha um aumento no efetivo policial, deve-se levar em consideração que a “aparência mesquinha da cidade”, bem como a falta “autoridade na

repressão das leis criminais” (ZALUAR, 1975, p. 152), encontravam-se atreladas à perspectiva de que a população, assim como a própria localidade, eram pobres. Além disso, a prisão simultânea de homens, mulheres e indivíduos de condição livre e escrava atestava que os desvios sociais engendravam uma considerável parcela de comparoquianos que atuavam cotidianamente nos meandros da cidade de Piracicaba, atuação essa que possivelmente vinculava-se a chamada vadiagem ou ociosidade.

Vista como “a mãe de todos os crimes”, a vadiagem, segundo Walter Fraga Filho, era o medo permanente das elites oitocentistas, uma vez que o número considerável de ociosos que perambulavam pelas cidades poderia a qualquer momento levantar-se “contra os ricos e assaltar-lhes as propriedades”. Em síntese, da mesma forma que Augusto Emílio Zaluar, as autoridades do Império acreditavam que era fundamental para a “política de segurança das cidades” controlar essa população “perigosa” que “vivia nos centros urbanos entregues a desordens e roubos”, uma vez que esse cotidiano desvirtuado e desgarrado do princípio da propriedade particular era altamente degenerativo, pelo menos para as camadas mais abastadas da sociedade oitocentista.⁹¹ Em outras palavras, conforme ressaltou José Carlos Barreiro, de outro lado, pode-se observar que essa particularidade cotidiana revelava em sua especificidade um universo de contestação e resistência das classes subalternas diante das normas controladoras da sociedade.⁹² Assim, os delitos contra a propriedade tornavam-se, pelo menos em certo sentido, uma importante fonte de subsistência para as classes mais pobres. Mas não eram apenas esses os delitos cometidos. De acordo com Policarpo Lopes de Leão, em ofício do dia 23 de julho de 1860, na

“noite de 22 do corrente mês, ao recolher-se do teatro foi o juiz municipal deste termo Bacharel Sebastião José Pereira Junior, então em exercício do cargo de Juiz de direito da Comarca, atacado e ferido gravemente com uma pancada na testa, do lado direito, que havia ter sido dada com instrumento

⁹¹ FRAGA FILHO, Walter. Op; cit, p. 91.

⁹² BARREIRO, José Carlos. Op; cit, pp. 19 – 34.

cortante, por um individuo que não pôde reconhecer. (...). Este delicto, como é natural, causou grande sensação e a todos enchia de indignação; infelizmente, porém, até hoje não se pode descobrir seu autor”. (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Caixa 236. Documento 04. Ordem 1031).

Daí a repressão policial e a conseqüente diversidade de indivíduos presos e amontoados nas cadeias municipais da Província de São Paulo em meados do século XIX.

Conveniências repressivas e maneiras enérgicas para conter a cotidianidade e os meios de sobrevivência dos homens pobres e livres eram, sem dúvida, difundidas em grande medida na América Portuguesa. No entanto, elas não eram circunscritas a realidade judiciária da época, mas também a eclesial. De acordo com Augusto Emílio Zaluar, na cidade de Guaratinguetá um certo padre Manuel Martiniano de Oliveira era

“um homem de 40 annos, magro, erecto, e cujo aspecto faz lembrar o semblante de austero de S. Jerônimo. A sua palavra é grave e perplexa, como que não encontra na linguagem dos sentimentos que o dominam e as santas idéias que o preocupam. É um peregrino do céu que cumpre resignado, porém beneficemente, a sua peregrinação na terra”. (ZALUAR, 1975, p. 82).

A espiritualidade do padre Manuel Martiniano de Oliveira estava além do necessário, mesmo porque ele era um homem

“respeitado por todos os seus paroquianos como um missionário de consolação e paz, os ricos e os pobres curvam-se por assim dizer, involuntariamente, à sua passagem, Dorme pouco, ora e cisma, e trabalha com infatigável ardor em benefício do rebanho que a Igreja o confiou ao seu zelo. As suas práticas são lições de moral cristã, as suas admoestações conselhos de amigo, e até seu próprio silêncio é de uma austera e grave eloquência”. (ZALUAR, 1979, p. 82).

Um homem religioso e laborioso, características pessoais que para Augusto Emílio Zaluar denotavam o respeito e a inspiração necessária para que os paroquianos locais e das circunvizinhanças o admirassem. Embora respeitado pelos ricos e pobres, ao que tudo indica, sobretudo pelos apontamentos de viagem do português Augusto Emílio Zaluar, o padre

Manuel Martiniano de Oliveira preocupava-se especialmente com as ovelhas pobres e desamparadas de seu rebanho. Desse modo,

“vendo o grande número de pobres e desgraçados que avultava neste município, e a perdição a que se achavam constantemente expostas as donzelas e as órfãs, lembrou-se, com um pensamento verdadeiramente cristão, e a exemplo de Mme Lamuru, fundadora da celebre instituição das Recolhidas de Bordéus, de criar em Guaratinguetá uma asilo dêste gênero, em favor, do qual invocou o auxílio dos fiéis. Êste caridoso estabelecimento teve origem na casa patrimonial do reverendo vigário a 21 de outubro de 1856. Foi transportado depois para Rua Nova da Ponte, e existe agora em um edifício de mais vastas acomodações. Metade da casa atual foi comprada à custa dêste santo varão e das esmolas do povo, e a outra metade cedida pela finada D. Antônia Francisca das Chagas Paula, bem como o terreno adjacente. Tem recebido êste recolhimento cinqüenta e sete recolhidas, das quais existem trinta, sendo vinte e duas órfãs e menores”. (ZALUAR, 1975, pp. 82 – 83).

Embora em um primeiro momento a iniciativa do padre Manuel Martiniano de Oliveira demonstre a caridade de um homem comprometido com a devoção presente no cristianismo, sabe-se, assim como destacou Walter Fraga Filho, que a preocupação da Igreja e da própria sociedade com os pobres, no transcorrer do século XIX, deixou de ser um ato de misericórdia para ser um ato de intolerância, que visava controlar as classes subalternas que perambulavam cotidianamente pelos centros urbanos do Império.⁹³ Com a documentação atualmente a disposição torna-se praticamente inconcebível ponderar sobre o trabalho desenvolvido no interior do “caridoso estabelecimento”, mas de acordo com Anna Amélia Vieira Nascimento, os recolhimentos geralmente eram obras pias onde “as mulheres desamparadas abrigavam-se para ser protegidas do perigo de perderem sua honra. Viviam em preces e orações sem outra finalidade a não ser a dedicação ao misticismo, afastadas do mundo”.⁹⁴ No caso da cidade de Guaratinguetá, mediante aos indícios presentes nos próprios

⁹³ FRAGA FILHO, Walter. Op; cit, p. 129.

⁹⁴ NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. A pobreza e a honra: recolhidas e dotadas na Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 1700 – 1867. In: MARCILO, Maria Luiza. (ORG). **Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1993, p. 157.

apontamentos de viagem de Augusto Emílio Zaluar, percebe-se que o controle da Igreja local sobre os indesejáveis foi precedido por outras iniciativas. De acordo com o viajante de origem portuguesa, o Asilo Religioso das Irmãs do Bom Pastor – fundado em 21 de outubro de 1856 – foi inspirado no propósito de uma instituição anterior conhecida por Recolhidas de Bordéus, particularidade que denota, por um lado, uma espécie de continuidade ao processo de controle anterior e, por outro lado, ratifica a idéia de que os pobres em meados do século XIX realmente incomodavam não apenas a sociedade, mas também a Igreja. Todavia, essa aparência homogênea era apenas superficial, sobretudo quando se observa a tolerância e a intolerância em um mesmo cenário urbano.

Na cidade de Guaratinguetá, onde o padre Manuel Martiniano de Oliveira havia idealizado e fundado o Asilo Religioso das Irmãs do Bom Pastor, de acordo com Augusto Emílio Zaluar, era alarmante o imensurável manancial de leprosos que caminhavam pelas ruas e vielas da localidade. A presença desses enfermos era legitimada pelas

“muitas curas que tem operado nos enfermos do mal de S. Lázaro, que tanto abundam neste ponto da província de S. Paulo e na de Minas, estendendo-se mesmo às outras que lhes são limítrofes, são o incentivo à maior parte das romarias que o povo faz a êste templo solitário e à protetora imagem da Senhora da Aparecida, que refulge no altar-mor, adornada com um precioso manto de veludo ricamente bordado de ouro, e parecendo sorrir compassiva a todos os infelizes que a invocam, e a quem jamais negou a consolação e a esperança”. (ZALUAR, 1979, p. 88).

Embora o número de leprosos fosse enorme, a Igreja e os devotos do cristianismo naquela cidade não se preocupavam em controlar a mobilidade desses homens, talvez pelas “numerosas e mesmo avultadas esmolos que todos os anos entram nos cofres da bem-aventurada Senhora”. (ZALUAR, 1975, p. 88). Seria incompatível com a enorme fé daqueles homens não respeitar a situação dos enfermos do mal de Lázaro, que naquela cidade, na Capela de Nossa Senhora da Aparecida, buscavam a cura para o mal que os acometia. Desse modo, em consentimento com aquela realidade, os responsáveis pela administração da Capela

desejavam, de acordo com Augusto Emílio Zaluar, proporcionar uma “aplicação meritória ao produto das esmolas que os fiéis ofereceram à Senhora, se resolvera edificar-lhe um templo de mais vastas proporções do que atualmente existe, e assim dar também mais importância ao lugar”. (ZALUAR, 1975, p. 89). Motivados pelo secular “dever de mitigar o sofrimento do próximo” (ZALUAR, 1975, p. 88), os devotos de Nossa Senhora da Aparecida procuravam cooperar a fim de remediar seus próprios pecados, tornado esse processo de cooperação mútua um precioso alento para a alma e para a Igreja.

Apesar de respeitar aquilo que havia de religioso na intenção dos administradores da Capela, assim como da localidade, em aumentar as dependências do Santuário, Augusto Emílio Zaluar acreditava que seria

“mais útil e até agradável à benfeitoria dos aflitos que, em vez de uma igreja, se construísse um hospital com a invocação da mesma Virgem, consagrando a recolher a grande quantidade de morféuticos que infestam as estradas e os caminhos de quase todo o norte da província, oferecendo aos olhos do povo viandante o mais triste e lastimoso de todos os espetáculo”. (ZALUAR, 1975, p. 89).

A boa vontade de Augusto Emílio Zaluar para com os leprosos transluz uma iniciativa contrária à desejada pelos residentes locais, entretanto, pelo menos aparentemente, a direção de seus apontamentos acenava para um quadro repleto de miséria. De acordo com seus apontamentos, a situação dos acometidos pelo mal de Lázaro

“causa realmente dó, compunge o coração ver esses desgraçados dentro de suas choupanas de palha, coberto de andrajos e de lepra, estenderem a mão a quem passa, pedindo-lhe um óbulo para matarem a fome. É realmente um quadro êste que não tem perdão nem desculpa em pleno século XIX. Ainda mais: nos domingos e dias santificados, como muitas vêzes observamos, êstes infelizes concorrem aos mercados e andam por entre o povo esmolando, e em contacto com os vendedores e quitandeiras”. (ZALUAR, 1975, p. 89).

Pode presumir-se, de acordo com os apontamentos de Augusto Emílio Zaluar, que a construção de um leprosário seria benéfico não apenas aos doentes, mas também aos

habitantes locais, que não mais necessitariam de conviver cotidianamente com os leprosos, sobretudo nos “domingos e dias santificados”. Embora esta iniciativa apresente em sua essência uma abordagem aparentemente fundamentada no idealismo cristão, percebe-se que ela visava simplesmente afastar do cenário urbano os enfermos do mal de Lázaro que mantinham contato direto com os transeuntes de mercados locais, vendedores e quitandeiras, em outras palavras, todos os leprosos que esmolavam cotidianamente na cidade.

No entanto, esse era apenas o primeiro ato da proposta de Augusto Emílio Zaluar. O segundo ato era, de acordo com seus próprios apontamentos, ainda mais preocupante. Naquela região da Província de São Paulo havia às margens das estradas e caminhos um assombroso número de choupanas, onde os leprosos pernoitavam e esmolavam continuamente. Mas o maior problema que envolvia a existência dessas pequenas moradas eram os

“escravos fugidos que vão ordinariamente acoutar-se nos albergues dos leprosos, e aí se conservam muitas vezes dias e meses, até regressarem de novo para casa de seus senhores, já inoculados do mal, que não tarda em propagar-se por seus companheiros, afetando até mesmo os próprios brancos”. (ZALUAR, 1975, p. 89).

Não se poderia esperar que as palavras de Augusto Emílio Zaluar se fizessem diferentes, suas propostas estavam em consonância com as instituições do poder dominante. Conforme se salientou anteriormente ele era um homem comprometido com os ideais da “modernidade”, ideais esses que se relacionavam à propriedade. Naquela altura do século XIX, por volta de 1860, os proprietários de escravos certamente sentiam os abalos proporcionados pelo fim do tráfico internacional em 1850. Além disso, as insurreições tornavam-se a cada dia mais freqüentes. Em ofício de 18 de abril de 1865, “o delegado de polícia de Guaratinguetá pede providencias para o pagamento do soldo de des guardas policiais engajados por ocasião do boato da insurreição de escravos que ali aparece”. (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Caixa 236. Pasta 04. Documento 6A. Ordem

1031). O descontrole da ordem social era um acontecimento temido pelas elites oitocentistas. Celia Maria Marinho de Azevedo destacou que as derradeiras décadas do sistema escravista brasileiro foram momentos marcados pela insegurança e pela temeridade, onde as elites oitocentistas procuravam meios para reprimir e controlar qualquer insurreição de escravos, que em muitos casos contavam com a participação de homens livres.⁹⁵ Daí a necessidade de um controle imediato sobre os leprosos a fim de evitar maiores danos à propriedade escravista.

Mais do que uma represaria, ao que tudo indica, Augusto Emílio Zaluar vislumbrava desarticular as relações de sociabilidade entre escravos e leprosos, mesmo porque na sociedade católica eles foram historicamente acusados de molestar os praticantes da fé. De acordo com Carlo Ginzburg, os leprosos eram inicialmente tratados com horror, porque a doença era entendida como símbolo carnal dos pecados, que desfigurava os traços humanos e dissolvia por completo a aparência de todos os doentes. Todavia, principalmente em virtude da aparência repugnante, a piedade e o amor para com eles eram tidos como um verdadeiro testemunho de santidade. No entanto, entre o final do século XIII e o princípio do século XIV, a marginalidade, a tolerância e a remota caridade para com os doentes do mal de Lázaro transformaram-se em uma violenta segregação, principalmente porque surgiram conspirações que davam conta de que judeus e leprosos haviam envenenado a água de poços e fontes para matar pessoas sãs.⁹⁶ Embora descreva uma realidade social completamente distinta, percebe-se que as denúncias contra a articulação de leprosos e outros desclassificados sociais não eram recentes. Desse modo, ao sugerir que “a criação de um hospital de lázaros seria, pois, a nosso

⁹⁵ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Para maiores detalhes sobre as entrelinhas do processo de abolição no Brasil veja: MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. São Paulo: EDUSP, 1994 & MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª impressão, 1998.

⁹⁶ GINZBURG, Carlo. **História noturna: decifrando o Sabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2001, pp. 43 – 67.

ver, uma das obras mais meritórias à piedade divina” (ZALUAR, 1975, p. 89), Augusto Emílio Zaluar procurava chamar a atenção das elites locais para o entrave que representava a presença cotidiana de leprosos às margens das estradas e cidades, sobretudo no que se restringia a sua articulação com outros desclassificados sociais, nesse caso específico, com os escravos fugidos. Ainda que em outras localidades tenha apontado sistematicamente a precariedade urbana, na cidade de Guaratinguetá, de acordo com Augusto Emílio Zaluar, a “mais imperiosa, porém, de tôdas as exigências públicas, segundo penso, é, remover os morféticos, que em chusmas invadem a cidade aos domingos a solicitar a caridade pública, e dando o doloroso espetáculo da mais horrível miséria”. (ZALUAR, 1975, p. 95). Ademais, as palavras de Augusto Emílio Zaluar mais uma vez indicam que a busca por um processo de controle social sobre os homens pobres e livres foi um forte elemento de desigualdade nos centros urbanos oitocentistas, característica que favoreceu o surgimento de instituições públicas, particulares e eclesiais afeitas à intolerância em relação aos “indesejáveis”.

Apesar de marginalizados, os viajantes de origem estrangeira associavam continuamente os homens pobres e livres à vida cotidiana dos centros urbanos. Na vila do Barreiro, localidade “dista cinco léguas de Resende, e outras tantas da cidade do Bananal” (ZALUAR, 1975, p. 51), de acordo com Augusto Emílio Zaluar, as ruas eram “perfeitamente alinhadas, quase tôdas planas, e os prédios, ainda que pouco importantes pela maior parte, eram construídos com regularidade”. (ZALUAR, 1975, p. 53). Todavia, a pequena vila era dividida

“em dois bairros. O bairro nobre, ou aquêle em que avultam as construções mais importantes e é habitado pelas pessoas mais abastadas do lugar, levanta-se na parte mais elevada do terreno, e é coroado no alto pela igreja matriz, edifício singelo, mas que não deixa de ter sua modesta elegância. O outro bairro, abaixo daquele, é habitado pelas classes pobres, e quase tôdas as casas são ainda ali cobertas de sapé, o que forma um contraste que não deixa de ter se tanto ou quanto de pitoresco, visto a distância”. (ZALUAR, 1975, p. 53).

Ao descrever as particularidades arquitetônicas deste pequeno centro urbano, Augusto Emílio Zaluar tinha por perspectiva salientar a própria mobilidade social de seus moradores. Em outras palavras, de acordo com seus apontamentos, a “separação é apenas topográfica, e os moradores de um bairro têm acesso franco e a tôda hora nos domínios do outro”. (ZALUAR, 1975, p. 53). Sobre a mobilidade em determinadas cidades, Augusto Emílio Zaluar não acentuou apenas o acesso entre bairros.

Em Guaratinguetá, por exemplo, o padre Manuel Martiniano de Oliveira era um homem “respeitado por todos os seus paroquianos como um missionário de consolação e paz, os ricos e os pobres curvam-se por assim dizer, involuntariamente, à sua passagem”. (ZALUAR, 1979, p. 82). Embora não tenha feito nenhuma referência mais detalhada sobre a participação dos moradores da localidade em uma missa, o respeito dos “ricos e pobres” para com o “missionário da consolação e paz” denota que a mobilidade social estava presente na igreja. Em outros termos, apesar da eminente distinção econômica, os homens pobres e livres e as classes socialmente e economicamente mais abastadas encontravam-se atreladas a valores comuns. Nesse caso específico a religião ou mesmo a presença do padre Manuel Martiniano de Oliveira era, na perspectiva de Augusto Emílio Zaluar, um símbolo da própria mobilidade social e do respeito eclesial da Igreja para com os ricos e pobres. De fato, do ponto de vista cultural, as classes socialmente e economicamente mais abastadas e classes populares eram verdadeiramente híbridas.

De acordo com Peter Burke, as festividades européias eram marcadas pela diversidade cultural e social. Homens ricos, nobres e camponeses comemoravam nas ruas ao som de músicas tradicionais as mais diversificadas ocasiões festivas. No caso das cidades, os mesmos sermões religiosos eram assistidos por ricos e pobres, nobres e plebeus. No Carnaval, assim como as damas e outros comparoquianos, os padres cantavam, bebiam e usavam máscaras. Enfim, no início da Europa moderna além da nobreza, o clero participava também da cultura

popular.⁹⁷ No caso do Império, Augusto Emílio Zaluar participou em setembro de 1859 de uma festa na cidade de Barra Mansa. De acordo com seus apontamentos, e segundo a opinião dos “que se achavam presentes, ninguém tem memória de haver serra acima um festejo animado por tão brilhante concurso, e onde todos à porfia se esforçassem para tornar agradável semelhante reunião”. (ZALUAR, 1975, p. 23). Embora não descreva a finalidade da festa, Augusto Emílio Zaluar destacou que a mesma foi adornada por uma “constante alegria que reinou por espaço de quatro dias era realçada pela amabilidade e delicadeza com que o festeiro, o Sr. Comendador Joaquim Ferraz, e sua exigentíssima esposa, cativaram todos os que tiveram a fortuna de apreciar sua companhia”. (ZALUAR, 1975, p. 23). Ao que tudo indica, a participação e a própria intencionalidade do Comendador Joaquim Ferraz no festeiro era fundamentada provavelmente em interesses políticos, mesmo porque na ocasião reinaram, além da mencionada alegria constante, “cerimônias religiosas, iluminações, fogos artificiais, procissão, jantares, bailes e teatros” que “trouxeram em contínuo movimento os pés, os olhos e os estômagos dos convidados”. (ZALUAR, 1975, p. 23). Festividades que conseqüentemente reuniu um “grande concurso de povo”. (ZALUAR, 1975, p. 24). Em poucas palavras, durante

“êstes dias de agradável confusão, como deves imaginar, pouco aproveitável me podia ter sido o estudo moral e material da povoação; só depois que os elos dessa amável cadeia se começaram a romper, só depois que as famílias foram pouco a pouco retirando-se, só depois que as casas principiaram a fechar-se, os sons da música a extinguir-se e as flores a desfolhar-se, quando o silêncio, o desânimo, invadiu a tudo e todos, foi só então que a cidade de Barra Mansa se me apresentou como realmente é. Descrevê-la nesses dias fora encará-la por um prisma demasiado sedutor, e eu sou um viajante consciencioso, que não sabe sacrificar a verdade. (ZALUAR, 1975, p. 24).

Os festejos e provavelmente a própria mobilidade dos comparoquianos que se deslocaram para a cidade rompeu a cotidianidade daquela localidade. Augusto Emílio Zaluar,

⁹⁷ BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 1999, pp. 50 – 68.

atento a essa particularidade procurou não descrever inicialmente aquilo que para ele representava o aspecto “moral e material da povoação”. Embora praticamente escamoteada pelos apontamentos, percebe-se que a pluralidade dos festejos, uma vez que foram realizados bailes, teatros, procissões e missas, incide sobre a possibilidade de uma participação efetiva das classes socialmente e economicamente mais abastadas, bem como das classes, nesse mesmo sentido, menos favorecidas. Ademais, os homens pobres e livres eram, de acordo com Augusto Emílio Zaluar, os verdadeiros tradutores da cultura popular, uma vez que

“além das reuniões particulares e do teatro, assisti em Pindamonhangaba às festas religiosas e populares do Espírito Santo e do Rosário. Falta-me tempo para descrever estas festividades, em que duas realezas efêmeras são aclamadas em dia, para descerem no outro, resignadas e tranqüilas, do pedestal do poder em que por um momento as colocou o sôpro da sorte”. (ZALUAR, 1975, p. 96).

Embora não fique nítido nesse apontamento, ao que tudo indica Augusto Emílio Zaluar havia presenciado possivelmente a Festa do Divino, que era comum, de acordo com Lilia Moritz Schwarcz, nas Províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, aonde prevaleciam, não somente na Festa do Divino, mas também em outras “várias realezas”.⁹⁸ De fato, as festas populares no Império eram comuns e, em certo sentido, alteravam sensivelmente o cotidiano das cidades, sobretudo em virtude de sua relevância social. Embora tenha um posicionamento contrário a essa particularidade, Augusto Emílio Zaluar destacou que

“no entanto é curioso observar o cerimonial dêstes dias de festejo: as folia, ou uma espécie de bando que anuncia a festa, composto de uma orquestra de flautas de taquara, um tambor, e de uma cantinela monótona cujas letras é impossível perceber no meio daquela algaravia semibárbara; as procissões, os jantares aos pobres, o banquete e o baile do festeiro, e finalmente uma quantidade de outras particularidades que não seriam sem interêsse para a história dos costumes populares”. (ZALUAR, 1975, pp. 96 – 97).

⁹⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**. Op; cit, p. 270.

Os festejos e costumes populares eram fundamentais para o relacionamento social das classes mais desfavorecidas, nesse momento homens que eram cotidianamente desprezados e reprimidos encontravam nas festas, batucadas e procissões a oportunidade de expressar nas ruas as tradições antepassadas. Muito embora não discorra detalhadamente sobre o festejo, Augusto Emílio Zaluar destacou indiretamente que a mobilidade nas festividades redimensionava o próprio cotidiano das cidades, afinal de contas apesar de considerar toda aquela movimentação uma verdadeira “algaravia semibárbara” (ZALUAR, 1975, p. 96), o viajante de origem portuguesa deteve pacientemente seu olhar sobre tudo aquilo que acontecia.

Para reforçar essa interpretação, os elementos presentes na *Peregrinação pela Província de São Paulo* dão conta de que as cidades depois dos festejos eram como “flores a desfolhar-se”, aonde reinava a multidão posteriormente reinava o “silêncio e o desânimo” que “invadiu e tomou a todos”. Diante desses pequenos fragmentos, percebe-se que o cotidiano citadino era completamente distinto daquele presente nos festejos, onde havia uma inversão completa da ordem social. De fato, assim como Augusto Emílio Zaluar destacou na cidade do Bananal,

“os grandes proprietários de terrenos, deixando de freqüentar os povoados, e reconcentrando-se em suas fazendas, que são os verdadeiros castelos feudais do nosso tempo, fazem convergir aí toda a vida, que reflui das povoações para essas moradas ostentosas onde muitas vezes o luxo e a riqueza disputam primazia à magnificência dos palácios da capital; daqui o definhamento do comércio, daqui a paralisação das indústrias; daqui finalmente a depreciação dos prédios e a falta do giro dos capitais, que é o sangue que circula nas veias e alimenta as forças de todos os centros populosos”. (ZALUAR, 1975, p. 46).

Ao tecer comentários sobre a reclusão das classes mais abastadas da sociedade oitocentista, Augusto Emílio Zaluar procurava salientar ou chamar a atenção de seus leitores sobre a relação entre o afastamento e a queda acentuada do comércio urbano, bem como a

própria estagnação da vida cotidiana. Embora, para Augusto Emílio Zaluar essa particularidade represente uma estagnação do ponto de vista comercial e cultural, deve-se salientar que as camadas menos favorecidas socialmente e economicamente, os homens pobres e livres continuavam a sobreviver cotidianamente na trama urbana, sobretudo a cata de um trabalho ou uma atividade que lhes garantisse a própria sustentabilidade cotidiana. Todavia, ao que tudo indica, para Augusto Emílio Zaluar havia um relacionamento muito próximo entre a presença do fazendeiro e vivacidade cotidiana de uma cidade. De acordo com seus apontamentos,

“dantes o fazendeiro vivia quase simultaneamente tanto em sua lavoura como em seu domicílio no povoado; edificava, animava com sua presença e dinheiro os melhoramentos locais; concorria para os edifícios públicos, concorria para as obras pias, concorria para os festejos nacionais, concorria para as festividades religiosas, concorria enfim para tudo que desperta o movimento, que Poe em ação os interesses relativos dos homens, vivendo, em uma esfera coletiva mais ou menos desenvolvida”. (ZALUAR, 1975, p. 46 – 47).

Sem dúvida, a presença contínua de um homem economicamente e socialmente abastado na cidade era fundamental para o provimento daquilo que era necessário para enaltecer a própria sociabilidade da cidade. No entanto, a influência desses indivíduos era sentida em todas as esferas do poder, mesmo porque, assim como salientou Augusto Emílio Zaluar, seu dinheiro proporcionava melhorias públicas, financiava obras pias, festejos nacionais e festividades religiosas, enfim o poder público e eclesial estavam subordinados a intencionalidade de homens que, assim como o Comendador Joaquim Ferraz em Barra Mansa, provavelmente renovavam ou buscavam prestígio entre os comparoquianos de uma determinada localidade. Em outras palavras, a fisionomia cotidiana da cidade era vislumbrada de acordo com a ação de homens ricos, uma vez que as melhorias e mesmos os festejos vinham através deles. Segundo os apontamentos de Augusto Emílio Zaluar, esse caráter negativo estava atrelado ao fazendeiro ou lavrador que

“se retrai em sua fazenda, não aparece senão por necessidade no povoado, não manda comprar aí os gêneros de que carece, faz transportar tudo da côrte. É lá que tem suas transações, que vende o produto de suas safras; é lá que vai enfim passar dias e meses quando quer distrair-se ou quando procura descansar das fadigas agrícolas”. (ZALUAR, 1975, p. 47).

Se para Augusto Emílio Zaluar, a sociabilidade cotidiana das cidades entrava em uma crônica decadência com a ausência de homens com prestígio econômico, uma das primeiras consequências desta crescente restrição de recursos estava associada, principalmente, ao aspecto material dos núcleos de concentração urbana, pois em determinadas localidades não havia respeito pelas posturas municipais. De acordo com seus apontamentos de viagem, nas cidades interioranas

“as ruas estão despovoadas; as famílias apenas por milagre saem à rua ou aparecem às janelas; por tôda a parte reina o desalento e a solidão. Se porventura um momento se reanima, tudo isto é rápido e transitório, para logo tornar a cair na atonia e no marasmo. Os edificios permanecem então desertos, e no meios das praças públicas os animais continuam tranqüilos a pastar, como quem não se importa das posturas municipais, e muito menos do fiscal que as deve pôr em prática”. (ZALUAR, 1975, p. 47).

Para um homem nascido em Lisboa, acostumado com o movimento desenfreado da vida cotidiana nos maiores centros urbanos da época, seria possivelmente deprimente encontrar-se em meio a uma povoação desanimada, sobretudo do ponto de vista social e material. No entanto, creditar aos apontamentos de Augusto Emílio Zaluar a total estagnação de uma localidade era demasiadamente avassalador para o cenário urbano oitocentista, mesmo porque historicamente, com raras exceções, as cidades interioranas não eram mais do que entrepostos comerciais fundamentadas em uma vida cotidiana atrelada a mobilidade do comércio de abastecimento. Mesmo nas maiores localidades prevaleciam os momentos de festejos nacionais e festividades religiosas e os momentos de calma, em suma o cotidiano citadino não era determinado pelos comarques itinerantes, mas pelos residentes. Apesar de maiores detalhes sobre essa particularidade, Carlos de Almeida Prado Bacellar

salientou que “os núcleos urbanos coloniais, quase que como regra, tendiam a se manter estagnados, atuando tão-somente como local de comércio, festas, cerimônias religiosas e administração municipal em dias muito específicos”. Ainda de acordo com Carlos de Almeida Prado Bacellar, “à exceção de poucas atividades de artesanato ou comércio, o grosso dos habitantes vivia de sua faina agrícola, internados em suas roças distantes até mesmo dezenas de léguas da vila”.⁹⁹ Ao que tudo indica, ainda em meados do século XIX, as particularidades que caracterizavam a vida cotidiana das cidades coloniais continuavam presentes no cenário urbano oitocentista. Nessa perspectiva, a questão que prevalece não era o movimento contínuo proporcionado pelo comércio e pelos encontros sociais, mas o referencial de Augusto Emílio Zaluar, que se pautava em uma realidade antagônica, realidade essa presente nos maiores centros urbanos daquele período, dentre os quais a sua cidade natal, Lisboa, e a capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro. Daí as constantes referências sobre a ausência de “jantares, reuniões, bailes e festas”, que “traziam todo êste povo em movimento, em ação; comprava-se e vendia-se muito; todos os interêsses tinham portanto um largo respiradouro”. (ZALUAR, 1975, p. 47).

Embora, na perspectiva de Augusto Emílio Zaluar, cotidianamente as cidades interioranas apresentassem um aspecto aparentemente desolador, sobretudo do ponto de vista social e material, seu cotidiano não dependia necessariamente da intencionalidade dos homens mais abastados. Na verdade, a dimensão da vida cotidiana abrangia uma esfera muito mais ampla. Em outras palavras, na ausência de festividades, bailes e reuniões políticas, o que possivelmente caracterizava o cotidiano de uma cidade eram as atividades de subsistência de artesãos, quitandeiras, pequenos comerciantes, prostitutas, escravos e outros indivíduos vistos como “desqualificados” sociais, homens que para Augusto Emílio Zaluar não poderiam representar a enaltecida modernidade européia. A par disso, na medida em que os viajantes de

⁹⁹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Op; cit, p. 30.

origem estrangeira permaneciam nas cidades interioranas oitocentistas, as representações contidas em seus apontamentos de viagem demonstram uma correlação fundamentada em um ideário comparativo. Em poucas palavras, estes apontamentos eram determinados por mananciais valorativos completamente exteriores à realidade representada. Portanto, os apontamentos de viagem eram descrições resultantes da intervenção direta ou mesmo indireta dos valores culturais dos viajantes estrangeiros na natureza e na sociedade.

Em consentimento com as considerações de Mary Louise Pratt, essa particularidade chama-se reciprocidade. Reciprocidade porque na experiência de viagem prevalecia uma constante troca de experiências culturais, onde ao menos por um pequeno instante o cotidiano era modificado, cotidiano esse restrito não apenas na relação entre os homens, mas também na relação dos viajantes de origem estrangeira para com a natureza.¹⁰⁰ De acordo com Augusto Emílio Zaluar, na cidade de Itu um imenso bando de uma espécie de andorinhas denominadas taperás

“pairou acima de nossas cabeças aquela massa escura, abrindo-se pelo meio, formou um círculo de largas dimensões, e começou a girar vertiginosamente, até que, voltando outra vez à sua forma primitiva, tornou a afastar-se tão alto e tão longe que a perdemos de vista. Pouco depois voltou, fez a mesma evolução e tornou a retirar-se, repetindo ainda umas duas ou três vezes êste movimento aéreo”. (ZALUAR, 1975, p. 187).

A dupla face da reciprocidade entre o viajante de origem estrangeira, seu grupo de companheiros e a natureza fundamenta-se no fato de que com o aproximar da noite

“em nossa posição imóvel sôbre os rochedos, as taperás começaram a cortar com um vôo oblíquo o espaço que as separava da terra, e a esconder-se nas fendas escuras das rochas que formavam o parapeito oposto do outro lado rio. Parecia na violência e silvo uma chuva de setas, que, disparadas de um arco invisível se cruzavam sôbre nossas cabeças”. (ZALUAR, 1975, p. 187).

¹⁰⁰ PRATT, Mary Louise. Op; cit, pp. 147 – 154.

Nessas condições, as aves não temiam a presença dos viajantes, que se mantiveram no absoluto silêncio, atitude que redimensionou a reciprocidade entre o homem e a natureza. No entanto,

“quando as fendas dos rochedos estavam já cheias de taperás, o que tornava ainda mais escuros os interstícios das pedras denegridas, um de nossos companheiros, apontando a espingarda de dois canos, carregada de tariva, à fenda onde havia maior porção destas aves, disparou dois tiros, uma após o outro, cujo estampido foi reboando lugubrememente de penedo em penedo até se pender no fragor das águas”. (ZALUAR, 1975, p. 187).

O rompimento da reciprocidade entre o homem e a natureza desencadeou um sentimento que redimensionou aquele pequeno instante. Em outras palavras, de acordo com os apontamentos de Augusto Emílio Zaluar

“senti nesse momento confranger-se-me o coração. As avezinhas que escaparam ao chumbo levantaram o vôo apavoradas, e as que ficaram mortas ou feridas, caindo na correnteza, foram enoveladas na espuma, aparecendo de vez em quando boiando à tona d’água, para depois sumirem-se de todo, sepultadas no abismo. Pobres taperás, antes não fôssemos perturbar a sua existência inocente”. (ZALUAR, 1975, p. 187).

O arrependimento de Augusto Emílio Zaluar demonstra literalmente a reciprocidade entre o homem e a natureza. Ainda que o viajante de origem estrangeira e seus companheiros tenham perturbado a inocente existência dos pobres taperás, depois desse acontecimento o homem e a natureza não seriam mais os mesmos. O homem porque presenciou um “episódio cuja impressão nunca mais me sairá da memória” (ZALUAR, 1975, p. 186), e a natureza, nesse caso os taperás, porque tiveram seu ciclo de sobrevivência rompido pelo estrondo e as balas de uma espingarda. Em todo caso, seja no relacionamento com a natureza, seja no relacionamento com o homem, os viajantes estrangeiros continuamente criavam e rompiam a própria reciprocidade.

Com a mesma estrutura recíproca, as diversidades materiais, culturais e sociais de uma cidade oitocentista apresentavam determinadas particularidades que estabeleciam reciprocidades entre seus comparoquianos e os viajantes de origem estrangeira. Oscar Canstatt destacou que a pequena Paraíba era uma pequena povoação “de apenas 30 casas, das quais metades são vendas e os chamados hotéis, cujos exteriores, mais do que suspeitos, não convidam a entrar”. (CANSTATT, 2002, p. 335). Embora adornada pela simplicidade, “o movimento na ponte” parecia “particularmente grande, a população, composta na sua maior parte de negros, olhava-nos com tanta curiosidade como se há muitos anos não tivesse visto uma cara de estrangeiro”. O comportamento dos moradores foi inicialmente relacionado a

“qualquer de esquisito em mim, que despertava em tão alto grau a curiosidade daquela gente, mas depois descobri que a curiosidade, e um espanto infantil diante do mais comezinho espetáculo na rua, é uma das peculiaridades do brasileiro. Olhar pelas janelas, nas cidades, faz, por isso, parte essencial dos costumes. Acontece mesmo, depois de longa permanência no Brasil, adquirir-se esse mau hábito, e ficar-se horas sem fim imitando essa espécie de distração”. (CANSTATT, 2002, p. 336).

Na predominância de um cotidiano citadino articulado pelo movimento de artesãos, quitandeiras, negros de ganho e pequenos comerciantes, a presença de um viajante de origem estrangeira era realmente curiosa, principalmente porque suas particularidades destoavam daquelas que prevaleciam no cenário urbano. A fim de remediar esse acontecimento, Oscar Canstatt salientou que o costume de observar o movimento cotidiano das janelas era uma espécie de distração infantil. No entanto, escamoteada pela intencionalidade dos apontamentos de Oscar Canstatt, encontra-se uma inversão de valores. Em poucas palavras, nessa reciprocidade momentânea, o viajante de origem estrangeira deixou de ser o observador para ser o observado, portanto o estranhamento cultural e social não se restringia apenas aos viajantes de origem estrangeira, mas também aos homens da terra. Mas em todo caso, deve-se acrescentar que os viajantes estrangeiros no século XIX, apesar desse mencionado estranhamento cultural e social, procuravam travar contato direto com a população local.

Na Vila de Queluz, Augusto Emílio Zaluar, em companhia do Deputado Provincial Doutor Luís Dias Novaes, visitou a pequena choupana de uma senhora sexagenária de origem indígena. De acordo com seus apontamentos, essa mulher era a única “reliquia que existia desta grande tribo dispersa”. (ZALUAR, 1975, p. 63). A tribo dos Puris. No entanto, esse não foi um contato imediato. Segundo Augusto Emílio Zaluar,

“depois de havermos perguntado à porta de todos êsses modestos albergues que bordam a sesmaria dos Índios, habitados presentemente por seus filhos e netos mestiços, descobrímos afinal com muito custo a pobre velha, que não deixou de se mostrar um pouco surpreendida com a nossa inesperada visita”. (ZALUAR, 1975, pp. 63 – 64).

Do mesmo modo que os moradores da pequena cidade de Paraíba, que se surpreenderam com a inesperada presença de Oscar Canstatt, a indígena sexagenária também se surpreendeu com a inesperada presença de Augusto Emílio Zaluar e seu companheiro, o Deputado Provincial Doutor Luís Dias Novaes. Na forma, no conteúdo, na intenção, esse contato imediato era, em certo sentido, uma reciprocidade avaliativa, onde os ditames descritivos do próprio relacionamento social entre os viajantes de origem estrangeira e os residentes eram estabelecidos. Apesar de maiores detalhes, Augusto Emílio Zaluar salientou que a mulher chamava-se “Inês e deve ter sessenta e tantos anos de idade”. (ZALUAR, 1975, p. 64). De acordo com as considerações do viajante de origem portuguesa,

“quando a trouxeram das matas, era ainda criança de peito, e não tem idéia alguma dos costumes e hábitos de seus irmãos indígenas. É baixa, tem a fisionomia regular e mais parecem Índios os seus descendentes do que ela própria. Durante todo o tempo em que a interrogamos, conservou-se de pé, com os braços erguidos e as mãos enlaçadas em uma das traves do engradamento do teto. Por aqui se pode calcular a altura da choupana, que não tem mais de oito palmos de comprimento e outros tantos de largo. Não havia ali nem cama, nem mesa, nem mobília de qualidade alguma. No entanto lá moram a velha, uma filha e quatro netos”. (ZALUAR, 1975, p. 64).

Para um homem comprometido com a “modernidade” o quadro vislumbrado naquele momento era, em certo sentido, intrigante. Intrigante não pela fisionomia da mulher, mas pelos costumes e valores que prevaleciam no aldeamento. Embora seja a única moradora que realmente veio das matas, Inês não era, de acordo com Augusto Emílio Zaluar, como seus descendentes. Tudo isso tende a mostrar que a simples aparência dessa senhora sexagenária não era necessariamente aquilo que Augusto Emílio Zaluar queria demonstrar em seus apontamentos, mesmo porque se pela “fisionomia regular mais parecem índios seus descendentes do que ela própria” (ZALUAR, 1975, p. 64), aquilo que diferenciava os moradores do aldeamento dos demais comparoquianos daquela localidade era simplesmente, segundo a perspectiva do viajante de origem portuguesa, seus costumes e valores. Em outras palavras, Augusto Emílio Zaluar não buscava aquilo que colocaria os indígenas do aldeamento em sintonia com os demais comparoquianos, mas aquilo que era peculiar, aquilo que evidenciava a diferença, a alteridade.

Na intencionalidade de destacar a pobreza que assolava a morada de Inês, Augusto Emílio Zaluar descreveu que o local era pequeno, pois não “tem mais de oito palmos de comprido e outros tantos de largo”. (ZALUAR, 1975, p. 64). A respeito da estrutura dessa choupana, as referências de Augusto Emílio Zaluar dão conta de que a mesma era realmente pequena, posto que embora fosse uma mulher de baixa estatura, Inês permaneceu de “pé, com os braços erguidos e as mãos enlaçadas em uma das traves do engradamento do teto”. (ZALUAR, 1975, p. 64). De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, assim como os portugueses, os espanhóis em Santa Cruz de la Sierra teriam encontrado essas “casas que não são mais do que choupanas dentro de bosques, umas chegadas as outras sem nenhuma distinção”, moradas com portas tão pequenas “que apenas indivíduos de pequeníssima estatura podiam servir-se” delas. No entanto, ainda de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, essas pequenas moradas possuíam “uma função bastante ampla: servem não apenas

de morada, mas ainda de defesa eficaz para seus habitantes, protegendo-os ao mesmo tempo dos elementos naturais, dos bichos, e dos seres humanos hostis”. A entrada baixa era, nesse sentido, essencial para “a necessidade constante de defesa contra as moscas, mosquitos, abelhas e também contra o calor solar e o frio”.¹⁰¹ Ademais, não havia no interior daquela morada nenhuma mobília de qualquer qualidade, particularidade que destoava do quadro cotidiano de uma residência atrelada aos valores e costumes citadinos, uma vez que as mesas, cadeiras e camas eram, sobretudo para Augusto Emílio Zaluar, simplesmente imprescindíveis. Portanto, embora a morada da sexagenária Inês esteja afastada dos valores e costumes da modernidade, ela possuía uma funcionalidade constituída historicamente, funcionalidade essa estabelecida no contato dos naturais da Terra com a natureza dos trópicos. De certo modo, ao enfatizar as particularidades de uma morada desprovida dos adornos citadinos, Augusto Emílio Zaluar procurava fundamentar a sua perspectiva avaliativa. Em outras palavras, de acordo com seus ideários, a pequena choupana não era apropriada para residir, mas apesar disso moravam nela além da sexagenária Inês, “uma filha e quatro netos”. (ZALUAR, 1975, p. 64). Diversos motivos poderiam estimular os apontamentos descritivos de Augusto Emílio Zaluar, no entanto o viajante de origem portuguesa restringiu-se apenas a acomodação dos moradores na choupana, afinal de contas em um espaço com cerca “de oito palmos de comprimento e outros tantos de largo” (ZALUAR, 1975, p. 64), a convivência cotidiana, em sua perspectiva avaliativa, era ao menos deprimente.

Em virtude da eminente pobreza na qual encontravam-se submetidas, pode-se supor que a prostituição era possivelmente um meio de subsistência dessas mulheres, daí o fato de morarem na choupana a sexagenária Inês, “uma filha e quatro netos”. (ZALUAR, 1975, p. 64). Netos provavelmente ilegítimos, frutos da prostituição. De acordo com Carlos de Almeida Prado Bacellar, as mães de crianças ilegítimas viviam em uma condição de contínua

¹⁰¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. Op; cit, pp. 97 – 98.

penúria. Radicadas nos centros urbanos, viviam basicamente de vender seu trabalho e seu próprio corpo, acontecimento que as colocavam na posição mais baixa da hierarquia social.¹⁰² No entanto, ao que tudo indica, essa era uma particularidade, em certo sentido, reinante naquela região. Em um ofício de 18 de abril de 1861, a Delegacia de Polícia de Guaratinguetá descrevia as características físicas de seus recrutas a praça. De acordo com esse documento, eram cinco candidatos, todos de origem pobre: Manuel Epifanio Paulino, João Antonio Lopes, Rodrigo José Tolledo, José Rufino dos Santos e Francisco Borges Marcondes, sendo que Manuel Epifanio Paulino, Rodrigo José de Tolledo e José Rufino dos Santos foram declarados filhos de “pai incógnito”. (ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Caixa 236. Pasta 02. Documento 73 A. Ordem 01031.). Considerando-se a limitação social sobre a qual estavam subordinados a sexagenária Inês, sua filha e seus netos, pode-se supor que a prostituição era realmente o meio de sobrevivência dessa família oitocentista. Apesar dessa condição, de acordo com Augusto Emílio Zaluar, “a velha indígena antes quer viver esmolando de fazenda em fazenda, a curvar-se a qualquer gênero de sujeição que a prive de seus hábitos de independência”. (ZALUAR, 1975, p. 64). Embora não tenha vislumbrado de modo positivo a atitude da sexagenária Inês, possivelmente a sua insubordinação relacionava-se a “compassiva liberdade de poder passar ora em casa de um, ora em casa de outro de seus pobríssimos descendentes”. Em poucas palavras, essa mulher e sua família preferiam estar entre seus entes queridos, mesmo que fosse na miséria, ou seja, trata-se, em certo sentido, de uma sociabilidade afetiva.

Sobre essa particularidade afetiva, Augusto Emílio Zaluar destacou que faltava a “sociabilidade que se estabelece pelas relações das famílias, defeito sensível na maior parte das povoações do interior, que tanto concorre para o seu viver monótono e concentrado”. (ZALUAR, 1975, p. 76). Além disso, as senhoras mais distintas

¹⁰² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Op; cit, p. 164.

“raramente aparecem na sala, onde os homens somente recebem as visitas e conversam para entreter o tempo. Esses costumes ir-se-ão perdendo pouco a pouco, como já vão desaparecendo as mantilhas, que apenas figuram hoje para ocultar as rugas de alguma sexagenária matrona, ou são usadas pela gente das classes menos abastadas. As Lorenenses são notáveis pela sua formosura e pelo bom gosto com que se vestem, além de sua educação apurada e natural talento. É pena que não animem os salões nem dêem mais vida às reuniões, em que o seu espírito devia ser justamente apreciado”. (ZALUAR, 1976, p. 76).

Ao que tudo indica, Augusto Emílio Zaluar procurava encontrar a sociabilidade entre as populações do interior. Sociabilidade essa, em certo sentido, limitada. Muito embora as mantilhas estivessem praticamente em desuso, esse “detestável capote lançado na cabeça, o que dá às mulheres o aspecto aterrador de máquinas ambulantes, fazendo no entanto, e é a única vantagem que lhe conhecemos, realçar o bom gosto com que já se trajam algumas senhoras” da cidade de Guaratinguetá. (ZALUAR, 1975, p. 84). Ao observar o comportamento das mulheres no interior da Província de São Paulo, Augusto Emílio Zaluar por certo se baseava no comportamento das mulheres da Corte, todavia o cotidiano nessas localidades era completamente distinto, afinal de contas na cidade do Rio de Janeiro, estadunidenses, alemães, suecos, franceses, ingleses e mesmo os portugueses aportavam e possivelmente com suas mulheres ditavam a vestimenta. Em outras palavras, mais do que o olhar sobre a roupa de algumas mulheres, esses apontamentos demonstram que o referencial cotidiano do viajante de origem portuguesa era realmente as grandes cidades. Daí provavelmente o desapego e o desprezo aos valores e costumes interioranos.

Mas naquelas cercanias, Augusto Emílio não observou apenas o comportamento das mulheres do interior. O viajante de origem portuguesa destacou também os meios de sobrevivência das classes menos abastadas. De acordo com seus apontamentos de viagem nas proximidades de Campo Belo existia

“uma pequena povoação, habitada em grande parte por alguns pobres pescadores, que vivem desta arriscada quão pouco lucrativa indústria. Põe medo ver como eles sobem e descem rapidamente pelas

pontas agudas dos rochedos, e vão, pendidos sôbre o abismo, lançar rêdes e apanhar o peixe, que, cansado de subir a corrente, se demora a tomar fôlego nas concavidades das rochas”. (ZALUAR, 1975, p. 65).

Atordado pelo maravilhoso e ao mesmo tempo tenebroso espetáculo das águas, Augusto Emílio Zaluar destacou que havia um homem

“familiar com o abismo, surdo para não ouvir os seus rugidos, o herói desta grande cena passa horas impassível e taciturno como uma estátua de pedra sôbre um pedestal de bronze. De repente desce apressado por essa escada infernal, tenteia a altura das águas com a rêde magnética, e sorri vitorioso. Daí a poucos minutos está cuidadosamente depondo o peixe sôbre os fraguados e procurando quem lho queira comprar. Êstes penhascos e estas águas são o seu universo”. (ZALUAR, 1975, p. 65).

De uma maneira geral, os meios de sobrevivência dos homens pobres e livres relacionavam-se, conforme se destacou anteriormente, com aquilo que era necessário para a sua sustentabilidade cotidiana. No entanto, no caso do pescador pobre e mudo, Augusto Emílio Zaluar o descreve como se fosse um produto da natureza. Em poucas palavras, embora reconheça que a pesca é uma “indústria pouco lucrativa”, assim como dona Inês, sua filha e seus quatro netos, esse homem, de acordo com sua perspectiva avaliativa, encontrava-se naquela vida arriscada por desejo próprio, afinal de contas, para o viajante de origem portuguesa, ele era “um temerário e privilegiado pescador” (ZZALUAR, 1975, p. 65) e não um homem pobre e livre em busca de sua sustentabilidade cotidiana em uma sociedade discriminatória e excludente, tudo porque, para o viajante de origem portuguesa, aqueles “penhascos e estas águas são o seu universo”. (ZALUAR, 1975, p. 65).

De fato, os apontamentos de viagem de Augusto Emílio Zaluar não se restringiam apenas ao centro da cidade, mesmo porque ele procurava conhecer também as redondezas do município. A respeito dessa particularidade, nas cercanias da cidade de Lorena, o viajante de origem portuguesa destacou que “o solo até êste ponto, principia a desdobra-se daqui em diante em ligeiras ondulações, descobrindo ao viajante uma larga zona de planícies limitadas

no horizonte pela majestosa serra da Mantiqueira. (ZALUAR, 1975, 72 – 77). Ainda de acordo com seus apontamentos

“esta alteração topográfica explica-no também a modificação da cultura. Se bem que de Resende para cima já se encontre uma ou outra choupana dessa espécie de Boêmios americanos a quem na província de São Paulo se chama Caipiras, só de Silveiras em diante é que se vê crescer esta população quase nômade, e se encontram de espaço a espaço os seus toscos e mesquinhos albergues. (ZALUAR, 1975, p. 72).

Ao salientar a presença dessa população que margeava as estradas e cidades, Augusto Emílio Zaluar atribuía ao cenário natural o fundamento cultural. De acordo com Antonio Candido, a sociedade caipira tradicional realmente elaborou meios que estabeleceram as relações do homem com o meio natural. Para esses homens, portanto, conhecer a natureza significava estabelecer uma exploração sistemática dos meios naturais mediante a sua própria sustentabilidade cotidiana. Uma sustentabilidade que deveria simplesmente garantir “o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência”.¹⁰³ Ao descrever esses homens como verdadeiros nômades, o viajante de origem portuguesa reconheceu que a cotidianidade dos caipiras paulistas era fundamentada na relação do homem para com a natureza, embora não seja necessariamente um apreciador dessa vida cotidiana afastada das raízes da modernidade. Nesse sentido, aquilo que para Augusto Emílio Zaluar revelava uma modificação da cultura, era antes de qualquer coisa um meio cotidiano de sobrevivência.

Quanto à morada do caipira paulista, Augusto Emílio Zaluar salientou que além de serem “toscos e mesquinhos albergues” (ZALUAR, 1975, p. 72),

“a casa do Caipira é semelhante à tenda Árabe. No repartimento da frente, que algumas vezes é formado apenas por uma espécie de alpendre sustentado por duas vigas, à maneira de colunas, vêm-se

¹⁰³ CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Editora 34, 10ª edição, 2003, p. 46.

pendurados o lombinho e as rédeas, as esporas, a garrucha, e ao lado a viola, instrumento inseparável dos povos indolentes”. (ZALUAR, 1975, p. 73).

A referência exterior. Constantemente os viajantes de origem estrangeira buscavam elementos exteriores para descrever aquilo que caracterizava o cenário urbano, rural e natural das províncias oitocentistas. Em outras palavras, as características que representavam o tecido cotidiano eram interpretadas mediante aos elementos presentes na realidade européia. Isso era fundamental para que a Europa fosse incorporada em sua conotação cultural pela América Portuguesa. Apesar de maiores detalhes, no caso antes mencionado, Augusto Emílio Zaluar relacionou a casa dos caipiras à casa dos árabes, uma relação sugestiva, afinal de contas historicamente os católicos europeus não eram necessariamente apreciadores da cultura árabe. Ademais, o apontamento acerca dessa morada demonstra a sua própria simplicidade, posto que possivelmente eram construídas com aquilo que a natureza oferecia ao homem. De acordo com os apontamentos de Augusto Emílio Zaluar, a casa dos caipiras paulistas tinha ainda pequenos “compartimentos inteiros, [que] compõem-se habitualmente de uma cozinha e um quarto separados por uma cortina de chita servindo de porta, e onde vivem a companheira dêstes novos Samaritas, e os filhos, se os têm”. (ZALUAR, 1975, p. 73). Apesar de maiores detalhes, percebe-se que nessas casas simplíssimas não havia mobílias que a relacionassem com a cotidianidade citadina, havia apenas os instrumentos necessários para a sustentabilidade cotidiana. As rédeas, as esporas, a garrucha e o lombinho – espécie de cela muito utilizada no século XIX pelos montadores na Província de São Paulo – eram fundamentais para o deslocamento e para a segurança desses homens sem senhor. Mas no cenário caseiro do caipira não havia apenas instrumentos necessários à sobrevivência, havia também aqueles que eram atrelados à cultura, nesse caso: a viola. No entanto, na perspectiva avaliativa de Augusto Emílio Zaluar, a viola era simplesmente um “instrumento inseparável dos povos indolentes”. (ZALUAR, 1975, p. 73). Ao tecer esse apontamento, o viajante de

origem portuguesa ratificou que reconhecia na música caipira apenas a indolência e não uma manifestação cultural atrelada à vida cotidiana desses homens. De acordo com Antonio Candido, o meio de sobrevivência dos caipiras paulistas era alternado pela desambição e pela imprevidência, característica que designava basicamente a desnecessidade de trabalho. Em outras palavras, no universo de uma cultura fundamentada na relação do homem para com a natureza, a possibilidade de um equilíbrio entre a sociabilidade cultural e natural tornou-se a expressão máxima de sua própria maneira de ser, a maneira de ser caipira.¹⁰⁴ Daí a possibilidade de que a provável indolência do caipira violeiro não fosse mais do que uma maneira cotidiana de sobreviver, afinal de contas para esses homens os recursos da natureza possibilitavam uma vida desgarrada dos princípios da modernidade atrelada ao trabalho regular e racional, acontecimento que feria sensivelmente a atenção de Augusto Emílio Zaluar.

Mas não eram apenas os vivos que chamavam a atenção do viajante de origem portuguesa. Na pequena Vila de Silveiras havia uma municipalidade, de acordo com Augusto Emílio Zaluar, cuidadosa com tudo aquilo que estava relacionado ao benefício local. Tudo porque na localidade

“o alinhamento das ruas, a regularidade das praças, as proporções artísticas dos prédios, a construção das pontes sobre os córregos, a propriedade do cemitério em uma colina fora do povoado, segundo as regras do bom senso e da higiene, são documentos que abonam esta ilustrada corporação. Tudo que esta na alçada de suas atribuições e no alcance de seus recursos tem sido realizado com inteligência economia e verdadeiro patriotismo”. (ZALUAR, 1975, p. 74).

Na tentativa de evidenciar aquilo que era realmente enaltecido em uma cidade oitocentista, Augusto Emílio Zaluar salientou que a cidade no estilo cartesiano era a ilustração daquilo que representava a modernidade e o verdadeiro patriotismo dos administrados municipais da cidade de Lorena. Em todo caso, embora não tenha destaque declaradamente,

¹⁰⁴ CANDIDO, Antonio. Op; cit, pp. 103 – 114.

sabe-se que a cidade estruturada de acordo com o plano cartesiano facilita imensamente o controle sobre os indesejáveis, como os leprosos de Guaratinguetá e tantos outros homens pobres e livres que perambulavam pelos campos e cidades oitocentistas a cata de sua sustentabilidade cotidiana, afinal de contas o alinhamento das ruas elimina as vielas estreitas e tortuosas, aonde os miseráveis circulavam com maiores facilidades. Mas em um cenário perfeito, de acordo com Augusto Emílio Zaluar, a preocupação deveria estar voltada também para com os mortos. Assim, o viajante de origem portuguesa salientou que o cemitério da povoação estava edificado em colina afastada da cidade, “segundo as regras do bom senso e da higiene”. (ZALUAR, 1975, p. 74). De acordo com Alain Corbain, ainda na segunda metade do século XVIII, os estudiosos consideravam que os elementos que compõem o corpo ao se desfazer sua coesão, deixam escapar ar. No caso dos mortos, considerava-se que os miasmas produzidos pela putrefação poderiam contaminar os vivos por simples contato com a membrana pulmonar.¹⁰⁵ Nessa perspectiva, o apontamento de viagem de Augusto Emílio Zaluar seguia a tendência de uma medicina que há muito condenava a presença de cemitérios nos centros urbanos. A despeito de outras particularidades, antes desse processo histórico, os cemitérios citadinos eram verdadeiros locais de convívio social.

Na França, de acordo com João José Reis, entre a Idade Média e meados do século XVII predominou uma particularidade que, em certo sentido, prevalecia no Ocidente católico: havia uma proximidade entre vivos e mortos. Em outras palavras, embora houvesse inúmeras leis, os cemitérios serviam como “local para pastagem de animais, feiras, bailes, jogos atalhos, depósito de lixo, sanitário público, namoros clandestinos e moradas de mendigos”.¹⁰⁶

Na Província de São Paulo, Augusto Emílio Zaluar pontuou de modo descritivo o quadro dos cemitérios oitocentistas. Na vila de Silveiras salientou que o cemitério era muito

¹⁰⁵ CORBAIN, Alain. **Saberes e odores**. Op; cit, p. 19.

¹⁰⁶ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª reimpressão, 1999, p. 73.

espaçoso, “todo murado em roda e fechado por um grande portão. Oxalá que outras povoações maiores e mais prosperas tivessem um cemitério assim”. (ZALUAR, 1975, p. 71). Ao destacar que o cemitério da pequena vila de Silveira era exemplar, pode-se supor de modo indiciário que em outras localidades o quadro era, em certo sentido, deplorável, sobretudo na perspectiva de um homem que além de estar comprometido com a modernidade conhecia as teorias dos miasmas. Apesar dessa ressalva, na cidade de Piracicaba, Augusto Emílio Zaluar destacou que havia fora da cidade “um vasto cemitério público, e acham-se há muito tempo abolidos aqui os enterros nos templos”. (ZALUAR, 1975, p. 94). O enterro em templos religiosos, mais precisamente em Igrejas Católicas era um costume difundido por toda a vastidão da América Portuguesa. De acordo com João José Reis, a abolição desse costume foi responsável por verdadeiras revoltas populares. Na Bahia da primeira metade do século XIX houve um protesto da população, onde participaram inúmeras ordens religiosas, bem como leigos; acontecimento esse que ficou conhecido como cimenterada. Embora essa revolta tenha precedido a peregrinação de Augusto Emílio Zaluar, os ideários higienistas da primeira metade dos oitocentos ainda ressoavam continuamente em sua intencionalidade descritiva. Daí a preocupação em estabelecer uma relação entre a modernidade européia e a localização dos cemitérios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os viajantes estrangeiros, no século XIX, teceram um enorme manancial de apontamentos descritivos sobre a sociedade na América Portuguesa. Entretanto, diante de um mundo culturalmente distinto, esses apontamentos tornaram-se verdadeiros instrumentos contra a vida cotidiana dos homens pobres e livres.

Percussores do movimento de redescoberta e revisitação da América Portuguesa, os viajantes de origem estrangeira percorreram a vastidão do Império, e nele vivenciaram experiências sociais completamente adversas. No caso de Augusto Emílio Zaluar, bem como no de tantos outros viajantes oitocentistas, essa experiência determinou o direcionamento de seus apontamentos sobre a vida cotidiana no campo e na cidade.

Nesses espaços, os homens pobres e livres constituíram a dinâmica de sua vida cotidiana, onde condutores, vendeiros, mulheres, caipiras e leprosos nem sempre encontravam condições fáceis para viver e sobreviver. Em situações adversas criaram inúmeros mecanismos de sociabilidade em uma realidade altamente excludente. Todo esse cenário possibilitou a elaboração de uma vida desgarrada dos princípios regulares e racionais de trabalho, particularidade que fomentava novamente as críticas dos viajantes estrangeiros.

Em certo sentido, o contato dos viajantes com as populações mais despossuídas garantia a perpetuação de um direcionamento avaliativo, onde o Império, suas estradas e cidades, assim como a vida cotidiana nesses espaços, eram interpretados não por suas particularidades, mas sim pela ausência daquilo que representava a modernidade européia.

Semelhante perpetuação era sem dúvida dominante nos apontamentos sobre as estradas, já que a intervenção das autoridades públicas era praticamente insignificante. No caso das cidades, o cenário era bem diversificado, fator que demonstrava o afastamento dos

colonos em relação aos ditames da Coroa, bem como a própria mobilidade cotidiana da Colônia, ainda no processo de urbanização da América Portuguesa.

Assim, na pesquisa foi dada visibilidade a obra *Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861*, de Augusto Emílio Zaluar, sem abandonar o contraponto em relação a outros viajantes, como Auguste de Saint-Hilaire, Oscar Canstatt, Daniel Parish Kidder e João Antonio Leite Moraes. Por meio da leitura dessas fontes foi abordada a vida cotidiana dos homens pobres e livres, dentre esses os condutores que serviam de guias aos viajantes em suas empreitadas ao coração da América Portuguesa. Nesse caso, foi destacada a autoridade e a altivez desses condutores em relação aos viajantes, bem como o seu posicionamento diante da natureza e da racionalidade do tempo burguês, que pressupõe, por sua vez, a acumulação de riqueza.

As diferenças culturais foram também salientadas, particularidades que possibilitaram identificar na literatura de viagem o ideário de desqualificação dos homens pobres e livres e o fascínio pelas classes mais abastadas, tidas como modelo de “civilização”.

Apesar das análises sobre a intencionalidade dos viajantes estrangeiros e o direcionamento de seus escritos, deve-se reconhecer que a vida cotidiana dos homens pobres e livres, principalmente a dos condutores, é ainda demasiadamente mal conhecida. Assim, qualquer tentativa de identificação da cotidianidade das populações menos favorecidas é um exercício pleno de riscos. Ademais, como um novo caminho aos estudos da literatura de viagem no século XIX, cabe ainda interpretar a Europa, no entanto a partir de sua leitura de Brasil, posto que é nessa dualidade que se encontra o fundamento da perspectiva avaliativa dos viajantes de origem estrangeira.

FONTES

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Caixa 236. Ordem 0131.

FONTES IMPRESSAS

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. 03 vols. São Paulo: Editora 34, 4ª reimpressão, 2000.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

BALZAC, Honoré de. **Ilusões perdidas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil: através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais visando especialmente a História Natural dos Distritos Aurí-Diamantíferos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

CANSTATT, Oscar. **Brasil: terra e gente, 1871**. Brasília: Senado Federal / Conselho Editorial, 2002.

CONGRESSO AGRÍCOLA. **Colleção de documentos**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

FREIREYSS, Georg Wilhelm. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo**. Brasília: Senado Federal / Conselho Editorial, 2001.

LEITE MORAES, João Antonio. **Apontamentos de viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª reimpressão, 1999.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **História da capitania de São Vicente**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, Sd.

LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. São Paulo: Círculo do Livro, 2ª edição, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo: 1822**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817 – 1820**. São Paulo: Melhoramentos. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 3ª edição, 1976.

ZALUAR, Augusto Emílio. **Lições das cousas animadas e inanimadas: modelos de assumptos de exercícios oraes e por escripto para meninos de 5 a 8 annos imitação para uso das escolas primarias**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Companhia, 3ª edição, 1893.

ZALUAR, Augusto Emílio. **O doutor Benignus**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

OBRAS DE REFERÊNCIA

LELLO, José; LELLO, Edgar. **Dicionário prático ilustrado**. Porto: Lello & Irmão editores, 1966, Tomo III.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. **Portugal: dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico**. Lisboa: João Romano Torres Editor, 1915, Volume VII.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma cidade colonial: Sorocaba séculos XVII e XIX**. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2001.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 14ª reimpressão, 1997.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 1999.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Editora 34, 10ª edição, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. Benigna ciência. In: ZALUAR, Augusto Emílio. **O doutor Benignus**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CORBAIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CORBAIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 2ª edição, 1988.
- DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter. (ORG). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2ª edição, 1994.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente, 1300 – 1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme. (ORG). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil do século XVII e XIX**. São Paulo Editora da UNICAMP, 1989.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: HUCITEC. Salvador: EDUFBA, 1996.

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora da UNESP, 4ª edição, 1ª reimpressão, 1997.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. 02 Volumes. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2ª edição, 1951.
- GINZBURG, Carlo. **História noturna: decifrando o Sabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2001.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª reimpressão, 1991.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 6ª edição, 2000.
- HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 4ª reimpressão, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções, 1789 – 1848**. São Paulo: Paz e Terra, 14ª edição, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª edição, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1ª reimpressão, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 7ª edição, 1973.
- ISENBURG, Teresa. (ORG). **Naturalistas italianos no Brasil**. São Paulo: Ícone / Secretaria de Estado e Cultura, 1990.
- KARNAL, Leandro. **Teatro da fé: representação religiosa no Brasil e no México do século XVI**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Editora da UNESP, 2ª reimpressão, 1998.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de viagem: 1803 – 1900**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio De Janeiro: Editora da UFRJ. São Paulo: EDUSP, 1994.
- MARINS, Paulo César Garcez. **Através da rotula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX**. São Paulo: Humanitas, 2001.

- MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira**. São Paulo: HUCITEC / FAPESP, 1999.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660 – 1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª reimpressão, 1998.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1654**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2ª edição, 1998.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MELLO E SOUZA, Laura de. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 7ª reimpressão, 2000.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 4ª reimpressão, 2005.
- MORSE, Richard. **O espelho de próspero: culturas e idéias na América**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. A pobreza e a honra: recolhidas e dotadas na Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 1700 – 1867. In: MARCILO, Maria Luiza. (ORG). **Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 2001.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890 – 1914**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / FAPESP, 1994.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. São Paulo: EDUSC, 1999.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª reimpressão, 1999.
- SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª reimpressão, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. **As terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton**. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

STAROBINSKI, Jean. **1789: os emblemas da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

STEIN, Stanley Julian. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850 – 1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

STOLCKE, Verena. **Cafecultura: homens, mulheres e capital, 1850 – 1980**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAUNAY, Augusto de. Duas palavras. In: ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860 – 1861**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª reimpressão, 2002.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. **A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

VINCENT-BUFFAULT, Anne. **Da amizade; uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª reimpressão, 1990.

ARTIGOS

MONTEIRO, John Manuel. Alforrias, litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo. In: **Revista de História USP**. São Paulo: jan. a jul. de 1989, pp. 45 – 57.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista – exportador em Paraíba do Sul. In: **Revista Brasileira de História**. Volume 06. Número 12. São Paulo: março / agosto de 1986, pp. 125 – 150.